

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**  
**Período de Análise: 01 a 30 de Setembro de 2007**  
**Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Setembro de 2007

## Índice

<b>Vivemos a oportunidade de igualdade maior entre nações</b> – Claudia Antunes – Folha de São Paulo – Mundo – 02/09/2007 .....	7
<b>OMC retoma as negociações agrícolas</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/09/2007 .....	10
<b>Brasil diz aos EUA que quer cota agrícola maior</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 03/09/2007 .....	12
<b>Brasil em semana quente na OMC</b> – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 03/09/2007 .....	13
<b>UE impõe barreira ambiental</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/09/2007 .....	15
<b>Lula e Chávez marcam reunião em Manaus</b> - FELIPE SELIGMAN – Folha de São Paulo – Internacional – 04/09/2007 .....	16
<b>Para Amorim, Rodada Doha pode precisar de 2008 para ser concluída</b> - Chico Santos – Valor Econômico – Brasil - 04/09/2007 .....	16
<b>Países evitam fixar prazos para acordo agrícola</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 04/09/2007 .....	17
<b>Regionalismo versus multilateralismo</b> - Juliana Domingues – Valor Econômico – Opinião - 04/09/2007 .....	17
<b>Mandelson volta a fazer apelo por Doha</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/09/2007 .....	19
<b>Câmara debate Venezuela no Mercosul</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 06/09/2007 ....	20
<b>CNI critica entrada da Venezuela no Mercosul sem adesão às regras</b> - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 06/09/2007 .....	20
<b>Lamy: 'empurrão' para concluir Rodada de Doha</b> – O Globo – Economia – 09/09/2007 .....	21
<b>Escandinávia: políticas e negócios marcarão viagem</b> – O Globo – Palntão – 09/09/2007 .....	22
<b>CNA defende redução de subsídios na OMC</b> - Agência CNA – 10/09/2007 .....	23

<b>Apec faz apelo para destravar Doha</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/09/2007 .....	23
<b>Lula chega à Finlândia e fala sobre etanol</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Brasil – 10/09/2007 .....	24
<b>Líderes da Apec vêm avanço na Rodada Doha</b> – Folha de São Paulo- Dinheiro – 10/09/2007 .....	25
<b>Energia domina visita de Lula aos nórdicos</b> - Humberto Saccomandi – Valor Econômico - Brasil - 10/09/2007 .....	25
<b>Brasil vai pedir um painel contra subsídios dos EUA</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/09/2007 .....	27
<b>Clube dos países ricos diz que só vê defeitos em biocombustíveis</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/09/2007 .....	27
<b>Mercosul quer negociar mais flexibilidade</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 12/09/2007 .....	29
<b>Mais grupos se formam para tentar salvar Doha</b> – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 12/09/2007 .....	30
<b>EUA rejeitam painel contra subsídio para o milho</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/09/2007 .....	30
<b>Brasil vai pedir investigação na OMC contra subsídios dos EUA</b> – folha de São Paulo – Dinheiro – 13/09/2007 .....	31
<b>Articulação política por Doha aumenta</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 14/09/2007 .....	32
<b>Maior acesso do Mercosul ao mercado europeu exige pressão sobre governos</b> – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 14/09/2007 .....	33
<b>Segunda Quinzena</b>	
<b>Novo risco para acordo na OMC</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/09/2007 .....	33
<b>Presidenciável argentino quer cooperação entre sul-americanos, sem Chávez</b> – Rodrigo Röttsch – Folha de São Paulo – Brasil – 17/09/2007 .....	34
<b>Amorim pede a Lamy mais clareza em novos textos</b> – Assis Moreira - Valor Econômico – Brasil - 17/09/2007 .....	39

<b>EUA se dizem dispostos a destravar Doha</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/09/2007 .....	40
<b>EUA PODEM CORTAR SUBSÍDIOS, DIZ OMC</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/09/2007 .....	40
<b>EUA acenam com redução de subsídios</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 20/09/2007 .....	40
<b>Lula e Chávez tentam reativar negociações bilaterais</b> - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 20/09/2007 .....	41
<b>EUA dão passo que pode desbloquear Rodada Doha</b> – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/09/2007.....	42
<b>Brasil e Argentina unem forças na pesca</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 21/09/2007 .....	44
<b>Chávez, Virgílio e o império</b> - Gilson Caroni Filho – Agência Carta Maior – 22/09/2007.....	45
<b>O Brasil tem a palavra</b> – Folha de São Paulo – Opinião – 22/09/2007 .....	47
<b>NO PARAGUAI: PARLAMENTARES TAMBÉM REAGEM A DECLARAÇÃO SOBRE MERCOSUL</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 22/09/2007.....	47
<b>Na ONU, Lula insistirá em mudanças na organização</b> - Eliane Oliveira – O Globo – O País – 23/09/2007 .....	48
<b>O difícil diálogo com a Venezuela de Chávez</b> – Valor Econômico – Opinião - 24/09/2007 .....	49
<b>O Mercosul e a Venezuela</b> - Rubens Barbosa * - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/09/2007 .....	50
<b>Bush diz a Lula em Nova York que pode reduzir subsídios agrícolas</b> - Tânia Monteiro e Patricia Campos Mello – Estado de São Paulo – Nacional – 25/09/2007 .....	52
<b>Bush promete a Lula flexibilizar negociação</b> – O Globo – Capa – 25/09/2007 .....	53
<b>Brasil, Índia, China e Rússia combinam encontros</b> – O Globo – O País – 25/09/2007 ..	55
<b>O Mercosul e a Venezuela</b> – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 25/09/2007.....	56
<b>Políticos declaram apoio a entrada da Venezuela no Mercosul</b> – Sítio Eletrônico do MST - 25/09/2007 .....	58

<b>Bush promete mostrar mais "flexibilidade" na rodada</b> - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil - 25/09/2007 .....	59
<b>Na ONU, Lula lança cúpula sobre biocombustível e defende etanol</b> - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007 .....	60
<b>'O Brasil não abdica da soberania na Amazônia'</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007 .....	61
<b>Lula pede acordo na OMC antes da sucessão de Bush</b> - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007 .....	66
<b>Emergentes duvidam de intenção dos EUA</b> - Jamil Chade – estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007 .....	68
<b>EUA serão flexíveis sobre Doha, afirma Bush a Lula</b> – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007 .....	68
<b>Jogo só vai ser decidido em Genebra</b> – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007 .....	69
<b>Rodada Doha sai neste ano, diz presidente</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007	70
<b>Na ONU, Lula anuncia plano para clima e propõe "Rio+20"</b> – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007 .....	71
<b>Lula anuncia na ONU novo plano contra desmatamento</b> – O Globo – Capa – 26/09/2007 .....	72
<b>Amorim diz que negociação sobre comércio exige 'tempo e detalhe'</b> – O Globo – O País – 26/09/2007 .....	74
<b>Depois do otimismo, comedimento</b> – O Globo – O País – 26/09/2007 .....	75
<b>Novos horizontes</b> – O Globo – Opinião – Editorial – 26/09/2007 .....	76
<b>Empresários apóiam Venezuela no Mercosul</b> – O Globo – Economia – 26/09/2007.....	77
<b>Subsídio de US\$ 15 bi ainda é alto, diz Camargo Neto</b> - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 26/09/2007 .....	77
<b>Presidente acha possível conseguir até o fim do ano acordo para Doha</b> – Valor Econômico – Brasil - 26/09/2007 .....	80
<b>Integração sul-americana e a Petrobras global</b> – Varlos Lessa – Valor Econômico – Opinião - 26/09/2007 .....	80

<b>Itamaraty rebate relator da ONU e diz que etanol traz desenvolvimento</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 27/09/2007 .....	82
<b>Adesão da Venezuela ao Mercosul é adiada</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Nacional – 27/09/2007 .....	83
<b>Câmara adia adesão da Venezuela ao Mercosul</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/09/2007.....	84
<b>Escravidão como estado de espírito</b> – Paulo Nogueira Batista Jr. – Folha de São Paulo – 27/09/2007 .....	85
<b>Plano ambiental prevê ações do setor privado</b> – O Globo – Capa – 28/09/2007 .....	86
<b>Plano ambiental prevê parceria com setor privado</b> - Eliane Oliveira – O Globo – O País – 27/09/2007 .....	87
<b>Adiada votação da entrada da Venezuela no Mercosul</b> - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 27/09/2007.....	88
<b>América do Sul tem fim de ano vermelho</b> - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Internacional - 28/09/2007 .....	89
<b>Amorim encontra-se com Hugo Chávez</b> - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 29/09/2007 .....	90
<b>Para ministro neozelandês, países podem concluir Doha</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/09/2007 .....	91
<b>Superioridade americana é fenômeno temporário</b> – Sylvia Colombo – Entrevista com Eric Hobsbawn – Folha de São Paulo – Mundo – 30/09/2007.....	91
<b>Futebol de hoje sintetiza globalização</b> – Folha de São Paulo – Mundo – 30/09/2007.....	94

**Vivemos a oportunidade de igualdade maior entre nações** – Claudia Antunes – Folha de São Paulo – Mundo – 02/09/2007

*COM O FIM do "século americano", o mundo está diante da possibilidade de uma igualdade maior entre os países do Ocidente e do Oriente, do Norte e do Sul, afirma o sociólogo e economista italiano Giovanni Arrighi, professor da Universidade Johns Hopkins (EUA), em entrevista à **Folha**. Arrighi está lançando em sete línguas "Adam Smith em Pequim" -a edição brasileira do livro será publicada na primeira semana de novembro, pela editora Boitempo.*

**Para sociólogo, crise da hegemonia americana sinaliza mundo menos hierárquico**

***FOLHA** - O "longo século 20" de que o senhor fala, o século americano, chegou ao fim?*

***GIOVANNI ARRIGHI** - Esta é uma das teses de "Adam Smith em Pequim", a de que o fracasso do neoconservador Projeto para o Novo Século Americano no Iraque marca o fim da hegemonia americana. Os Estados Unidos ainda são dominantes, econômica, militar e politicamente. Mas é uma dominação sem hegemonia, no sentido de que hegemonia não é apenas dominação pura, mas também a capacidade de fazer os outros acreditarem que você age no interesse geral.*

***FOLHA** - Os conservadores americanos, e não só eles, dizem que a hegemonia americana não corre risco porque nenhum outro país é capaz de atrair aliados e convencê-los de que agem pelo bem comum...*

***ARRIGHI** - Quando dizem que não há nenhum outro país que possa ser hegemônico, isso pode ser verdade. Mas não significa que os EUA ainda sejam. Foi uma constante dos últimos 30 anos que países e povos tenham confundido a fraqueza dos outros com a sua força. Nos anos 1970, a União Soviética confundiu a fraqueza dos EUA com sua própria força, invadiu o Afeganistão e acabou entrando em colapso. Os EUA cometeram o mesmo erro quando não tinham rivais à vista. Invadiram o Iraque, estão atolados lá e os países que estão se beneficiando são, regionalmente, o Irã, mas, globalmente, a China.*

A China está emergindo como a verdadeira vencedora da guerra ao terror. Entretanto, isso não significa que a China esteja para se tornar hegemônica, ou que a próxima situação vá implicar a hegemonia de um país em particular. O que podemos observar é uma situação em que há uma igualdade maior entre as nações.

Isso pode resultar em caos, mas ao mesmo tempo pode criar uma situação de maior equilíbrio de status e poder entre os países. Eu vejo não apenas a China, mas todo o Sul com boa chance de equalizar as relações de poder.

O ponto é que os EUA estão em apuros porque, financeiramente, são dependentes do Leste da Ásia e também aumentou sua dependência do Sul em geral. Ao mesmo tempo, sua credibilidade militar foi mais corroída do que depois do Vietnã.

***FOLHA - Este seria um novo sistema mundial, diferente do atual? Por antecedentes históricos, é possível dizer se ele duraria?***

***ARRIGHI*** - Seria uma transformação fundamental das relações internacionais como as conhecemos nos últimos 500 anos. Mas é uma potencialidade, não significa que vamos vê-la se materializar. Dependerá do que as pessoas fizerem. Como sabemos, a estupidez não é um monopólio americano.

***FOLHA - O senhor costuma falar de caos, em contraste com a "anarquia organizada" por um poder hegemônico. Mas, pelo senso comum, onde vemos caos agora é onde os EUA estão - Iraque, Somália...***

***ARRIGHI*** - São duas coisas diferentes. Você pode ter um mundo sem a hegemonia de um Estado particular sem ter caos. Um mundo que não seja hierárquico não é necessariamente caótico. O caos é um dos resultados possíveis. Os EUA, de um Estado hegemônico que criava ordem, se tornaram uma força do caos e da desordem - e são mais e mais percebidos por outros como um agente de caos.

***FOLHA - Mas nos anos 1960 e 1970 também havia guerras nas fronteiras dos impérios americano e soviético. Qual a diferença agora?***

***ARRIGHI*** - Já no "Longo Século 20" eu fazia uma distinção entre o que chamava de "crise sinalizadora" da hegemonia e "crise terminal".

Crise sinalizadora foi a dos anos 1970, um sinal de que a hegemonia americana estava com problemas. Aí veio a contra-revolução neoliberal dos anos 1980, os EUA reemergiram numa espécie de Belle Époque. O que vemos agora, na minha opinião, é uma crise terminal. Eles pensaram que poderiam transformar a Belle Époque numa hegemonia de longo prazo e isso fracassou, o que aprofundou as contradições da dependência financeira americana do exterior. Posso estar errado, mas minha avaliação é que a combinação do desastre iraquiano e do aprofundamento da dependência americana das finanças do Sul em geral está trazendo a hegemonia ao fim.

É uma situação diferente da dos anos 1970. Eles não podem repetir o que [o presidente Ronald] Reagan fez. Os EUA eram uma nação credora e agora são o maior devedor da história mundial. Para o Sul, é uma boa oportunidade para uma nova Bandung [cúpula em 1955, na Indonésia, durante a Guerra Fria, que marcou a criação do Movimento dos Países Não-Alinhados], só que baseada não mais na vontade política, mas em laços econômicos reais.

***FOLHA - Mas, se houver desaquecimento ou recessão nos EUA, os países emergentes sofrerão...***

***ARRIGHI*** - Depende do que esses países fizerem. Pode ser uma excelente oportunidade, principalmente para a China, de reorientar seu superávit para o desenvolvimento nacional e a criação de um mercado interno, o que eles já estão fazendo.



Eles podem ter uma crise, e ela pode ser mais séria lá do que nos velhos centros, mas isso pode ser bom, se fizerem as coisas certas. Claro que não sabemos se farão...

**FOLHA - *Há uma bolsa de apostas entre sinólogos. Alguns acreditam que, com o crescimento da classe média, a China se tornará uma democracia. Outros que ela vai se dissolver antes disso, por suas contradições internas. Qual a sua opinião?***

**ARRIGHI** - A idéia de "Adam Smith em Pequim" é que a China tinha uma longa tradição de mercado até o século 18, início do 19, e que eles utilizam agora essa tradição, assim como a tradição revolucionária. Algo está emergindo na China que não tem paralelo. Eles provavelmente vão inventar algo novo, que as velhas categorias não são capazes de abarcar.

Mas, de novo, há resultados diferentes possíveis. Eu não acredito que a China vá se desintegrar, embora possa passar por crises. É preciso olhar a situação da China entendendo que eles vieram de uma história diferente. A China tem uma longa história de economia de mercado não-capitalista.

**FOLHA - *O senhor pode desenvolver essa idéia?***

**ARRIGHI** - A China foi durante séculos a mais desenvolvida economia de mercado, mas não era capitalista, no sentido de que capitalistas não estavam no comando do Estado, como estavam nas cidades-Estado italianas, na Holanda, no Reino Unido, nos EUA, nos vários centros capitalistas ao longo dos últimos séculos. Na China havia capitalistas, mas eles não controlavam o Estado. Essa separação entre capitalismo e economia de mercado era uma idéia do [historiador francês] Fernand Braudel [1925-1985], como era de Adam Smith.

Aliás, uma das teorias do livro é que Adam Smith era anticapitalista. Para ele, o mercado era um instrumento do governo para fazer os capitalistas competirem, não os trabalhadores. O fato de haver muitos capitalistas não significa que o sistema é capitalista. Depende de se os capitalistas estão competindo e o governo usa isso para o bem comum, ou de se os capitalistas estão no controle.

**FOLHA - *Smith era um crítico do mercantilismo, e a China, segundo muitos, pratica o mercantilismo, com a acumulação de superávits.***

**ARRIGHI** - Eu não acho que a China pratique o mercantilismo. Para entrar na OMC (Organização Mundial do Comércio) a China aceitou regras muito mais duras do que países com renda per capita maior. Quanto à moeda, não é que a moeda chinesa esteja subvalorizada. Eles têm um grande superávit comercial porque são competitivos, mas o superávit não é maior do que o da Alemanha ou o do Japão.

O problema é que o dólar americano está sobrevalorizado. Os EUA querem fazer com a China o que fizeram com o Japão em 1985 [os acordos Plaza, que levaram à valorização do iene], matando a expansão japonesa. Em vez de desvalorizar o dólar, o que

aconteceria se isso dependesse apenas do mercado, os EUA estão tentando pôr nos ombros da China o ajuste que deveriam fazer.

**FOLHA - Na crise asiática de 1997, o senhor disse que a crise mais grave sempre acontecia no novo centro emergente e não no centro em declínio. Como interpreta a crise de agora, com o rompimento da bolha de crédito americana?**

**ARRIGHI** - Há uma série de crises se desenvolvendo, e, em transições anteriores, o poder declinante sempre enfrentou crises, mas nos poderes emergentes elas são mais violentas, como no Japão, no início dos anos 1990, e no Leste Asiático, em 1997. As pessoas pensavam que era o fim da expansão regional, mas ela continuou, puxada pela China, enquanto os EUA enfrentam a necessidade de um grande ajuste.

**FOLHA - Há este fantasma de que a China pode descartar os títulos americanos. É possível?**

**ARRIGHI** - Acho que não vão descartar, mas vão diversificar, o que já estão fazendo. O problema, para os EUA, não é que outros possam descartar os títulos, mas o fato de que, como numa dependência química, eles precisam de mais e mais recursos. É suficiente que não consigam para enfrentarem problemas. Não é que a China precise descartar. Se os EUA adotarem medidas protecionistas ou discriminatórias, é possível, embora improvável, uma reação. Do ponto de vista do Sul, quanto mais os países da região usarem seus superávits para investirem na região, melhor. E aí os Estados Unidos terão que fazer o ajuste.

**OMC retoma as negociações agrícolas** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/09/2007

A tarefa de chegar a um acordo em subsídios e tarifas é vista, porém, com pessimismo

Lutando para sobreviver e ainda atrair a atenção dos líderes mundiais, a Organização Mundial do Comércio (OMC) retoma hoje suas negociações agrícolas, interrompidas em julho. A tarefa será costurar um acordo na área de subsídios e tarifas e o Brasil espera uma flexibilidade do governo americano para que o processo possa ser destravado. Mas com os subsídios americanos não dando qualquer sinal de queda e o período eleitoral nos EUA se aproximando, a ministra das Finanças da França, Christine Lagarde, já até descartou um acordo neste ano. 'As diferenças entre os países são muito grandes', afirmou. 'Por enquanto, não vejo um acordo acontecer'.

Em julho, a OMC sugeriu um rascunho de acordo agrícola que acabou sendo bem recebido por vários países em desenvolvimento. O problema é que, como pagamento,

exigia dos países emergentes que promovessem a abertura de seus mercados para produtos industrializados das economias ricas. Já os americanos se recusaram a aceitar uma das propostas agrícolas, que seria de estabelecer um teto para os subsídios domésticos que distorcem o mercado em US\$ 13 bilhões por ano.

Um recente estudo publicado pelo Congresso americano mostra que o volume de recursos destinados pelo governo à produção agrícola ultrapassou a marca de US\$ 92 bilhões entre 2002 e 2007. Se toda a ajuda fiscal e programas de compra de alimentos para distribuição à população carente forem somados, a conta chega a US\$ 271,1 bilhões em seis anos. Segundo analistas, ao comprar alimentos para distribuir, o governo também está subsidiando a renda no campo.

Para a próxima lei agrícola americana que está em debate no Senado dos EUA, a projeção é de uma queda no volume de recursos destinados à produção de commodities, programas que são os mais distorcivos e que afetam as exportações brasileiras. Os recursos serão de US\$ 70 bilhões até 2013, contra os US\$ 92 bilhões usado no último período. Mas em compensação, o dinheiro destinado à compra de alimentos aumentará e o total do apoio do governo ao setor agrícola atingirá US\$ 296 bilhões. Para especialistas, a manobra americana tem como objetivo garantir que o dinheiro continue chegando aos produtores, por outras vias.

Outro complicador é a eleição presidencial nos Estados Unidos em 2008 e que já afeta praticamente todas as posições adotadas pela Casa Branca em termos comerciais. O presidente George W. Bush não conta mais com a autorização do Congresso para negociar acordos comerciais, mecanismo conhecido como Trade Promotion Authority (TPA). Mas o Brasil espera escutar nesta semana alguma indicação de que a Casa Branca tentará uma renovação da autorização. Caso contrário, não haveria motivo para seguir negociando com prazos.

Os europeus tentam apontar para os riscos de um fracasso da rodada Doha, mas não escondem que não farão qualquer concessão sem contrapartida americana. No Itamaraty, a estratégia é a de convencer os países a manter a atenção sobre a Rodada Doha. O governo continua convocando reuniões dos países emergentes (o G-20). Mas até os indianos, aliados do Brasil na OMC, se mostram reticentes com um acordo. 'Estamos completamente insatisfeitos com os rascunhos dos acordos agrícolas e de produtos industriais', afirmou o secretário de Comércio da Índia, G.K. Pillai, à agência IANS.

Na OMC, a esperança do diretor da entidade, Pascal Lamy, é de que as posições entre os 151 países se aproximem este mês para que a conferência ministerial seja convocada em outubro. Lamy estará nesta semana na Austrália na cúpula dos países asiáticos e do Pacífico.

**DISPUTAS** - Enquanto não há sinal de acordo, as disputas se proliferam no órgão de soluções de controvérsias da OMC. O Brasil já lançou seu questionamento contra os subsídios americanos, os EUA somam queixas contra a China e uma série de outras disputas fazem parte do dia-a-dia da OMC.

O comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, alerta que o acordo é fundamental. 'Um fracasso da Rodada Doha enfraquecerá a confiança dos países emergentes em um sistema internacional do comércio baseado em regras.'

**Brasil diz aos EUA que quer cota agrícola maior** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 03/09/2007

O Brasil deixou claro ontem aos EUA, na véspera da retomada da negociação agrícola da Rodada Doha, que tem ambição bem maior que os americanos sobre tamanho de cotas para carnes e outros produtos agrícolas, que considera essencial para um futuro acordo global. Negociadores dos dois países se reuniram em pleno domingo de sol em Genebra, um dia após o presidente George W. Bush anunciar que deseja dar um "novo fôlego" à combalida negociação global nesta semana, durante o encontro de cúpula anual dos países do Pacífico, em Sydney (Austrália). Segundo a Casa Branca, a administração Bush está preparada para fazer "duras escolhas" se outros países oferecerem mais concessões para atender interesses de exportadores americanos.

Ocorre que, quando a discussão chega aos negociadores e aos detalhes, a conversa é outra. Além de continuar não dando qualquer sinal de que aceitarão corte maior de subsídios, os americanos mostram-se menos ambiciosos sobre uma parte de acesso aos mercados, envolvendo a designação de produtos ditos "sensíveis". Por esse mecanismo, os produtos designados terão corte tarifário menor - a proteção contra entrada de importações continuará elevada. Mas quem utilizar essa escapatória precisa compensar os exportadores com cotas maiores, para que determinado volume entre com alíquota mais baixa. O maior alvo é a União Européia, que quer manter ampla proteção para praticamente todos os principais produtos exportados pelo Brasil, encabeçados pelas carnes.

Agora, os americanos demonstram menos ambição do que o Brasil. O argumento é de que são de fato grandes exportadores -US\$ 77,5 bilhões previstos para este ano, US\$ 8,8 bilhões a mais que em 2006 -, mas também são importadores. Ou seja, de um lado vão se beneficiar de cotas nos mercados de muitos parceiros, mas de outro terão de aumentar cotas para mais importações de concorrentes fortes como o Brasil.

Em Potsdam, após uma terrível briga entre os três, o Brasil acusou os EUA e a UE de terem se entendido entre eles para acomodar seus respectivos interesses defensivos, suspeitando que os americanos aceitariam percentual maior de produtos sensíveis e compensação menor, enquanto os europeus admitiriam corte menor de subsídios americanos. EUA e UE negaram.

Em julho, o mediador da negociação agrícola, Crawford Falconer, propôs que os países desenvolvidos possam designar entre 4% e 6% de suas linhas tarifárias agrícolas como sensíveis - e compensar com cotas globais também entre 4% e 6% do consumo doméstico para a commodity protegida.

Exportadores do Brasil querem cotas muito maiores do que a UE se diz disposta a aceitar. O setor de carne bovina quer cota de 500 mil toneladas por ano. Os europeus querem uma negociação que implique pouca redução de produção. Isso pode ocorrer passando uma parte do volume hoje extra-cota (com tarifa maior) para uma cota (com alíquota menor), e transferindo a renda dessa cota maior para o Brasil. A retomada da negociação agrícola ocorre num ambiente de crescente pessimismo. Christiane Lagarde, a

ministra de Economia e Finanças da França, disse não esperar um acordo global num futuro próximo porque a divisão entre os 150 membros da OMC continua "muito grande".

**Brasil em semana quente na OMC – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 03/09/2007**

Preparando-se para uma semana agitada, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, telefonou, de Genebra, na sexta-feira, para Brasília. Mas boa parte de sua conversa com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, tratou de assunto diferente das delicadas negociações da chamada Rodada Doha, de liberalização comercial e derrubada de subsídios que distorcem o mercado internacional. Lamy insistiu para que Amorim participe da conferência " Mobilizando Ajuda para o Comércio " , que a OMC promoverá em Lima, na próxima semana.

Lamy argumenta que o Brasil é " peça-chave " no esforço da OMC para dar assessoria a países menores em matéria de comércio internacional. Com experiência reconhecida em matéria de comércio e negociações comerciais internacionais e em tecnologia de produção agrícola, o país já patrocina projetos de cooperação, ainda em seus primeiros passos, com países da África e América Latina, além de ações com ex-colônias no Caribe. Amorim, porém, não vai a Lima, pois acompanhará o presidente Lula aos países nórdicos. Prometeu mandar um representante de alto nível.

O Brasil é visto como um potencial aliado estratégico por Lamy, em sua mobilização " Aid for Trade " , destinada a dar maior capacidade aos governos dos países menores para aproveitar a liberalização do mercado internacional (e, de quebra, fornecer uma resposta às organizações não-governamentais que vêm na OMC um dos monstros defensores dos ricos no processo de globalização dos mercados). Enquanto espera dos países europeus e outras nações desenvolvidas o financiamento para essas ações, o diretor-geral da OMC vê no Brasil um interessante aliado político da idéia de ajuda para o comércio e, principalmente, potencial fornecedor de experimentados técnicos e diplomatas para projetos de assistência e cooperação.

O convite de Lamy deve envaidecer Amorim, por seu óbvio endosso à tese de que a provocadora participação do Brasil nos fóruns mundiais garantiu ao país um protagonismo nunca antes visto na história das negociações comerciais - ainda que, é bom lembrar, foi no governo Fernando Henrique Cardoso que o Brasil obteve sua primeira grande vitória moral na OMC, ao garantir o acordo sobre Aids e patentes, que facilitou a licença compulsória de medicamentos em caso de ameaça à saúde pública. O Brasil, de fato, está nos cruzamentos das estradas por onde caminha a discussão multilateral de comércio.

---

**Lamy vê país como potencial aliado**

---

Lamy estará, nesta semana, em Sidney, Austrália, para a reunião dos governos da Apec - Cooperação da Ásia e do Pacífico - onde uma das principais discussões se trava por um importante movimento, à margem da OMC: a proliferação de acordos regionais e bilaterais de comércio. O Brasil, infelizmente, está à margem dessa discussão, e aparentemente ainda alheio às conseqüências da crescente integração dos mercados na Ásia e entre os asiáticos e países americanos com menores interesses defensivos na indústria, como o Chile e o México.

Lamy e Amorim argumentam que alguns dos principais interesses do Brasil nas negociações não podem ser atendidos em acordos bilaterais. Potência agrícola, Brasil e seus sócios do Mercosul amedrontam potenciais parceiros em acordos de comércio, que costumam resistir a apelos por maior liberalização de seus mercados de alimentos em acordos bilaterais; além disso, são os bilionários subsídios dos países ricos a seus produtores rurais - não apenas tarifas de importação - que dificultam o acesso de mercadorias do agronegócio brasileiro a boa parte dos mercados mundiais. Essas questões, assim como regras menos arbitrárias para os mecanismos anti-dumping (usadas pelos EUA contra produtos como o aço e o suco de laranja brasileiros), são tema a ser resolvido só em uma discussão multilateral, como a da OMC.

Lamy, até por força do cargo, mostra otimismo. Em agosto, garantiu ter razões para crer no "necessário e factível" êxito da rodada Doha. Foi contestado pela ministra de Finanças da França, Christine Lagarde, e pela comissária europeia para o comércio, Mariann Fischer Boel, que alertaram para divergências ainda inconciliáveis em matéria de redução de tarifas para produtos industriais e de queda de tarifas e subsídios agrícolas. Nesta semana, os negociadores em Genebra indicarão quem tem razão, ao começar o debate sobre os textos básicos sobre agricultura e indústria formulados pelos coordenadores das negociações. Há fortes resistências, contra ambos os textos, e, principalmente, enormes dúvidas sobre a disposição do governo dos Estados Unidos, especialmente do Congresso americano, em comprometer-se com um limite aceitável para os subsídios à produção agrícola local.

Além de ser um dos principais interlocutores nas negociações, o Brasil traz, sobre os ombros, uma responsabilidade perigosa: diplomatas e funcionários da OMC, em Genebra, acreditam na proclamada liderança brasileira na América do Sul, a ponto de depositar no governo de Lula a expectativa de que será capaz de controlar arroubos protecionistas em países como a Argentina e Venezuela. Um tropeço nas discussões com os vizinhos pode causar danos à imagem do país nessas negociações.

Mais lisonjeira é a percepção dos negociadores sobre o papel decisivo do Brasil na afirmação do sistema de solução de controvérsias da OMC - tema de discussão na rodada Doha, que vai além, no entanto, das atuais negociações. Até o fim do primeiro semestre de 2008, se decidirá o caso aberto pelo Brasil contra os subsídios ao algodão americano. Embora, contrariamente à percepção geral, os EUA tenham um bom histórico de cumprimento de acordos, esse é um dos primeiros casos que contestam no alicerce o distorcivo sistema de subsídios agrícolas locais, e, pela primeira vez, um país ameaça retaliar em uma área sensível aos americanos, a dos direitos de propriedade intelectual.

É grande a expectativa sobre essa disputa. Mas não é possível garantir que a torcida esteja toda com o Brasil. **Sergio Leo é repórter especial e escreve às segundas-feiras - sergio.leo@valor.com.br**

Não haverá acordos com países que agridam ambiente

A União Européia (UE) não aceitará acordos comerciais com países emergentes que afetem o meio ambiente ou os direitos dos trabalhadores, disse ontem o comissário de Comércio do bloco, Peter Mandelson. Ele defendeu a negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC) e prometeu seguir nas estratégias de aproximação bilateral, mas alertou que a liberalização comercial nem sempre ocorrerá em todos os setores e em qualquer situação.

Ele deixou claro que os países podem esquecer a idéia de total liberação do setor agrícola europeu. Bruxelas ainda deixou claro que não abrirá seu mercado de serviços públicos considerados essenciais.

O comissário fez questão de ressaltar que os aspectos ambientais e trabalhistas farão parte de seus cálculos de agora em diante. 'Todo acordo comercial da Europa é submetido a uma avaliação de sustentabilidade', afirmou, apontando que nem acordos de livre comércio sobre madeira nem com países que violam leis trabalhistas serão assinados.

'A Europa está disposta a aceitar as vantagens competitivas dos países emergentes, mas não aceitaremos as práticas desleais que se somariam a essas vantagens naturais ', advertiu Mandelson.

Para ele, isso significa que a UE não vai tolerar nem a intervenção de governos para subsidiar exportações para o mercado europeu. Ele pediu respeito às leis da OMC e dos direitos de propriedade intelectual.

Em sua avaliação, para que essas regras sejam garantias, a melhor opção seria um acordo na OMC. 'Por isso, é que a Rodada Doha é tão importante ', disse. 'Doha poderia ancorar mais firmemente os países emergentes ao sistema internacional de leis do comércio', afirmou Mandelson.

'Um acordo de Doha permitiria que os países em desenvolvimento acelerassem seu crescimento e abrissem os mercados para as economias emergentes ainda mais. Essa é o melhor seguro contra uma recessão global ou a volta do protecionismo, não apenas nos Estados Unidos, mas também nas economias de renda média que estão crescendo', concluiu.

**Lula e Chávez marcam reunião em Manaus** - FELIPE SELIGMAN – Folha de São Paulo – Internacional – 04/09/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou por telefone na tarde ontem com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Os líderes marcaram uma reunião para o dia 20 de setembro, em Manaus, para discutir a "agenda bilateral" dos países.

O Ministério de Comunicação e Informação venezuelano informou em nota que Lula ligou para Chávez para demonstrar apoio à Venezuela ao intermediar negociações de paz entre o governo da Colômbia e grupos guerrilheiros locais. O governo venezuelano disse ainda que na conversa "muito amistosa" os presidentes trataram de temas como intercâmbio econômico-comercial e questões energéticas.

**Para Amorim, Rodada Doha pode precisar de 2008 para ser concluída** - Chico Santos – Valor Econômico – Brasil - 04/09/2007

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem que a Rodada Doha, lançada em 2001 e cujas negociações, interrompidas no ano passado, recomeçam este mês, terão um final feliz, ainda que para isso seja necessário entrar um pouco em 2008. Em recente passagem pelo Brasil, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, disse que a rodada de negociações para a liberalização do comércio mundial precisa ser concluída até novembro deste ano, sob pena de ser "engolida" pelo calendário eleitoral de 2008, quando haverá eleição presidencial nos Estados Unidos.

"Como ela (a rodada) já morreu muitas vezes, eu não me impressionaria muito com previsões desse tipo", disse Amorim a uma pergunta de um jornalista sobre se a Rodada Doha estava fadada à morte. Para o ministro, é importante que se consiga obter avanços nas negociações ainda antes de novembro. Sua expectativa é de que em outubro seja possível a realização de uma reunião de nível ministerial que resulte em avanços.

"Acho que devemos fazer todo esforço, como se (novembro) fosse um prazo fatal, mas se for necessário algum trabalhinho posterior, não creio que isso impedirá o sucesso. Estou convencido que a rodada se concluirá, e se concluirá de maneira exitosa", afirmou. Para Amorim, não só a Rodada Doha será concluída, como seu resultado será "muito melhor" do que teria sido se ela fosse concluída na reunião de Cancún, México, em 2003, quando se imaginou que seria possível fechar um acordo em torno apenas de aspectos básicos. Sobre as iniciativas comerciais brasileiras, o ministro disse que em 2008 o país dará forte ênfase ao comércio com os países asiáticos, organizando viagens de negociações com países tradicionais, mas também com outros ainda praticamente inexplorados, como o Vietnã. Segundo Amorim, o governo está convencido que um trabalho adequado, seu e da iniciativa privada, poderá, por exemplo, aumentar a corrente de comércio com a Índia dos atuais US\$ 3 bilhões para US\$ 10 bilhões em 2010. O próprio comércio com a China, já na casa dos US\$ 20 bilhões, pode ser incrementado, segundo a avaliação do governo.

O incremento do comércio com a Ásia, de acordo com o ministro, será auxiliado por outras iniciativas que o país já vem tomando, como a própria busca de maior integração sul-americana. É que países da região, como o Chile e o Peru, já têm suas economias fortemente vinculadas ao mercado asiático.



**Países evitam fixar prazos para acordo agrícola** - Assis Moreira – Valor Econômico –  
Brasil - 04/09/2007

Os países evitaram falar em prazos para concluir um acordo, ontem na retomada da negociação agrícola da Rodada Doha, diante do cenário político pouco favorável nos Estados Unidos. Habitualmente otimista, o embaixador brasileiro, Clodoaldo Huguene, sugeriu ao G-20 que se deve continuar negociando para esboçar um acordo nas próximas semanas, mesmo se for como "base para o futuro".

O embaixador mexicano, Fernando de Matteo, falou numa idéia de "negociação sem fim em dezembro": o arcabouço dos cortes de tarifas e subsídios agrícolas e industriais seria fechado nos próximos meses, deixando todas as questões jurídicas para o ano que vem. Certos embaixadores insistiam que um acordo proximamente mesmo sem os EUA terem o Trade Promotion Authority dos EUA (TPA, que dá à Casa Branca mandato para negociar sem que o acordo possa ser emendado pelo Congresso), poderia ajudar a colocar os americanos no impasse.

Mas alguns negociadores europeus mostraram ceticismo, indagando como se pode concluir modalidades - as bases dos acordos - sem a mínima sinalização de que um futuro governo dos Estados Unidos aceitará um eventual entendimento. Em Washington, o secretário de Agricultura dos EUA, Mike Johannes, admitiu que sem o TPA realmente fica difícil obter concessão de outros países.

Um diplomata francês aposta que em meados de novembro, se nada acontecer, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, poderá se "implicar diretamente para tentar alguma coisa" - por exemplo, apresentar sua versão para um acordo. Lamy não exclui a possibilidade, mas sabe que isso será mesmo só como último recurso, porque coloca seu futuro na entidade em jogo.

A primeira sessão entre os 150 países, ontem, durou só duas horas. O Brasil pediu a suspensão dos debates de hoje, para os países se concentrarem em bilaterais. O mediador agrícola, Crawford Falconer, acha que a solução é essa mesmo: depende da habilidade dos negociadores para que as consultas nos próximos dias dê em alguma coisa no nível técnico até meados de outubro. O Brasil terá bilaterais com os EUA, União Européia, Canadá e outros. Huguene confirmou a ambição brasileira de ter cotas agrícolas que representem entre 5% e 7% do consumo doméstico do produto no país que designar produto sensível para ter corte tarifário menor.

**Regionalismo versus multilateralismo** - Juliana Domingues – Valor Econômico –  
Opinião - 04/09/2007

A relação entre o regionalismo e o multilateralismo tem sido objeto de grande atenção, especialmente diante do grande crescimento dos acordos regionais. Este fato tem dado margem a uma série de discussões sobre a compatibilidade dos acordos regionais com o sistema multilateral do comércio, discussões essas que continuam em pauta.

O GATT 1947 tratou do regionalismo em seu artigo XXIV. Como uma exceção ao artigo I sobre o tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF), ficou estabelecida que fosse feita a análise de compatibilidade de cada novo acordo regional dentro dos ditames do sistema multilateral. Após a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC), para melhorar essa questão foi criado, em fevereiro de 1996, o Comitê de Acordos Regionais de

Comércio (Carc), que estabeleceu como critério de análise a avaliação sistêmica do regionalismo para o multilateralismo.

De outro lado, o GATT 1947 tem como base a cláusula da NMF cujo propósito é fazer desaparecer as restrições ao livre comércio, diminuindo as barreiras alfandegárias e as medidas de proteção aos mercados. A criação desta cláusula demonstra a necessidade de se abolir as discriminações ocasionadas pela concessão de preferências comerciais, que geralmente prejudicam os países de menor representatividade econômica e comercial.

Desse modo, o artigo XXIV é considerado como a principal exceção à cláusula da NMF, pois afasta o princípio da não-discriminação, possibilitando a criação de acordos regionais: zonas de livre comércio, uniões aduaneiras, ou similares. Aliás, o GATT 1947 entende que as zonas de livre comércio e as uniões aduaneiras representam um complemento ao livre comércio mundial.

Diante dessa permissão, o sistema multilateral enfrenta crescentes Acordos Regionais de Comércio (ARCs) discriminatórios, que concedem vantagens apenas aos seus membros, em detrimento do disposto na cláusula da NMF. O atraso das negociações da Rodada Uruguai e a falta de credibilidade no sistema mundial de comércio são alguns dos motivos apontados como justificadores do crescimento acelerado dos ARCs. Nesse sentido, a Rodada Uruguai não enfrentou da forma esperada a situação, deixando de lado as mudanças que se faziam necessárias.

Para se ter uma idéia, de acordo com os últimos dados disponíveis na OMC, o Carc tem em exame mais de 200 acordos. O entrave da análise é causado principalmente por uma série de pontos considerados como "questões sistêmicas", entre os quais se destacam: o entendimento do artigo XXIV, a avaliação da incidência geral de direitos aduaneiros e as outras regras existentes após a formação de uma união aduaneira, a aplicação de medidas de salvaguarda ou medidas antidumping entre os membros de um ARC, o significado do termo "parte substancial de todo o comércio" do artigo XXIV, a sobreposição de sistemas de solução de controvérsias, as dificuldades de avaliação na área de serviços (artigo V do GATT), dentre outras que podem ser observadas nos documentos da OMC.

---

### **Os documentos da OMC parecem ser claros em demonstrar preocupação com o acúmulo de acordos regionais em exame**

---

Cabe ressaltar que as negociações sobre os ARCs estavam agendadas para ter fim até janeiro de 2005. Entretanto, diante da não obtenção de resultados nas Conferências Ministeriais de Cancún e Hong Kong, todas as discussões que existiam naquele período ainda permanecem. Existe, contudo, clareza dos inúmeros problemas de interpretação destes dispositivos mas, apesar dos estudos e levantamentos, faltam medidas eficientes. Atualmente a situação jurídica dos ARCs segue sendo pouco clara na OMC e entre os membros têm coexistido diversos pontos de vista.

A questão do regionalismo, apesar de não ser recente, encontra-se em larga escala de expansão. Sem dúvida alguma, isto representa um desafio ao sistema multilateral de comércio, regulamentado pelo GATT 1947 e posteriormente pela OMC que, ao introduzir o artigo XXIV, conferiu ao regionalismo a possibilidade de ser praticado no âmbito do multilateralismo. Os documentos da OMC parecem ser claros em demonstrar a preocupação em relação ao acúmulo de acordos regionais em exame e as implicações que a falta de consenso no entendimento das questões sistêmicas estão gerando sobre os trabalhos desenvolvidos.

Dentro da OMC, o que se observa desde Cancún é que, se elementos como a transparência e o processo de notificação dão margem a tantas discussões e geram substancial nível de divergência, provavelmente as deliberações sobre questões mais intrincadas, como a precisão das disciplinas de exame de compatibilidade, a exemplo da definição do conceito de "substancialmente todo o comércio", devem gerar entraves muito maiores entre as delegações. Com a oficialização da suspensão - por tempo indeterminado - das negociações da Rodada de Doha, alguns especialistas prevêm inclusive que os Acordos Regionais serão fortalecidos.

De qualquer forma, o sistema de Solução de Controvérsias da OMC ainda tem a preferência de alguns países, tal como se observou recentemente em divergência que envolve Brasil e Argentina, em que esta última preferiu o sistema da OMC em detrimento do sistema do Mercosul. Aliás, após o caso do antidumping dos frangos (em que houve análise inicial do Mercosul e depois da OMC, resultando em decisões conflitantes) o Protocolo de Olivos, que é tão criticado, pelo menos acertou ao colocar uma cláusula de foro, evitando o chamado fórum shopping. Assim, ou se utiliza o sistema do Mercosul ou se utiliza o sistema da OMC. Sem entrar no mérito da questão, esse caso recente refletiu que o sistema do Mercosul ainda carece de credibilidade entre seus próprios Estados-Partes.

Diante de tantos fatores que estão em jogo, a questão da análise dos ARCs pela OMC segue com grande dificuldade, até mesmo porque esse não é o foco principal das negociações. De todo modo, numa eventual retomada de discussões sobre essa questão, os países em desenvolvimento - como o Brasil - deveriam adotar uma postura mais ativa, uma vez que esta seria uma maneira de fortalecer suas posições negociadoras, gerando uma perspectiva maior de participação em outros importantes setores onde também existem grandes interesses envolvidos.

**Juliana Oliveira Domingues é doutoranda em Direito/Relações Econômicas Internacionais (PUC-SP), mestre em Direito/Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora de Direito e Política Internacional e advogada do escritório Magalhães, Ferraz e Nery Advocacia.**

**Mandelson volta a fazer apelo por Doha** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/09/2007

A União Européia (UE) abandonou o discurso diplomático e o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, disse ontem que a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) pode ser 'colocada no congelador' se nada for feito para superar os impasses. Ele apelou para que os Estados Unidos flexibilizem sua posição. Enquanto isso, multinacionais dizem que o período de espera pelo acordo já se esgotou.

## **Câmara debate Venezuela no Mercosul – Folha de São Paulo – Brasil – 06/09/2007**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - No primeiro debate sobre a entrada da Venezuela no Mercosul realizado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) criticou a falta de transparência e estranhou a agilidade do processo de adesão, enquanto o Itamaraty destacou aspectos democráticos do governo de Hugo Chávez e insistiu nos benefícios econômicos para o Brasil.

Segundo Soraia Rosar, diretora de Negociações Internacionais da CNI, outro problema identificado pelos empresários nacionais é a insegurança de parceiros tradicionais do Brasil, como os europeus. De acordo com relatos ouvidos pela CNI, eles temeriam a influência de Chávez em futuras negociações do Mercosul. Ela acrescentou que há "insegurança sobre normas de comércio de bens" e "cronogramas desequilibrados", além da "falta de transparência".

"O que pleiteamos é que a Venezuela cumpra com o processo de adesão agora e que fique claro um período de transição tranquilo e sem sobressaltos do empresariado", afirmou. O embaixador Afonso Cardoso, diretor do Departamento de Integração do Itamaraty, afirmou que a Venezuela comprometeu-se com a chamada cláusula democrática do Mercosul e não haveria razões para duvidar de seu descumprimento. Ele rebateu a crítica dos empresários europeus dizendo que a Venezuela trará demandas, mas também ampliará oportunidades aos parceiros do Mercosul.

O protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul deve ser votado na próxima quarta-feira. A adesão já foi aprovada por Argentina e Uruguai. Há dois meses, Chávez reclamou publicamente da demora do Congresso brasileiro e chegou a dar um ultimato aos congressistas, mas voltou atrás.

## **CNI critica entrada da Venezuela no Mercosul sem adesão às regras - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 06/09/2007**

A adesão da Venezuela ao Mercosul traz o risco de dar ao país em curto prazo fortes direitos nas negociações comerciais do bloco, sem correspondentes compromissos com regras de acesso ao mercado venezuelano, para empresários brasileiros, alertou a gerente-executiva de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Soraya Rosar.

Segundo levantamento da CNI, os venezuelanos não informaram até hoje como aceitarão 169 (22%) das 783 normas existentes no Mercosul, que a Venezuela deveria incorporar à legislação para integrar o bloco.

"Não negamos a importância da Venezuela e do Mercosul como mercado. É prioridade da CNI, onde podemos vender produtos de maior valor agregado", ressaltou Soraya, ao chamar a atenção para a importância de obrigar a Venezuela a incorporar o acervo de normas do Mercosul. "São nesses pontos, nas normas de origem, regras fitossanitárias, que são criadas as maiores barreiras." O grupo encarregado de negociar as

definições por parte da Venezuela não concluiu todo o trabalho em maio, como previsto, e criou outro grupo, para, a partir de outubro, resolver em 180 dias os pontos pendentes.

O diretor do departamento de integração regional do Ministério de Relações Exteriores, Afonso Cardoso, que também participou da sessão da Comissão de Relações Exteriores da Câmara sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul, fez um discurso enfático em defesa da inclusão da Venezuela no Mercosul, e garantiu que a negociação vai "muito bem, obrigado".

Como indicação das dificuldades da Venezuela em adotar os compromissos resultantes da adesão ao Mercosul, Soraya citou o acordo para adoção, pelos venezuelanos, da Tarifa Externa Comum (imposto de importação adotado pelos países do bloco para produtos de terceiros países). Quase 80% dos produtos só serão submetidos à TEC cinco anos depois que a adesão for oficializada, lembrou. Soraya queixou-se da pressão e falta de transparência com que foi negociada a adesão da Venezuela.

Cardoso argumentou que esse atraso beneficia os produtores brasileiros, já que a maioria das tarifas da Venezuela está acima da TEC. Essa diferença significa que, com a entrada em vigor do acordo, aumentará o número de exportadores do Brasil com menores tarifas para entrar no mercado venezuelano, enquanto os competidores de outros países estarão pagando tarifa mais alta.

O diplomata defendeu que, com a Venezuela, o Mercosul ganhará força nas negociações por poder oferecer um mercado mais amplo, robusto e diversificado aos eventuais parceiros em futuros acordos comerciais. Argumentou, ainda, que, mesmo com os largos prazos previstos para derrubada de tarifas venezuelanas aos produtos brasileiros, o Brasil conseguiu elevar suas vendas à Venezuela de US\$ 880 milhões em 2003 para US\$ 4,1 bilhões em 2006, com superávit superior a US\$ 3 bilhões para os brasileiros.

Soraya argumentou que o forte dinamismo das vendas mostra não ser indispensável, agora, a entrada da Venezuela no Mercosul, embora tenha admitido que são fortes as pressões dos empresários venezuelanos para levantar barreiras aos produtos do Brasil e dos parceiros do Mercosul.

#### **Lamy: 'empurrão' para concluir Rodada de Doha – O Globo – Economia – 09/09/2007**

Diretor da OMC alerta que protecionismo é prenúncio de guerra

GENEBRA. O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, disse ontem que ainda é possível concluir a Rodada de Doha, de liberalização do comércio global, mas que os líderes políticos precisam dar um "empurrão final" ao processo.

— Um acordo agora é factível, mas precisamos de um empurrão final, que necessita da constante atenção e mobilização dos líderes — disse Lamy.

Ele alertou que as conseqüências do fracasso podem ser sombrias: historicamente, o protecionismo é prenúncio de guerra, e os países pobres vão se sentir ludibriados se o mundo industrializado continuar sendo o maior beneficiado da globalização.

As negociações de Doha foram retomadas esta semana por diplomatas ligados ao comércio na sede da OMC. Lamy insiste que o processo deve terminar até o fim do ano, para evitar que coincida com as eleições presidenciais nos EUA, em 2008.

Reunidos em Sydney, os líderes do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) devem divulgar hoje um comunicado pedindo a retomada de Doha.

**Escandinávia: políticas e negócios marcarão viagem** – O Globo – Palntão – 09/09/2007

**Plantão** | Publicada em **09/09/2007** às 12h52m

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia neste domingo, pela Finlândia, uma visita a quatro países nórdicos com uma agenda em que negócios e política são praticamente inseparáveis.

Em cinco dias de giro pela Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega, o presidente promoverá os benefícios dos biocombustíveis, como o etanol brasileiro – mas tentará convencer seus interlocutores de que os benefícios se estenderão aos países em desenvolvimento como um todo, e não apenas ao Brasil.

Nos quatro países, Lula participará de seminários para "vender" o Brasil a possíveis investidores no meio empresarial.

O país acredita que pode aproveitar as oportunidades de negócios abertas pelo compromisso da União Européia de que até 2020 pelo menos 10% de todo o combustível consumido no setor de transporte seja de origem orgânica.

Finlândia, Suécia e Dinamarca são países da União Européia e a Noruega, embora não faça parte do bloco, já declarou que pretende seguir as orientações da UE em relação aos biocombustíveis, com metas até mais ambiciosas de redução global das emissões de gás carbônico.

Em julho, a comissária européia de Agricultura, Mariann Fischer Boel, estimou que a indústria européia - que produz etanol a partir de beterraba e cereais, como trigo e cevada - só teria condições de atender a parte da demanda. Entre 10% e 30% da demanda teria de ser importada.

É aí que o Brasil, como maior produtor mundial de biocombustíveis, vê oportunidades de negócio.

Mas Lula tem procurado insistir na tese de que os biocombustíveis serão benéficos não apenas para o Brasil, mas para os países emergentes em geral, que são produtores de matérias-primas.

A mensagem já ecoa nas páginas do jornal finlandês Helsingin Sanomat, que neste domingo publicou uma reportagem especial sobre os planos do presidente Lula em relação ao etanol.

Dedicando uma página inteira e uma chamada de capa à visita, a reportagem afirmou que a defesa dos biocombustíveis é vista pelo presidente como uma forma de aliviar a pobreza nos países emergentes.

Para o jornal, ao promover o etanol, Lula quer "elevar o perfil do Brasil" no cenário internacional, e fazer do país "uma potência mundial".

A partir daí o Helsingin Sanomat amplia o tema e afirma que "nenhuma decisão pode hoje ser tomada na Organização Mundial do Comércio (OMC) sem levar em conta a posição do G20 (grupo de países emergentes liderados por Brasil e Índia)".

A reportagem recorda ainda que o presidente francês, Nicolas Sarkozy, já defendeu a incorporação do Brasil e de outros países emergentes ao atual G8, que reúne as sete economias mais industrializadas do mundo mais a Rússia.

A visita do presidente Lula aos países nórdicos também poderia abrir uma porta para cooperação em outros aspectos ligados a energia renováveis, área em que existe excelência por aqui.

A Noruega, por exemplo, tem planos de neutralizar suas emissões de gás carbônico até 2050, o que significaria utilizar mecanismos do Protocolo de Kyoto para "comprar emissões" em outros países.

Já na Dinamarca, que em 2009 vai organizar uma conferência mundial sobre o clima, 20% da energia consumida provém de fontes limpas.

Espera-se que, durante esta viagem, o presidente assine ainda acordos científico-tecnológicos que permitam a pesquisa conjunta na área.

Se as negociações sobre energia renderem frutos, o Brasil pode testemunhar uma melhora na sua relação com os países nórdicos, que mantém hoje, tanto no plano político como no comercial, os olhos postos sobre a Europa.

Segundo números do Itamaraty, o comércio bilateral do Brasil com os países nórdicos totalizou em 2006 U\$ 3,8 bilhões - um crescimento de quase 80% desde 2003.

Ainda no ano passado, o total de investimentos nórdicos no Brasil chegava a U\$ 4 bilhões.

Para mais notícias, visite o site da BBC Brasil

© *British Broadcasting Corporation* 2006. Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem a autorização por escrito da **BBC BRASIL**.

Escandinávia: políticas e negócios marcarão viagem - O Globo Online <http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2007/09/09/297652826.asp>

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

#### **CNA defende redução de subsídios na OMC - Agência CNA – 10/09/2007**

O assessor técnico da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antônio Donizeti Beraldo, participa esta semana da Reunião de Negociações Agrícolas da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, na Suíça, para acompanhar os rumos das negociações da Rodada Doha. Entre os avanços esperados pela CNA para esta rodada de negociações está a proposta de eliminação dos subsídios às exportações em 2013.

A medida implica a retirada da União Européia (UE) dos mercados de cereais, carnes, açúcar e lácteos, abrindo espaço para países mais competitivos, como o Brasil. Atualmente, os europeus investem US\$ 2,63 bilhões em promoção de exportações subsidiadas. A negociação de um limite para os gastos com apoio interno e a sinalização da UE em relação a cortes nas tarifas de exportações também estão entre as expectativas do setor rural brasileiro.

#### **Apec faz apelo para destravar Doha – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/09/2007**

Os líderes do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (Apec) fizeram ontem, na Austrália, um chamado urgente para que as nações envolvidas nas negociações da Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC), aumentem seus esforços para romper as barreiras comerciais. “Faço um pedido urgente a todos os países implicados nas negociações de Doha para que renovem os esforços a fim de obter resultados”, declarou o primeiro-ministro australiano, John Howard.

**Lula chega à Finlândia e fala sobre etanol – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Brasil – 10/09/2007**

**Em entrevista ao jornal "Helsingin Sanomat", presidente afirma que pretende transformar Brasil em potência mundial'**

**Petista diz que expansão do biocombustível, parte do que seria uma "revolução na matriz energética", faria o país "elevar" seu perfil global**

*Lula e a primeira-dama, Marisa Letícia, chegam ao aeroporto Vantaa, em Helsinque, na Finlândia; é a 1ª etapa da viagem do presidente pela Europa*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcou ontem, às 19h (13h em Brasília) em Helsinque, precedido por um potente bater de bumbo para o Brasil, ao afirmar em entrevista ao jornal "Helsingin Sanomat" que pretende fazer do país "uma potência mundial".

Helsinque, capital da Finlândia, é a primeira etapa da viagem que levará Lula a Suécia, Dinamarca e Noruega e Espanha. Na programação distribuída pelo Itamaraty há um intervalo de dois dias e meio sem atividade. Lula deixa a Noruega no dia 14, mas inicia visita a Madri no dia 17. O Palácio do Planalto diz que o presidente descansará em Madri nesses dois dias.

A entrevista ao jornal finlandês retoma o tema pelo qual Lula confessa estar obcecado: a expansão mundial do etanol, como parte do que o presidente imagina ser uma "revolução na matriz energética". É essa revolução que, segundo Lula, permitiria ao país "elevar" seu perfil global, até atingir o status de "potência mundial".

Embora chegar ao topo ainda esteja muito longe, passos nessa direção vêm sendo dados. Entre eles, como lembra a reportagem do "Helsingin Sanomat", o fato de que "nenhuma decisão pode hoje ser tomada na OMC (Organização Mundial do Comércio) sem levar em conta a posição do G20", o grupo de países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia que luta para abrir os mercados agrícolas do mundo rico. Segundo: a pregação do presidente francês, Nicolas Sarkozy, para que o Brasil ganhe lugar no Conselho de Segurança da ONU, como membro permanente, e também no G8, clube dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia.

Aliás, o Itamaraty espera que, na visita de hoje, a Finlândia oficialize o apoio à participação do Brasil no Conselho de Segurança. O presidente também participará, em todos os países a serem visitados, de seminários empresariais, fazendo ou o encerramento ou a abertura. Hoje, fala a cerca de 100 empresários, divididos mais ou menos igualmente entre os dois países, junto com a presidente Tarja Halonen.

Os países nórdicos não figuram entre os grandes parceiros comerciais do Brasil, embora formem uma das regiões de maior renda do planeta. Mas o tamanho é pequeno: apenas 23 milhões de pessoas, menos do que o Estado de São Paulo. O comércio, no ano



passado, não passou de US\$ 3,9 bilhões, ou 1,7% de todas as trocas brasileiras e um décimo do que o Brasil vende/compra dos Estados Unidos (US\$ 39,52 bilhões). O presidente foi do aeroporto para a casa de hóspedes que o governo finlandês mantém ao lado do Hilton Hotel, no qual ficaram os dois ministros que acompanham Lula (Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e Sérgio Resende, de Minas e Energia). Lula entrou no sobradão, sóbrio e discreto como todos os prédios públicos da capital, sem falar com os jornalistas.

### **Líderes da Apec vêm avanço na Rodada Doha** – Folha de São Paulo- Dinheiro – 10/09/2007

DA REUTERS - Líderes da Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) disseram que viram "progresso real" nas negociações da Rodada Doha e prometeram flexibilidade e vontade política para finalizar um acordo até o final do ano. Eles pediram para todos os países assumirem o mesmo compromisso.

### **Energia domina visita de Lula aos nórdicos** - Humberto Saccomandi – Valor Econômico - Brasil - 10/09/2007

Energia, energia e... energia. Esses são os principais temas da viagem de cinco dias do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos países nórdicos: Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega. Sim, há outros assuntos, como investimentos, PAC, comércio e meio ambiente. Mas nenhum deles é tão imediato e em nenhum o papel do governo é tão fundamental como em energias renováveis.

O presidente chegou ontem, pouco antes das 19 horas (horário local), a Helsinque, capital da Finlândia, primeira etapa da viagem. Veio acompanhado de três ministros: Celso Amorim (Relações Exteriores), Miguel Jorge (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia).

Lula se reúne hoje com a presidente finlandesa, Tarja Halonen, com o premiê Matti Vanhanen e participa de um seminário empresarial, que reunirá empresários e autoridades dos dois países. Esses seminários serão realizados em todas as etapas da viagem. Está é a primeira visita de Estado de um presidente brasileiro a esses quatro países. Já houve visitas anteriores, mas como parte de reuniões multilaterais.

Lula já esteve na região como líder sindical. Nessa viagem, ele se encontrará com os presidentes das centrais sindicais da Suécia e da Dinamarca, com as quais o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) mantêm uma relação antiga.

O principal interesse em termos de energia renovável é certamente o etanol. A Suécia é o único dos quatro países a ter uma frota de veículos a álcool (são cerca de 45 mil veículos movidos a E85, uma mistura de 85% de etanol e 15% de gasolina). O programa é altamente subsidiado, mas interessa à indústria sueca. O país já compra etanol do Brasil, mas tende a ampliar a importação pois a produção local é muito cara.

Os demais países também importam um pouco de etanol brasileiro, que é acrescentado à gasolina. Mas devem elevar as importações nos próximos anos para atingir a

meta da União Européia e suas metas próprias de utilização de biocombustíveis. A meta da UE para 2010 é que os biocombustíveis representem 5,75% do total consumidos pelos veículos.

Para isso, Suécia, Dinamarca e Finlândia (que são membros da UE) apóiam a redução da tarifa de importação que hoje limita a entrada de etanol brasileiro no bloco europeu. Os países nórdicos também desejam o estabelecimento de um mercado mundial de etanol, que criaria normas válidas internacionalmente e estimularia a produção. Na Suécia, haverá um seminário acadêmico-empresarial sobre biocombustíveis.

Autoridades de países da região manifestaram ao Valor preocupação com o desmatamento no Brasil para o plantio de cana, apesar de o governo brasileiro insistir em que é possível elevar a produção usando terras hoje ociosas. Segundo um executivo finlandês, é provável que a Europa venha a exigir um sistema de auditoria externa das condições ambientais e sociais da produção de cana e etanol no Brasil, conforme cresça a utilização do biocombustível.

Além da assinatura de acordos de cooperação entre os governos, empresas e instituições desses quatro países devem acertar negócios e pesquisa com parceiros brasileiros, incluindo a Petrobras. Uma área com muito potencial é a do etanol de segunda geração.

Do lado nórdico, há interesse em vender várias tecnologias de energia renovável ao Brasil. Na Finlândia, a empresa de petróleo Neste pretende se tornar nos próximos anos a maior produtora europeia de biodiesel (vem crescendo muito na UE a venda de veículos a diesel). A Dinamarca propõe seus moinhos de vento para energia eólica e sistemas mais eficientes de geração de energia convencional a partir de combustíveis fósseis. Todos os países têm programas avançados de uso de biomassa (resíduos agrícolas ou florestais). Com a Noruega, um dos maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo, há negócios em discussão entre a Petrobras e empresas norueguesas.

Mesmo sendo pequenos em termos de população (a população somada não chega a 24 milhões), os países nórdicos são importantes investidores no Brasil. Cerca de 350 empresas desses países atuam no Brasil, incluindo gigantes como Nokia (Finlândia), Stora-Enso (Finlândia e Suécia), Maersk (Dinamarca), Norsk Hydro (Noruega), Ericsson (Suécia). Na viagem, Lula e ministros apresentarão a empresas nórdicas opções de investimento no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento.

Apesar disso, o comércio entre o Brasil e esses países ainda é pequeno. Somou US\$ 3,8 bilhões em 2006, representando 1,7% do comércio exterior brasileiro. O Brasil só teve saldo positivo com a Noruega. Mas houve aumento de 80% das trocas desde 2003, observa o governo brasileiro. A pauta de importação brasileira é diversificada e pulverizada. As exportações estão mais concentradas em produtos básicos e o desafio, segundo o governo brasileiro, é incluir itens de maior valor agregado. Recentemente, por exemplo, a Finnair, empresa aérea finlandesa, comprou aviões da Embraer.

No tema ambiental, a Dinamarca, que vai sediar uma importante reunião sobre mudança climática em 2009, busca apoio do Brasil para que o encontro seja uma cúpula de chefes de Estado e de governo.

**Brasil vai pedir um painel contra subsídios dos EUA** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/09/2007

O Brasil decidiu ir adiante com o processo contra os subsídios agrícolas dos Estados Unidos e pedirá à Organização Mundial do Comércio (OMC) a criação de um painel (comitê de arbitragem) para julgar o caso. O País deve incluir no processo programas de apoio à produção do etanol, além de incentivos à produção de açúcar, arroz, trigo e outros setores agrícolas.

A ação brasileira ocorre depois que a Rodada Doha não conseguiu estabelecer novas regras para os subsídios agrícolas. O governo americano é quem mais resiste ao corte de subsídios. A alternativa está sendo questionar as políticas desses países na OMC.

Há duas semanas, o Brasil consultou os representantes americanos sobre o assunto. Mas não ficou satisfeito com as respostas. O Itamaraty questionou 74 programas de incentivo à produção, alegando que o valor dos subsídios dos EUA estava acima dos limites autorizados pela OMC.

O Canadá já fez o mesmo pedido e os dois casos podem acabar se tornando um só processo. Para o Brasil, os americanos superaram o limite de subsídios de 1999 a 2002 e em 2004 e 2005. Para a Casa Branca, o cálculo brasileiro é incorreto.

**Clube dos países ricos diz que só vê defeitos em biocombustíveis** – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/09/2007

No exato momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva leva aos países nórdicos o seu projeto-obsessão, os biocombustíveis, esse tipo de energia alternativa recebe um petardo na linha de navegação.

A OCDE advertiu ontem que os biocombustíveis fazem mal à saúde (da economia mundial), podem prejudicar ecossistemas e nem são tão relevantes para conter as emissões dos gases que causam o efeito estufa e levam ao aquecimento global, o novo fantasma a assombrar o planeta.

OCDE é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o clube dos 30 países mais ricos do mundo, que, há quatro meses, convidou o Brasil para ser membro pleno (hoje é apenas observador).

Reúne, portanto, todos os países que Lula quer atrair para um programa global de investimentos na produção de biocombustíveis, caso de Estados Unidos e das principais nações da União Européia.

O relatório da OCDE, antecipado ontem na capa pelo jornal britânico "Financial Times", diz que "o presente esforço para expandir o uso de biocombustíveis está criando

insustentável tensão que desorganizará os mercados sem gerar benefícios ambientais significativos".

Traduzindo: a corrida para plantar produtos que possam se transformar em álcool leva a uma alta de preços dos alimentos, na medida em que o plantio destes é deixado de lado em favor do mais rentável biocombustível.

Relatório anterior da OCDE, em conjunto com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), já dizia que a alta dos preços de alimentos lançara na agenda o debate "comida x combustível". Previa, ademais, que os preços das commodities agrícolas tendiam a ficar acima dos níveis históricos pelos próximos dez anos, em parte por causa da competição com a produção para combustíveis.

É paradoxal que o argumento do clube dos ricos seja muito parecido com o que vem sendo usado pelo maior inimigo ideológico deles, o presidente cubano Fidel Castro. Agora, no entanto, o alerta da OCDE vai mais longe, ao apontar outros problemas. Primeiro, diz que o corte na emissão de gases poluentes será de magros 3%, com a adoção dos biocombustíveis em substituição aos combustíveis fósseis.

Depois, ainda aponta a tendência de substituir com plantações para a bioenergia "ecossistemas naturais, como as florestas, os pântanos e as pastagens".

O relatório tem, entretanto, um viés que pode neutralizar ou anular sua consistência técnica: leva em conta custos de biocombustíveis produzidos nos Estados Unidos e na Europa, que são reconhecidamente altos demais. O álcool norte-americano sai do milho, ao passo que o brasileiro é derivado da cana-de-açúcar, com custo de produção 30% menor. Além disso, "o balanço energético é extremamente favorável: a cana produz 8,3 unidades de energia renovável para cada unidade de energia fóssil utilizada para produzi-la, um valor 5,5 vezes superior ao que o milho produz", afirma estudo de Marcos Jank, um dos maiores especialistas brasileiros em agricultura.

Jank nega também que o dilema "comida x combustível" se aplique ao Brasil: "O Brasil poderia produzir os 132 bilhões de litros de álcool, que seriam necessários para substituir 15% da gasolina dos Estados Unidos [meta do governo Bush], com cerca de 20 milhões de hectares de cana-de-açúcar, o triplo da área atual de cana, porém apenas 10% da nossa reserva de pastagens".

De todo modo, o impacto político de um relatório que leva o selo da OCDE é poderoso. Certamente a disputa "comida x combustível" acabará ocupando o centro do palco, na reunião que o presidente Bush convocou para este mês com os líderes de 15 países, entre os quais o Brasil, para discutir a questão.

**Mercosul quer negociar mais flexibilidade** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 12/09/2007

O Brasil e a Argentina querem negociar uma flexibilidade adicional na área industrial para o Mercosul (como bloco) no acordo da Rodada Doha, em meio a crescente pressão dos países desenvolvidos para se comprometerem nessa negociação. As alternativas a serem levadas para a Organização Mundial de Comércio (OMC) incluem desde um maior número de produtos com corte tarifário menor até mais prazo para manter a proteção ao setor industrial. A idéia é acomodar melhor as sensibilidades específicas das indústrias de cada um dos quatro sócios.

"Do mesmo jeito que foram gastos milhares de horas na OMC para atender sensibilidades dos agricultores de países ricos, o mesmo deve ser feito para países onde a indústria é sensível", disse ao Valor o secretário de Comércio Internacional da Argentina, Alfredo Chiaradia. Os Estados Unidos, a União Européia e outros desenvolvidos pressionam para os emergentes dizerem claramente que aceitam como base para a negociação final o texto industrial que OMC apresentou no fim de julho - e que foi contestado por grande parte dos países em desenvolvimento.

O comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, insistiu ontem que a negociação precisa agora "entrar nos detalhes" para ter alguma chance de acordo final e cobrou do Brasil e outros emergentes um claro posicionamento. Na semana passada, a representante comercial dos EUA, Susan Schwab, chegou a acusar o Brasil, Argentina, África do Sul e Índia de ameaçarem "destruir" a Rodada Doha, por causa da resistência na área industrial.

Chiaradia veio ontem a Genebra, onde rechaçou a acusação com uma clara mensagem ao diretor-geral da OMC, Pascal Lamy: a Argentina está engajada e quer o avanço da rodada. Mas isso passa por profunda mudança no texto industrial, para garantir flexibilidade às indústrias que precisam de proteção.

Pelo texto que a OMC quer usar como base da negociação, há duas opções de flexibilização para países em desenvolvimento na área industrial: um país pode escolher fazer cortes até 50% menores em 10% das linhas tarifárias que não ultrapassem 10% do valor total importado. Ou excluir 5% das linhas tarifárias da lista de cortes, desde que não ultrapassem 5% do valor importado. Os países do Mercosul escolheram a primeira opção, o que significaria proteger 880 produtos. Normalmente, a lista considera produtos dos setores mais sensíveis como automotivo, móveis, têxteis, calçados, máquinas, eletrônicos e químicos.

Ocorre que, ao checarem as listas apresentadas pelos países, negociadores do Mercosul constataram que os produtos sensíveis não sempre são os mesmos. "Isso fez incrementar a lista dos sensíveis do bloco porque é uma união aduaneira", disse Chiaradia. De fato, a lista foi quase o dobro dos 880 que deveriam ser, segundo fontes. Haverá nova consolidação, mas inevitavelmente a lista vai passar dos 10%. E cada diferença significa diminuir a flexibilidade do bloco.

A questão, porém, é qual alternativa apresentar na OMC, porque ela é inevitável. O subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, ministro Roberto Azevedo, apenas comentou: "Estudamos várias alternativas que permitam o desfecho positivo da rodada."

De fato, o bloco pode misturar as duas opções dadas pela OMC. Também pode pedir flexibilidade adicional pelo fato de o Mercosul ter membros que se enquadram na categoria de "economias pequenas e vulneráveis", caso do Paraguai e do Uruguai. Isso não é novo. A África do Sul já fez proposta para ter corte adicional menor para as tarifas de

importação da União Aduaneira da África Austral (Sacu), que tem sócios com situação econômica distinta. "Argentina, África do Sul e outros tem setores industriais muito sensíveis que merecem tratamento especial", disse Chiaradia.

Outra questão é o tamanho dos cortes industriais para os produtos que ficarem fora da flexibilidade. Argentinos, brasileiros e outros emergentes insistem que tudo vai depender do que acontecer na atual rodada de negociações na área industrial. Ou seja, a ambição na área agrícola é que vai determinar a ambição na área industrial.

### **Mais grupos se formam para tentar salvar Doha** – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 12/09/2007

O Brasil integra agora o G-8, criado esta semana e que deverá se tornar o centro real da negociação agrícola na Organização Mundial do Comércio (OMC). Os outros membros são do antigo G-4 - Estados Unidos, União Européia e Índia -, além da Argentina, Austrália, Canadá (exportadores agrícolas) e Japão.

Esse novo grupo está se reunindo com frequência e convidando outros países para discutir soluções técnicas específicas que ajudem a negociação avançar. Como sempre ocorre, entre os que ficaram fora a primeira já começou. A Costa Rica teria sido vetada pelo Brasil para participar de discussão sobre tarifas. Um negociador brasileiro explicou que está sendo convidado quem mais pode contribuir tecnicamente.

Representantes de outros países emergentes indagam a jornalistas afinal que grupo é esse. Só que surgiu mais um, que está sendo chamado de "grupo dos amigos do mediador agrícola", no qual o Brasil também está dentro. Duas iniciativas paralelas, com reuniões restritas de países, também estão ocorrendo.

Nessa proliferação de grupos e de reuniões, negociadores baixaram o pessimismo em relação a primeira das três semanas ditas cruciais. O mediador Crawford Falconer deve submeter novo texto de compromisso sobre cortes de tarifas e subsídios em outubro.

Só que há um detalhe: na questão maior, dos subsídios domésticos, tudo se reduz a saber quanto os Estados Unidos estão dispostos a cortar as ajudas que mais distorcem o comércio e as subvenções específicas por commodity. E Washington não dá sinal de se mover, participando de todos os grupos e reuniões. **(AM)**

### **EUA rejeitam painel contra subsídio para o milho** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/09/2007

O governo americano rejeitou a ofensiva brasileira de questionar os subsídios à produção de milho usado na fabricação do etanol. Para a Casa Branca, o biocombustível deve ser considerado um produto industrial e não um bem agrícola. Portanto, o questionamento dos subsídios nessa área não poderiam fazer parte de uma disputa no setor agrícola.

Ontem, o Estado revelou que o Brasil decidiu seguir adiante com seu processo na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios americanos, podendo incluir programas de apoio à produção de etanol nos mais de 70 mecanismos de subsídios nos

Estados Unidos. Representantes americanos procuraram diplomatas brasileiros na OMC e pediram esclarecimentos.

Para analistas que acompanham a questão energética, tudo indica que a classificação do etanol se transformará em uma guerra nos próximos meses. 'As isenções que existem para o etanol não podem ser consideradas subsídios agrícolas. Relatamos à OMC todos os anos a existência desses incentivos e acreditamos que devam ser tratados como subsídios industriais', afirmou Joe Glauber, negociador-chefe dos EUA no setor agrícola.

O Brasil concorda que o etanol não deve ser considerado produto agrícola. Mas lembra que sua base de fabricação nos EUA - o milho - recebe subsídios bilionários e que uma proporção cada vez maior dessa produção é destinada ao biocombustível. O etanol americano tem cerca de 200 mecanismos de apoio e recebe US\$ 7 bilhões por ano. O tema promete ser relevante na campanha presidencial nos EUA.

A iniciativa brasileira faz parte de uma estratégia de pressionar o governo americano a ceder em sua posição na Rodada Doha. A Casa Branca insiste em manter seus subsídios, o que vem emperrando as negociações.

'O Brasil faz um favor ao questionar os subsídios nos EUA. Isso deve ser visto como um passo importante para pressionar os americanos a reduzirem seus subsídios', disse ao Estado Jagdish Bhagwati, professor da Universidade de Columbia, nos EUA, especialista em comércio internacional.

**AJUDA** - Enquanto a Rodada Doha não caminha e os países têm dificuldades em aproximar suas posições, a OMC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizam a partir de hoje, em Lima, um encontro para debater formas de ajudar os países em desenvolvimento a tirar melhor proveito do comércio.

A idéia é aumentar a competitividade, reduzir a burocracia e adaptar a produção à exportação. 'O Brasil pode contribuir muito nisso', afirmou o diretor da OMC, Pascal Lamy, que estará no encontro dos próximos dois dias no Peru. O Banco Mundial estuda destinar recursos para esse esforço de gerar competitividade.

**Brasil vai pedir investigação na OMC contra subsídios dos EUA** – folha de São Paulo – Dinheiro – 13/09/2007

O governo brasileiro irá pedir à OMC (Organização Mundial do Comércio) a abertura de um painel para investigar os programas de subsídios agrícolas dos Estados Unidos, que incluem incentivos à produção de álcool, informou ontem o subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, ministro Roberto Azevedo, segundo agências internacionais.

O Ministério das Relações Exteriores, no entanto, por meio de sua assessoria de imprensa, não confirma, dizendo que a medida ainda está em fase de consulta interna. "O Brasil terá de pedir a abertura do painel", disse Azevedo, em Genebra, Suíça, segundo a Associated Press.

No mês passado, os dois países começaram a discutir a questão, depois que o Brasil acusou os EUA de exceder, entre 1999 e 2005, o limite de US\$ 19 bilhões em subsídios por ano autorizados pela OMC.

O negociador-chefe para o setor agrícola dos EUA, Joe Glauber, disse que o pedido de um painel não é apropriado, pois os pagamentos seriam "subsídios industriais".

O Brasil também tem questionado Washington por seus subsídios ao álcool, por ser o segundo maior produtor do combustível do mundo, abaixo dos norte-americanos, que cobram uma tarifa de US\$ 0,54 por galão (US\$ 0,30 por litro) na importação do produto brasileiro, feito com cana-de-açúcar. O custo da produção brasileira é de 30% a 50% inferior ao do álcool de milho nos EUA.

Em julho, o Brasil teve vitória preliminar em julgamento da OMC que avalia o uso de subsídio no algodão produzido nos EUA. A decisão final deve sair até fevereiro.

#### **Articulação política por Doha aumenta** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 14/09/2007

Aumentam as articulações entre chefes de estado e de governo para anunciar mais um "impulso político" para tentar algum avanço na Rodada Doha até o fim do ano, antes que a campanha eleitoral americana esquente. O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, está particularmente ativo, em telefonemas com outros dirigentes. O presidente do México, Felipe Calderon, discutiu o desfecho da rodada com o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh

Susan Schwab, a representante comercial americana, considera que a semana que vem será crucial para ver se o Brasil, Argentina, Índia e outros emergentes "estão negociando em boa fé" .



**Maior acesso do Mercosul ao mercado europeu exige pressão sobre governos – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 14/09/2007**

Se quiserem incrementar o comércio entre Mercosul e União Européia, os empresários têm que pressionar os governos para avançar em temas específicos, independentemente das negociações.

A discussão para um acordo de livre comércio entre os dois blocos está travada e os europeus já deixaram claro que vão priorizar a Ásia. Essas são as principais conclusões de uma série de estudos realizada pela Escola de Ciências Políticas de Paris (Sciences Po), com o apoio do Fórum Empresarial Mercosul - UE e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

"Queremos descobrir o que os empresários podem propor para aumentar o comércio sem esperar pelas negociações formais", diz Alfredo Valadão, diretor da cátedra Mercosul da Sciences Po. Empresários, diplomatas e acadêmicos se reúnem hoje na Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio) para discutir o acesso ao mercado europeu e o setor de serviços. O objetivo é formular propostas a serem apresentadas aos governos durante a cúpula União Européia-Mercosul, que acontece no início de outubro, em Lisboa.

Para Valadão, a negociação entre os dois blocos aguarda o desfecho da Rodada Doha, da OMC, principalmente das questões agrícolas. Além do Mercosul, a UE está negociando acordos de livre comércio com Índia, Coréia do Sul e os países da Asean. "Os recursos humanos para cuidar dessas negociações são limitados", diz.

Ele ressalta que, nas negociações com a Ásia, os europeus não enfrentam a mesma resistência dos lobbies agrícolas, que não querem um acordo com o Mercosul. Valadão avalia que até mesmo os países andinos e da América Central podem concluir mais rapidamente um acordo com a UE do que o Mercosul. "São acordos mais simples, que já foram fechados pelos EUA", diz.

Para Mário Marconini, presidente do conselho de relações internacionais da Fecomercio, "a agenda brasileira está dominada pelas negociações e esquece que existe o mundo real". Ele afirma que apresentar propostas concretas é a melhor maneira de saber se o desejo dos europeus de fechar um acordo com o Mercosul é apenas um "blefe".

Em serviços, Marconini afirma que algumas medidas poderiam ter impacto mais relevante do que as negociações comerciais. Ele cita como exemplo um acordo de reconhecimento mútuo de regulação bancária entre Mercosul e UE ou adoção das normas similares no setor de construção civil. **(RL)**

**Novo risco para acordo na OMC - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/09/2007**

Complicada por si só, a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) tende a ficar refém da incerteza dos mercados sobre a evolução da economia global - em especial, sobre o risco de reversão da escalada dos preços das commodities agrícolas nos últimos anos.

Analistas consideram que esse cenário, uma vez confirmado, deverá alimentar a resistência dos Estados Unidos a um corte mais profundo nos subsídios a seus agricultores

e reforçar as posições protecionistas na União Européia. Essa dose mais alta de conservadorismo abortaria qualquer tentativa de um acordo final.

Nas reuniões informais na semana passada, em Genebra, esse temor não chegou a se irradiar. Mas as previsões para as cotações agrícolas nos próximos anos - principalmente em 2008, quando haverá eleições presidenciais nos EUA - devem ganhar um peso considerável até meados de outubro.

Nesse período, os presidentes dos comitês de negociações da OMC, Crawford Falconer, da área agrícola, e Donald Stephenson, da área de indústria e serviços, deverão apresentar as versões finais dos acordos nesses setores aos 151 membros da organização.

Por enquanto, os preços das commodities agrícolas continuam salgados, por força do aquecimento da demanda da China e pelo deslocamento de parte da safra de milho nos Estados Unidos para a produção de etanol.

Os preços históricos da soja, do algodão e do milho passaram de cerca de US\$ 6,30 para US\$ 9 por bushel (medida para commodities secas, equivalente a 27 quilos) e devem manter-se em ascensão no curto prazo.

A alta dos preços do petróleo, que raspou a cotação de US\$ 80 por barril na semana passada, também alimenta a importação de produtos agrícolas dos países produtores do combustível.

José Augusto de Castro, diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), adverte que o mínimo risco de queda nas cotações das commodities em médio e longo prazos vai se refletir da pior forma possível nas negociações de Doha.

Os negociadores americanos tenderão a recuar na atual oferta de teto para os subsídios de US\$ 17 bilhões por ano e abocanhar uma margem maior de garantia da rentabilidade do eleitorado agrícola.

**Presidenciável argentino quer cooperação entre sul-americanos, sem Chávez –**  
Rodrigo Röttsch – Folha de São Paulo – Brasil – 17/09/2007

### **"Brasil erra ao se ver como ator internacional central"**

EX-MINISTRO DA ECONOMIA de Néstor Kirchner, Roberto Lavagna é agora um dos principais candidatos opositores à mulher do presidente argentino, Cristina Fernández de Kirchner, nas eleições de outubro. Tentando se distanciar dos problemas da gestão atual, ele não poupa a política externa do país, qualificando a proximidade com Chávez de "erro grave" e afirmando que Brasil e Argentina "dissimulam" a relação bilateral.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida pelo candidato da coalizão Uma Nação Avançada, que disputa a Presidência da Argentina, em Buenos Aires.

***FOLHA - O sr. não teme que sua passagem pelo governo torne mais difícil para a população vê-lo como opositor?***

***LAVAGNA*** - Provavelmente. Por isso nós não nos apresentamos como oposição, mas como uma alternativa, melhor que o governo, cuja idéia é fazer um programa para o futuro.

***FOLHA - O sr. se define como peronista, mas está aliado ao radicalismo e enfrenta a candidata do peronismo. É mais um efeito da crise os partidos estarem mais fracos?***

***LAVAGNA*** - Efetivamente. Em 2001 as pessoas saíram às ruas pedindo que se fossem todos os políticos e partidos. Isso não ocorre mais da mesma forma, mas no fundo há um divórcio entre os partidos e a sociedade, o que leva a essa fragmentação.

***FOLHA - O que crê ser necessário, que surja um novo partido ou se restaurem os tradicionais?***

***LAVAGNA*** - Essa é a grande diferença entre o governo e nós. O governo tem o objetivo de terminar com o peronismo e o radicalismo e começar um modelo ao estilo do que foi o PRI mexicano, quando havia um partido de pseudo-esquerda no governo e um partido de direita que dependia, financeiramente, do governo. O governo era direita e esquerda simultaneamente e não havia democracia. Já nós pensamos que o radicalismo e o peronismo deram ao país coisas tremendamente positivas. Também é certo que nos últimos anos cometeram muitos erros, mas esses são os partidos reais da Argentina. É preciso recuperá-los.

***FOLHA - Sua resistência foi um grande entrave a que houvesse uma só candidatura da oposição. Por que essa resistência?***

***LAVAGNA*** - Porque o que une essa oposição é o contra. Eles não têm nenhuma idéia sobre o futuro da Argentina. E não se constrói um país indo contra o governo, mas com uma visão positiva de onde se quer ir.

***FOLHA - Todas as pesquisas apontam que Cristina será eleita no primeiro turno...***

***LAVAGNA*** - Esqueça as pesquisas. Na Argentina os pesquisadores, em vez de usarem as pesquisas para sondar a opinião pública, utilizam-nas para induzir a opinião pública.

***FOLHA - Em Córdoba, o segundo colocado na eleição para governador, Luis Juez, diz que houve fraude. O sr. pediu novas eleições...***

**LAVAGNA** - Antes de mais nada, que se faça a recontagem, voto a voto. Porque houve um "operativo" muito forte.

**FOLHA** - *O sr. teme que possa haver fraude nas eleições de outubro?*  
**LAVAGNA** - Em Córdoba houve; o mesmo pode ocorrer na eleição nacional. Mas precisamos tratar de evitá-lo a tempo.

**FOLHA** - *Se Cristina ganhar a eleição, acredita que haverá alguma mudança no governo?*

**LAVAGNA** - Por que haveria mudanças se os erros mais graves, que foram cometidos no ano passado, foram várias leis defendidas pela senadora [como a reforma do Conselho de Magistratura, que aumentou o controle do governo sobre os juízes]? Por que tenho de pensar que a senadora, que disse estar de acordo inclusive com a intervenção política do Indec, o órgão que cuida das estatísticas, promoveria mudanças?

**FOLHA** - *Quão grave é para a economia do país que os índices do Indec não sejam confiáveis?*

**LAVAGNA** - É muito grave. Um instituto de estatísticas deve dar dados concretos e objetivos. É como um exame médico. Quando o médico nos pede um exame é porque necessita de dados objetivos que lhe permitam fazer um diagnóstico. Mas, se o exame é falsificado, seguramente o diagnóstico e as soluções vão ser incorretos.

**FOLHA** - *Se a inflação realmente é muito mais alta do que diz o governo, como freá-la?*

**LAVAGNA** - É preciso fazer um programa antiinflacionário. Quando eu ainda estava no ministério, em 2005, anunciei um fundo anticrise e uma política de promoção de investimentos e de emprego, medidas que aumentam o superávit fiscal e a oferta. Nenhuma dessas coisas o governo fez depois que eu saí.

**FOLHA** - *A política econômica mudou muito após sua saída?*  
**LAVAGNA** - Não é mais a mesma política. Há maior intervenção do Estado na economia, controles de preço, um forte aumento do gasto em subsídios.

**FOLHA** - *Mas os resultados da economia são apontados como o principal ponto favorável ao governo.*

**LAVAGNA** - Claro, porque o governo tem hoje 2% de superávit fiscal, que é um pouco menos da metade daquele que nós deixamos. Mas, comparado ao tradicional na Argentina, continua sendo muito, porque antes do nosso programa econômico, sempre, durante 60 anos, houve déficit. Mas na economia não importa a foto, importa o filme. E a dinâmica é a forte erosão do superávit.

**FOLHA** - *Como a crise dos mercados encontra a Argentina?*

**LAVAGNA** - Se as políticas forem corrigidas, a Argentina estará em condições de superar qualquer situação crítica. Se não forem corrigidas, provavelmente em algum ponto vamos nos complicar novamente.

**FOLHA** - *O sr. pede agora que Kirchner demita o ministro do Planejamento, Julio de Vido, que seria o responsável maior pela corrupção. Mas ele foi seu colega de gabinete. O que mudou desde então?*

**LAVAGNA** - Antes de pedir a renúncia de fulano ou sicrano, é preciso mudar o sistema. É preciso eliminar os poderes extraordinários para manejar o Orçamento, coisa que eu havia feito em 2005, mas reimplantaram em 2006. Há uma estrutura que beneficia a corrupção e se expandiu no ano passado.

**FOLHA** - *Sua sucessora, Felisa Miceli, era uma pessoa próxima ao sr. O que pensa do episódio do dinheiro achado no banheiro do ministério?*

**LAVAGNA** - Que decida a Justiça. Ao longo do último ano, à medida em que se foi concentrando toda a ação do governo em um só objetivo, que é a continuidade, começaram a ocorrer muito todas essas coisas.

**FOLHA** - *Cristina Kirchner disse que a Argentina precisa voltar a estar no mundo. O governo Kirchner tirou a Argentina do mundo?*

**LAVAGNA** - Claro que sim. A Argentina hoje tem relações formais com muitos países; reais, só com Hugo Chávez na Venezuela e com o governo da Espanha, por meio da Repsol-YPF. Com o resto, são puramente formais. Em particular com o Brasil -de um lado e do outro dissimulam, nada mais.

**FOLHA** - *O que o sr. mudaria da relação com o Brasil?*

**LAVAGNA** - Os sócios estratégicos da Argentina são Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai. Com esses sócios, trabalha-se no mundo. Porque nossos países, sozinhos, não bastam. O Brasil pensa que sim, mas o tempo lhe mostrará que não. A Argentina saiu do mundo, efetivamente, a partir da Cúpula das Américas em 2005. Isso foi duas semanas antes de que eu deixasse o governo e me convenceu da sua perda de rumo. Ali houve conflito com todos os países. Porque o comportamento da Argentina, muito impulsionado por Chávez, foi um comportamento para tirá-la do mundo.

**FOLHA** - *E a volta ao mundo passa pelo Mercosul? O Mercosul deve ser fortalecido?*

**LAVAGNA** - Totalmente. Esse é um ponto central.

**FOLHA** - *A Venezuela deve fazer parte desse fortalecimento?*

**LAVAGNA** - Com a agenda do Mercosul, sim. Com a agenda de Chávez, não. Se a agenda do Mercosul vai ser a agenda de Chávez, o melhor que podemos recomendar é que os Congressos do Paraguai e do Brasil não ratifiquem o tratado.

**FOLHA** - *O que pensa da relação de Kirchner e Chávez?*

**LAVAGNA** - É um dos erros mais graves de política exterior que a Argentina já cometeu.

**FOLHA** - *E o escândalo da mala passa por essa relação?*

**LAVAGNA** - Sim, claro. Esse tipo de situação, em que as relações dos Estados são postas em mãos de negócios mistos, públicos e privados, termina sempre mal. Como vai terminar mal a relação com a Espanha se não lhe tirarem das mãos da Repsol-YPF e puserem nas mãos da Chancelaria.

**FOLHA** - *O sr. fez algumas críticas à posição do Brasil. São críticas ao país ou ao presidente Lula?*

**LAVAGNA** - Creio que há uma tendência por parte do Brasil de se pensar como um ator internacional central. É um ator importante, que hoje tem um peso político e econômico maior que o da Argentina, mas não acredito que, fora do grupo dos 20 na OMC, o Brasil possa ter peso nas negociações internacionais.

**FOLHA** - *O que pensa do governo do presidente Lula?*

**LAVAGNA** - Sobre isso quem deve opinar são os brasileiros.

**FOLHA** - *O que deve ser feito para recompor a relação Argentina-EUA?*

**LAVAGNA** - Devem-se fortalecer os processos de unidade na América Latina. Chávez, com uma verborragia muito pró-latino-americana, divide a América Latina. De um lado ficaram México, Brasil, Chile e Uruguai; do outro, Venezuela, Bolívia e Argentina. Não é dividindo a América Latina que nos faremos entender melhor pelas potências do Primeiro Mundo. É preciso recolocar a Argentina no mundo, abrindo conversações sérias e francas com os presidentes do Brasil, do Uruguai, do Chile; discutir que coisas se podem fazer junto nos fóruns internacionais.

**FOLHA** - *O governo argentino nega que haja uma crise energética. Há uma crise energética na Argentina?*

**LAVAGNA** - Claro que há. A melhor prova é que se inverteram os papéis. Antigamente a Argentina vendia energia ao Brasil, agora lhe compra. Isso é um problema de gestão. Há quem creia que governar é fazer discursos e anúncios, mas governar é fazer as coisas.

***FOLHA - Que pensa da política de direitos humanos de Kirchner?***

**LAVAGNA** - É correta na essência, mas Kirchner se equivoca ao usar politicamente o tema.

***FOLHA - O que pensa da relação do governo Kirchner com a imprensa?***

**LAVAGNA** - É muito ruim. Faz parte da deterioração institucional: pressões sobre os juízes, os governadores, o Congresso, a imprensa. É necessário voltar a buscar um caminho mais democrático, revogando todas as leis aprovadas no ano passado.

**Amorim pede a Lamy mais clareza em novos textos – Assis Moreira - Valor Econômico – Brasil - 17/09/2007**

O Brasil precisará cortar 14,5%, em média, as suas tarifas industriais aplicadas, num acordo da Rodada Doha usando coeficiente 19 na fórmula e sem flexibilidade, de acordo com estudo interno da Organização Mundial do Comércio (OMC). Com uso da regra de flexibilidade (cortar menos em 10% das linhas tarifárias), o corte médio seria de 12,5%. Quanto maior o coeficiente, menor o corte. Assim, com coeficiente 23, as reduções médias seriam de 9,3% ou 7,6% respectivamente.

Esses números começaram a circular as vésperas do encontro de ontem entre o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, em Genebra. A delegação brasileira ficou surpresa com informações de que a OMC tinha feito um estudo sobre as tarifas no país, e queria saber porque isso ocorreu e a pedido de quem. Amorim insistiu junto a Lamy que a segunda e provavelmente a definitiva versão dos textos agrícola e industrial, em novembro, seja equilibrada e clara.

Equilibrada, porque o atual texto agrícola dá margem para um acerto que tanto pode ser ambicioso como tímido. Já o texto industrial é incisivo, e seus números só admitem um acordo ambicioso. Amorim pediu clareza no texto agrícola, por exemplo, em torno dos resultados em cortes de tarifas, porque o atual não permite que os países identifiquem onde estão realmente as concessões, sobretudo em termos de cotas.

As intensas reuniões técnicas não resultaram em convergência de posições até agora, mas haveria avanços, segundo negociadores indicaram a ambos. Amorim e Lamy vêem possibilidade de os esboços agrícola e industrial serem acertados até novembro. No primeiro semestre de 2008, os países fariam então suas listas de concessões, com base no acertado. Mas boa parte dos negociadores em Genebra duvida desse cenário e mantém a previsão de que o acordo só sai com um novo presidente nos EUA, depois de 2009.

**EUA se dizem dispostos a destravar Doha** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios  
– 20/09/2007

O governo dos Estados Unidos declarou, pela primeira vez, que estaria disposto a chegar a um acordo para destravar a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) dentro da proposta feita pela entidade no que se refere aos cortes de subsídios agrícolas. O embaixador do Brasil na OMC, Clodoaldo Huguenev, vê a iniciativa como um “passo significativo”, mas alertou para a falta de clareza na proposta. Ele teme que americanos e europeus possam estar fechando um acordo.

**EUA PODEM CORTAR SUBSÍDIOS, DIZ OMC** – Folha de São Paulo – Dinheiro –  
20/09/2007

O negociador da área agrícola da OMC Crawford Falconer disse que os EUA reduziriam seus subsídios agrícolas para um nível entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões se outros países cortassem suas tarifas no setor. Os EUA nunca aceitaram publicamente um nível inferior a US\$ 22 bilhões.

**EUA acenam com redução de subsídios** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil -  
20/09/2007

Os Estados Unidos fizeram um gesto ontem na Rodada Doha, indicando pela primeira vez que aceitam reduzir para algo na faixa entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões seus subsídios agrícolas que mais distorcem o comércio internacional. A delegação americana condicionou o número final ao conjunto da negociação. Ou seja, ao tamanho do acesso ao mercado agrícola oferecido por parceiros como União Européia e Índia, como também ao corte de tarifas industriais por parte do Brasil e outros emergentes.

Para vários países, uma nova oferta americana em subsídios, na faixa indicada ontem, era pré-requisito para qualquer quebra de impasse na negociação nos próximos dias.

Os EUA têm atualmente autorização para conceder até US\$ 48,2 bilhões de subsídios, mas a média do que foi realmente aplicado ficou em US\$ 15,4 bilhões no período 1995-2005. Certos negociadores indicavam que essa podia ser a cifra de compromisso. Só que quanto mais a negociação atrasa, mais a ambição aumenta. O Brasil, líder do G-20, reagiu positivamente ao anúncio americano, feito durante rodada de três semanas de negociações, que tenta esboçar nova versão do que pode ser o futuro acordo agrícola.

"Foi um movimento, é importante porque os EUA aceitam trabalhar com esses números", disse o embaixador Clodoaldo Huguenev. Ele indicou, em todo caso, que só considera válida a cifra mais baixa da faixa, o que ficaria perto dos US\$ 12,9 bilhões defendidos pelo grupo. Negociadores da Índia e de outras delegações, no jogo da negociação, também destacaram o gesto americano, mas insistiram que não há vínculo entre o tamanho do corte dos subsídios agrícolas e das tarifas industriais - quando todo mundo sabe que há, sim.

A delegação americana deixou claro que aceita todas as faixas de cortes propostas para subsídios domésticos no atual texto de base para a negociação, do mediador Crawford



Falconer. Ele colocou na mesa duas opções para reduzir o atual montante dos subsídios americanos, com cortes de 66% ou 73%. Isso se traduz em limitar os gastos a US\$ 13 bilhões ou US\$ 16,4 bilhões por ano.

Para os programas agrícolas que mais distorcem o comércio, cobertos pela "caixa amarela", o corte nos EUA seria de 60%, ficando em US\$ 7,6 bilhões. Falconer propõe que as exceções "de minimis" sejam reduzidas a 2% ou 2,5% do valor da produção agrícola para países desenvolvidos.

Além disso, pela primeira vez ficaria limitada também a subvenção por produto, como quer o Brasil, a fim de evitar concentração de ajuda em uma única commodity. Esse é um dos pontos que favorecem o Brasil. Nos EUA, a ajuda a cinco produtos - milho, soja, arroz, trigo e algodão - recebeu 93% de todas as subvenções nos últimos anos.

A intensa rodada de negociações enfocou também, mas sem convergência de posições, a questão de tratamento de produtos sensíveis e flexibilidades para nações em desenvolvimento. Uma questão central é em quanto os países deverão aumentar as cotas tarifárias para compensar o corte menor de produtos ditos sensíveis - e que atingem commodities exportadas pelo Brasil.

Negociadores estimam que, em todo caso, há avanços na área técnica, o que estimula o comissário europeu do comércio, Peter Mandelson, a repetir que as condições para um acordo estão bem próximas. No domingo, num encontro em Genebra, o ministro Celso Amorim e o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, também mostraram otimismo, concordando que até novembro pode sair o esboço dos acordos agrícola e industrial.

### **Lula e Chávez tentam reativar negociações bilaterais - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 20/09/2007**

O objetivo, explícito, é normalizar as relações entre os dois mandatários, que andaram estremecidas. No encontro com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, hoje, em Manaus, porém, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer obter do venezuelano o compromisso em tirar do limbo negociações bilaterais importantes, especialmente na área de energia, etanol e nas negociações para a entrada da Venezuela no Mercosul. Lula quer reativar o compromisso da estatal venezuelana PDVSA em comprar etanol da Petrobras. Quer, também, que a Venezuela informe o tamanho de suas reservas de gás, para que a Petrobras possa decidir sobre a parceria com a PDVSA no futuro Gasoduto do Sul.

Os dois presidentes deverão divulgar comunicado conjunto, cuja versão preliminar estava sendo discutida pelas diplomacias dos dois países, ontem à noite. Se dependesse apenas das expectativas no Planalto, o comunicado teria referências a futuro compromisso firme da PDVSA com compras de etanol da Petrobras, exortações dos presidentes para concretização dos investimentos conjuntos na refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e no campo de Carabobo 1, na região do Orinoco.

Os venezuelanos já deram indicações de que consideram passado o episódio que provocou o esfriamento nas relações entre os dois governos - a divulgação de nota do Senado brasileiro pedindo a Chávez para reconsiderar a decisão de não renovar a concessão de uma rede de TV oposicionista, e a reação do presidente venezuelano, que acusou os senadores de agirem como "papagaio de Washington". Chávez não vem disposto a tocar no tema, nem a pedir desculpas, embora deva cobrar a aprovação, pelo Senado, do ingresso da Venezuela no Mercosul.

Lula gostaria de obter de Chávez um sinal mais firme em relação a um compromisso assumido verbalmente pelo venezuelano, o apoio a uma cadeira permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU. O presidente brasileiro deve elogiar e apoiar o oferecimento de Chávez para mediar as negociações entre a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o governo colombiano. O porta-voz do Planalto, Marcelo Baumbach, ao responder sobre possível oferecimento de ajuda do Brasil, confirmou que o governo está disposto a receber Chávez e os negociadores em território nacional, se necessário.

A pauta do encontro é "aberta", o que deve fazer com que seja ampla a agenda da conversa entre Chávez e Lula, mas as negociações entre Petrobras e PDVSA devem tomar um bom tempo da reunião.

Chávez já se queixou do "esfriamento" das negociações para o Gasoduto do Sul, com o qual ele gostaria de vender gás venezuelano aos países do Cone Sul. A Petrobras alega que não tem como aderir ao projeto sem uma informação clara sobre o tamanho das reservas venezuelanas, negada até agora pelo governo vizinho. A Petrobras iniciou, há poucos dias, as obras para a refinaria Abreu e Lima, planejada para refinar óleo venezuelano, com a PDVSA, mas a participação da estatal venezuelana depende de definição sobre outro projeto conjunto, a exploração de Carabobo.

Petrobras e PDVSA divergem também sobre o destino do projeto de exploração de gás de Mariscal Sucre - os venezuelanos querem destinar o produto ao mercado interno, a empresa brasileira quer vender ao exterior.

Lula quer ainda extrair de Chávez um compromisso público em apoiar a criação do Banco do Sul no modelo defendido pelos brasileiros, com regras severas de governança e projetos aprovados por critérios técnicos.

## **EUA dão passo que pode desbloquear Rodada Doha** – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/09/2007

Os Estados Unidos deram ontem um passo importante capaz de, eventualmente, desbloquear a Rodada Doha, o mais ambicioso ciclo de negociações para liberalização comercial, lançada em 2001, na capital do Qatar, e virtualmente estancada desde então. Os Estados Unidos se disseram dispostos a negociar com base nas cifras expostas no documento apresentado em julho pelo presidente do Comitê de Negociações Agrícolas, o neozelandês Crawford Falconer, anunciou o próprio Falconer em Genebra. Mas a oferta está condicionada a que "todos os outros países trabalhem também de acordo com os mesmos parâmetros", ressaltou Falconer.

Na prática, significa o seguinte: os Estados Unidos aceitam reduzir seus subsídios internos aos produtores rurais para entre US\$ 12,8 bilhões e US\$ 16,2 bilhões por ano. Até agora, a oferta oficial norte-americana era cortar os subsídios para US\$ 22 bilhões, embora, no ano passado, seus gastos com essa rubrica não tenham passado de US\$ 11 bilhões. É um grande passo adiante, até porque, mesmo informalmente, Washington insistia em um limite de pelo menos US\$ 15 bilhões.

Mas o anúncio, confirmado em Washington pelo porta-voz do USTR, Sean Spicer, está condicionado a duas coisas:

1) A União Europeia deve aceitar os números propostos por Falconer para reduzir as tarifas de importação de bens agrícolas entre 52% e 53,5%.

A liberalização na área tarifária era o segundo grande nó da negociação agrícola, ao lado dos subsídios internos norte-americanos, mas a União Europeia já havia aceitado um corte "superior a 50%", o que torna os números de Falconer perfeitamente palatáveis.

2) Mas, na área de bens industriais, os grandes países emergentes, o Brasil entre eles, terão que aceitar reduzir suas tarifas bem mais do que se mostravam dispostos a aceitar até agora.

Nesse segmento, o corte nas tarifas de importação se dará segundo a chamada "fórmula suíça", que prevê um coeficiente. O corte será tanto maior quanto menor for o coeficiente.

Don Stephenson (Canadá), presidente do grupo negociador de bens industriais, propôs, para os países em desenvolvimento, um coeficiente entre 19 e 23. O Brasil, oficialmente, insistia em um coeficiente 30, mas, extra-oficialmente, admitia chegar a 25. Os Estados Unidos querem coeficiente 18.

Um coeficiente entre 19 e 23 significar reduzir as tarifas brasileiras entre 53% e 58%, afetando mais da metade das 8.800 linhas tarifárias catalogadas pela OMC. Com coeficiente 20, por exemplo, a tarifa média brasileira cai de 31% para 11,74%; e a máxima, de 35% para 12,78%.

Os cálculos se referem sempre às tarifas consolidadas (registradas na OMC), bem mais altas que a tarifa efetivamente aplicada. A expectativa de avanço se dá pelo fato de que todas as negociações até agora ficavam nesse jogo de "eu faço, desde que os outros também façam". Como os "outros" nunca faziam, o impasse rolava ano após ano, reunião após reunião.

Mas, agora, os EUA "fizeram", aceitando o corte nos subsídios agrícolas internos, que era o principal nó na agricultura, por sua vez o eixo da negociação. Peter Power, porta-voz do comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, diz, com clareza, como o anúncio dos EUA muda o jogo: "Sem um compromisso dos Estados Unidos, o texto [de Crawford Falconer] não tinha futuro".

Como o documento Falconer era o único sobre a mesa de negociações, todo o futuro da Rodada Doha pendia de sua aceitação ou rejeição. Agora, portanto, há um futuro. Não quer dizer que um acordo seja iminente, mas parece o momento menos nebuloso vivido pelas negociações em seus seis anos de duração.

**Brasil e Argentina unem forças na pesca** - Assis Moreira – Valor Econômico –  
Agronegócios - 21/09/2007

O Brasil e a Argentina farão nova ofensiva na Organização Mundial do Comércio (OMC), na próxima semana, pelo direito de dar subsídios para montar frota nacional de barcos e desenvolver o setor pesqueiro. Numa ação política pouco habitual, Brasília e Buenos Aires reuniram suas respectivas propostas numa só, definindo os termos de "tratamento especial e diferenciado" num futuro acordo global estabelecendo regras para o setor.

Com isso, o Brasil procura preservar o Profrota, que prevê R\$ 1,5 bilhão até 2009 para financiar aquisição, construção, compra de equipamentos e adaptação de embarcações. O país quer formar uma frota pesqueira oceânica, com embarcações para atuar na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e em águas internacionais, que compreende a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas. É onde são capturados atuns, caranguejo de profundidade e outras espécies de maior valor comercial.

Até agora, o Profrota financiou cinco embarcações, valendo R\$ 18,5 milhões. Outros 38 projetos estão em andamento no valor de R\$ 168 milhões. Com isso, os aluguéis de barcos estrangeiros vão diminuir.

Os espanhóis, que têm excesso de embarcações, tentam atrair governos do Nordeste com outro negócio. Prometem milhões de dólares de investimentos em troca de criação de portos internacionais, onde seus próprios barcos beneficiariam o peixe e exportariam, reduzindo os custos de levar o produto até os portos espanhóis. Só que a decisão para esse tipo de porto é federal, e o governo rejeita a demanda espanhola por estimar que desestimularia a indústria pesqueira nacional.

A negociação na OMC definirá as condições do setor de pesca no futuro. Atualmente, o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC) não cobre as ajudas ao setor. Até agora, as regras da entidade visaram regular bens produzidos em determinado país. Assim, para constatar a existência de um subsídio, a entidade avalia os benefícios dados a uma empresa que causam distorções de comércio com outro país.

O caso da pesca é diferente. Quando um país dá subsídios ao setor, não cria distorção de comércio em terceiro país por ter beneficiado um produto nacional. O problema aí é a distorção no acesso a um recurso que é compartilhado. O pescado é um recurso comum que somente passa a ser considerado originário de um país quando é capturado.

Na negociação na OMC, duas abordagens se afrontam. De um lado, estão países que dão amplos subsídios e têm frotas altamente intensivas na captura de pescado em alto mar, e que se utilizam de acordos de acesso as águas jurisdicionais de terceiros países. É o caso do Japão, China, Taiwan, apoiados pela União Européia.

Esse grupo em principio não queria nenhuma regra. Depois passou a defender listas de subsídios proibidos, outra de subsídios acionáveis (podem ser questionados pelos parceiros), a terceira das subvenções autorizadas, além de uma previsão específica para subsídios de países em desenvolvimento.

Ocorre que outros países consideram muito difícil definir uma lista completa e fixa de subsídios proibidos no setor. Isso porque novas ajudas governamentais podem ser criadas, causando distorção na produção e contornando a regra.

O outro grupo inclui países como Nova Zelândia, EUA, Brasil e Argentina e defende abordagem que proíba todas as subvenções ao setor de pesca, com exceções

pontuais (que seriam acionáveis), além de previsão específica para ajuda dada por países em desenvolvimento.

O Brasil tem insistido que países ricos criaram enormes frotas nacionais graças a vultosos subsídios, e desenvolveram o setor ignorando critérios de distorção de produção.

Nesse cenário, o país defende que as nações em desenvolvimento possam criar frota nacional e desenvolver a pesca com a ajuda governamental, sem provocar distorção na produção. Procura garantir aos outros países que não há "cheque em branco" para as subvenções das nações em desenvolvimento. Para isso, sugere o critério de auto-determinação, de forma que o mesmo país que dá o subsídio também desenvolva sistemas de gerenciamento pesqueiro para determinar o estado de estoques de pescado que possam ser explorados comercialmente.

Assim, não se penaliza o país em desenvolvimento que queira entrar no setor pesqueiro, por causa de erros dos desenvolvidos, que hoje têm uma frota que é 250% superior a oferta dos oceanos em termos de pescado. Alguns países europeus, Japão, China e Coreia do Sul dão subsídios estimados em US\$ 30 bilhões por ano.

A proposta do Brasil e Argentina defende que os subsídios cubram também fornecimento de gasolina e atividades relacionadas a subsistência dos pescadores.

#### **Chávez, Virgílio e o império** - Gilson Caroni Filho – Agência Carta Maior – 22/09/2007

Quando o líder venezuelano lamenta a demora na concretização de projetos vitais para o região como o Gasoduto do Sul e o Banco do Sul- sabe perfeitamente o que move as protelações.

Os tucanos costumam dizer que o Mercosul está estagnado pelas diferenças político-culturais entre seus parceiros, pela assimetria entre as economias do subcontinente sul-americano, e por medidas protecionistas, tomadas em momentos de crise. Se as dificuldades existem, tomá-las como impossibilidade de uma integração soberana faz parte da estratégia do liberalismo-conservador derrotado nas urnas em 2006.

Costumam invocar o Protocolo de Ushuaia, assinado em 1998, pelo Mercosul e seus países associados, que define o regime democrático como condição indispensável para a existência e desenvolvimento dos processos de integração. A isso supostamente se aferram para protelar a aprovação da Venezuela como membro pleno do bloco. Não foi casual que, há cerca de dois meses, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tenha declarado que "Hugo Chávez tem que ver que está se colocando em uma posição de muita intransigência, de muitas questões, e que algumas delas ferem a consciência democrática da região e do Mercosul". Na verdade, conhecemos o que norteia a "consciência democrática" dos neoliberais: os interesses do "grande sócio" na região.

Quando o líder venezuelano lamenta a demora na concretização de projetos vitais para o região como o Gasoduto do Sul e o Banco do Sul- sabe perfeitamente o que move as protelações. Ao dizer que por trás de atrasos e desencontros está a mão do império estadunidense, toca em questão cara a uma classe dominante que sempre pensou inserção subalterna como projeto ideal. O lamento de colônia costuma vir sob o argumento de que

"fracasso das negociações para a criação da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) também não foi bom para o Mercosul, porque abriu aos Estados Unidos espaço para promover acordos comerciais bilaterais"

É dentro desse contexto que algumas reações devem ser avaliadas. A nota divulgada à imprensa, sexta-feira, 21/09, pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio, é um primor pelo que não diz: "Não adianta ele pressionar com esse discurso atrasado e com esse cacoete de insultar parlamentares para forçar a aprovação do ingresso do seu país no Mercosul", concluindo que "em marcha batida rumo a um regime ditatorial, o governo de Chávez não preenche o requisito da cláusula democrática do Tratado do Mercosul".

O que o senador amazonense não tolera é o que dá mais sustentação a um projeto estratégico regional, aquilo que setores conservadores, dentro de um viés funcionalista, têm chamado de crise política. Ou "retórica nacionalista imprecisa". É a reafirmação soberana de uma região que não constrange nenhuma instituição democrática, pelo contrário a confirma como instância de poder.

É preciso que o Estado, e não as forças cegas do mercado, continue sendo o principal fator de estruturação da economia e da sociedade, assim como base institucional para articulação dos processos de integração regional. Compreender a importância da Venezuela na integração das economias regionais e de suas matrizes energéticas está longe de, como quer fazer crer o discurso recorrente do conservadorismo, submeter o Congresso aos humores de Chávez.

Em 07/10/2006, escrevemos aqui mesmo, na Carta Maior: "o governo Lula tem uma política externa que fortalece o Itamaraty e aposta no Mercosul como futuro espaço de integração. Sabe que toda movimentação regional está sob a espada de Dâmocles do Império e suas 22 bases militares na região. A oposição, ao contrário, defende uma integração subalterna, controlada por megacorporações". Infelizmente o texto não perdeu a atualidade. Virgílio e seus correligionários continuam a atualizá-lo. A inclusão da Venezuela como membro pleno é questão de soberania regional. O resto é tergiversação de candidatos a Vice-Rei.

Quem assistiu ao documentário de Kim Bartley e Donnacha O'Briain sabe que, a depender das oligarquias latino-americanas, assim como a revolução, integrações que interessem aos povos latino-americanos também "não serão televisionadas".

\*Gilson Caroni Filho é professor de Sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), no Rio de Janeiro, e colaborador do Jornal do Brasil e Observatório da Imprensa.

## **O Brasil tem a palavra – Folha de São Paulo – Opinião – 22/09/2007**

NUMA MOVIMENTAÇÃO surpreendente, os EUA deram um passo que pode desembaraçar a Rodada Doha, as negociações globais em torno da liberalização comercial. Caberá agora ao Brasil e a outras lideranças do chamado G20, o grupo de países em desenvolvimento, dar uma resposta à altura, que possa levar a um entendimento.

Os EUA anunciaram que estão dispostos a reduzir seus subsídios agrícolas para uma faixa entre US\$ 12,8 bilhões e US\$ 16,2 bilhões anuais. É uma mudança de patamar importante. Até aqui, Washington vinha falando em cortar os subsídios para US\$ 22 bilhões. Os norte-americanos, entretanto, condicionaram sua oferta a duas contrapartidas.

Eles querem que a União Européia (UE) baixe suas tarifas de importação de bens agrícolas entre 52% e 53,5% e cobram dos grandes países em desenvolvimento -Brasil incluso- uma redução substancial das taxas impostas aos bens industriais.

O primeiro ponto não parece ser um problema. A UE, afinal, já havia concordado em princípio com um corte "superior a 50%". No que diz respeito aos países em desenvolvimento, a situação pode tornar-se um pouco mais difícil. Para ficar perto das exigências americanas, o Brasil precisaria reduzir as tarifas máximas que pode aplicar de uma média de 31% para 11,5%.

O Brasil e o G20 devem agora fazer a sua proposta. Como as tarifas efetivamente praticadas para importação de manufaturas estão abaixo de 13% no Brasil, a indústria local não será sacrificada nas negociações. E a abertura dos mercados agrícolas dos EUA e da UE será bastante positiva para a agricultura brasileira.

O gesto americano, contudo, não significa que um acordo esteja iminente. Há consideráveis pressões políticas contra Doha. No caso dos EUA, qualquer decisão do governo Bush precisará ser sancionada por um Congresso hostil e protecionista.

## **NO PARAGUAI: PARLAMENTARES TAMBÉM REAGEM A DECLARAÇÃO SOBRE MERCOSUL – Folha de São Paulo – Brasil – 22/09/2007**

Hugo Chávez também foi alvo de críticas de senadores do Paraguai pelo discurso de que a "mão do império", em referência aos EUA, causa demora no ingresso da Venezuela no Mercosul. "Essas declarações são as que deixam o ambiente tenso desnecessariamente", disse à agência de notícias Ansa Alfredo Ratti, presidente da comissão de Relações Exteriores do Senado paraguaio. Ele negou que exista influência norte-americana sobre a entrada da Venezuela no bloco.

**Na ONU, Lula insistirá em mudanças na organização** - Eliane Oliveira – O Globo – O País – 23/09/2007

Presidente vai aos EUA participar da Assembléia Geral

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarca hoje para Nova York, onde participará da Assembléia Geral da ONU, com a missão de retomar as discussões sobre a reforma das Nações Unidas e de defender as posições do governo brasileiro relacionadas ao aquecimento global. Seguindo a tradição que dá ao Brasil o direito de abrir a reunião, Lula fará terça-feira um discurso de 20 minutos.

Paralelamente ao amplo evento, o presidente tentará semear suas idéias numa série de reuniões bilaterais que incluem, entre outros, os presidentes dos EUA, George W. Bush; da França, Nicolas Sarkozy; e a chanceler alemã, Angela Merkel.

Na segunda-feira, Lula terá encontros, a cada meia hora, com líderes de vários países: EUA, Polônia, Coreia do Sul, República Tcheca e Alemanha.

No mesmo dia, participará de um jantar com cerca de 20 chefes de Estado, cujo tema central será o aquecimento global. Segundo fontes da área diplomática, Lula dirá que as nações desenvolvidas precisam assumir compromissos maiores que os países emergentes nos acordos de redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa. E defenderá o respeito ao multilateralismo, em uma referência velada à saída dos americanos do Protocolo de Kyoto, que prevê metas assumidas pelos países industrializados.

**Antes de discurso, encontro com Sarkozy** Terça-feira de manhã, horas antes de proferir o discurso de abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, Lula voltará a ter encontros bilaterais. O mais importante será com o francês Sarkozy, que recentemente defendeu a candidatura do Brasil a uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Lula tem como trunfo o fato de as Nações Unidas terem decidido, há algumas semanas, dar início às negociações para a reforma da ONU, por pressão do Brasil e cerca de 30 países em desenvolvimento, como Índia, Nigéria e África do Sul. Os brasileiros, que se aliaram a japoneses, indianos e alemães na disputa por assentos permanentes no Conselho de Segurança, esperam ganhar um apoio mais contundente dos africanos. Atualmente, apenas Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido têm esse status.

O presidente também pretende mencionar o Haiti em seu discurso.

A posição do Brasil é pela renovação, por pelo menos mais um ano, do mandato da Minustah — a força de paz comandada por tropas brasileiras — que está para expirar. Os brasileiros tomaram a frente no processo de reconstrução do país caribenho em 2004, e a avaliação atual é bastante positiva, segundo uma fonte da área diplomática.

Para demonstrar a relevância do tema, Lula enviou ontem ao Haiti o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Além disso, deverá cobrar mais empenho dos países desenvolvidos nas negociações da Rodada de Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Fontes ligadas ao Palácio do Planalto revelaram que o presidente fará uma referência velada, principalmente, aos EUA e à União Européia. Ele cobrará maior boa vontade das nações mais ricas do mundo em relação aos países em desenvolvimento. Outro tema que faz parte da agenda diplomática brasileira diz respeito às “Metas do Milênio”.

O presidente levará consigo os últimos resultados divulgados pela Fundação Getulio Vargas que mostram, entre outras coisas, que a miséria no país caiu 27,7% em seu primeiro mandato. Lula deverá mencionar esse dado em seu discurso e pedir mais rapidez nessa empreitada.



## **O difícil diálogo com a Venezuela de Chávez – Valor Econômico – Opinião - 24/09/2007**

Os presidentes Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva voltaram a se abraçar e trocar públicas declarações de amizade após um tenso período de afastamento iniciado em maio, quando o venezuelano atacou o Congresso brasileiro, acusando-o de servir como "papagaio" de Washington. Falaram mais uma vez em integração e projetos conjuntos, mas a falta de sorrisos entre eles não é o único indício de que a Chávez ainda está alguns decibéis acima do que se esperaria de um "parceiro estratégico" no coro sul-americano.

Há hoje um evidente clima de desconfiança entre os dois governos. Ele se manifesta quando Chávez diz que criará um Banco do Sul, em Caracas, sem esperar por discussões com o governo brasileiro; ou quando afirma que dá "vergonha" o atraso nas negociações de associação entre a estatal PDVSA e a Petrobras. A recusa dos venezuelanos em fixar prazos para os projetos conjuntos é criticada nos bastidores por assessores de Lula, que fez questão de anunciar datas para alguns dos compromissos assumidos por Chávez no encontro realizado na semana passada, em Manaus.

Não agrada a Chávez o comportamento moderado, pró-mercado, do governo Lula, e esse é um dos motivos para o venezuelano, mais uma vez, acusar o Mercosul de ser um "velho mecanismo comercial" inservível para a integração sul-americana. Enquanto na Argentina e no Equador, ou no Uruguai, Chávez pode ter papel de destaque como provedor de ambicionados petrodólares, no Brasil a sua influência não vai além do encantamento que provoca em certas esquerdas e do interesse - grande, é verdade - despertado nas empresas nas empresas com boas oportunidades de lucro no mercado vizinho.

Lula, mais uma vez, enalteceu o papel de Chávez no continente e louvou seu compromisso democrático, ignorando as milícias populares armadas pelo venezuelano e a intenção declarada de perpetuar-se no poder. Chávez correspondeu aos acenos e, ao fim da reunião, adotou um tom nitidamente mais amistoso do que o usado por ele ao falar à imprensa, na chegada. Ao mencionar o planejado "Gasoduto do Sul", com que atravessaria a Amazônia para despejar gás até a Argentina, Chávez até reduziu as pretensões e anunciou que, por agora, não ambiciona levar o gás venezuelano além do Nordeste brasileiro.

Também coube a Chávez informar que já há um acerto na delicada negociação entre PDVSA e Petrobras para a operação do campo petrolífero de Carabobo I, na faixa do Orinoco venezuelano, e a construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. A demora deveu-se à disputa de interesses comerciais entre Petrobras e PDVSA, mas o próprio Chávez vinha jogando o tema para a esfera política.

Por mais que se vejam nas últimas declarações de Chávez contra a "direita" e a "mão de Washington" um ataque ao Legislativo brasileiro, ele desta vez evitou citar o Congresso e deu sinais de que quer a conciliação. A questão para Lula é como lidar com um vizinho cujo projeto de socialismo bolivariano pode conflitar seriamente com o modelo de integração sul-americana sonhado em Brasília.

O governo lembra, com razão, que relações entre países ultrapassam os breves mandatos dos governos - ainda que o venezuelano ameace permanecer indefinidamente no poder. Como alertam os empresários com interesses no país, a Venezuela, propelida pela alta persistente dos preços do petróleo, já ultrapassou a Argentina e garante o terceiro maior superávit para o comércio exterior brasileiro, mais de US\$ 2 bilhões de janeiro a agosto, superado apenas pelos EUA e os Países Baixos, porto de entrada do mercado europeu.

Importante mercado consumidor na fronteira Norte do Brasil, o país já é o segundo destino das exportações do Amazonas e o quarto para São Paulo. As exportações brasileiras de serviços à Venezuela somam cerca de US\$ 3 bilhões, com possibilidades de aumento.

Assim como não seria correto deixar que o projeto bolivariano de Chávez dite o rumo das relações bilaterais, não é sensato virar as costas à Venezuela como resposta à retórica inflamada do mandatário de plantão. Mais que bravatas contra Chávez por supostos ataques ao Congresso, o que se deve fazer é cobrar dele o cumprimento dos compromissos assumidos com o Brasil.

**O Mercosul e a Venezuela** - Rubens Barbosa \* - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/09/2007

A Venezuela, em outubro de 2005, solicitou formalmente sua inclusão como membro pleno do Mercosul e, em dezembro, os países membros assinaram um acordo marco nesse sentido. Em julho de 2006 foi assinado o Protocolo de Adesão, que deverá entrar em vigor após a aprovação pelos Congressos dos quatro países membros e pelo Congresso venezuelano. Os Congressos da Venezuela, da Argentina e do Uruguai já aprovaram o referido protocolo. Brasil e Paraguai ainda não completaram o processo de ratificação.

O encontro Lula-Chávez na semana passada e o início da apreciação do Protocolo de Adesão pelo Congresso Nacional recolocaram o assunto na pauta das prioridades do governo brasileiro e do debate nacional.

O ingresso da Venezuela ou de qualquer outro país no Mercosul, pela complexidade, pelas implicações institucionais e pelas negociações de acordos comerciais com outros países, deveria ser inicialmente objeto de uma análise isenta e objetiva, deixando de lado considerações de ordem política ou ideológica.

O artigo 20 do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, prevê que todos os países membros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) podem solicitar adesão ao bloco, como fez a Venezuela. O artigo 2º do tratado define que um dos fundamentos do Mercosul é justamente o princípio da reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

Segundo os termos do protocolo aprovado pelos cinco países, a Venezuela adotará os protocolos, decisões e resoluções do Mercosul de forma gradual, no mais tardar, em quatro anos contados a partir da entrada em vigência do protocolo (artigo 3º) e a Nomenclatura Comum do Mercosul e a Tarifa Externa Comum (TEC), no mais tardar, em quatro anos (artigo 4º). As partes se comprometem a alcançar o livre comércio, no caso do Brasil e da Argentina, até janeiro de 2012, no caso do Paraguai e do Uruguai, até 2013 e no caso da Venezuela (em relação aos membros do Mercosul) até 2012.

O Protocolo de Adesão criou um Grupo de Trabalho (GT) que, em 180 dias (até 5 de março de 2005), deveria detalhar esses compromissos e estabelecer o cronograma para a adoção do conjunto de normas do Mercosul e para a adoção da TEC pela Venezuela; e estabelecer o programa de liberalização comercial e definir as ações necessárias para a adesão pela Venezuela aos acordos comerciais assinados pelo Mercosul.

O informe final do GT foi aprovado pelos governos, mas deixou sem conclusão a maioria das questões técnicas e comerciais. As negociações estão suspensas desde março, quando os países membros decidiram criar um outro GT, ad hoc, para tentar concluir os trabalhos em 180 dias, prorrogáveis por mais 180, a partir de 1º de outubro.

Para melhor entender a situação que prevalece hoje, nos próximos seis meses deverão ser resolvidas as pendências não resolvidas até aqui:

Cronograma de adesão ao acervo normativo do Mercosul (do total de 783 normas, há 169 sem indicação de prazo para adoção pela Venezuela);

cronograma de adesão à TEC (foram definidos os prazos e o percentual de produtos, mas não as listas de produtos que estarão em cada etapa);

cronogramas para implementação do livre comércio (o GT não conseguiu concluir negociação de cronograma de liberalização entre Venezuela e Argentina e Venezuela e Brasil);

adesão aos acordos negociados com terceiros países (não houve nenhuma definição e foram concedidos mais 270 dias para a Venezuela estudar as propostas nesse tema).

A exemplo do que ocorreu recentemente na União Européia (UE), a ratificação pelos Congressos do Protocolo de Adesão depende da conclusão das negociações do país que solicita a entrada no bloco comercial com seus membros plenos. No caso das últimas incorporações de novos membros à UE, em 2004 e 2007, as negociações do Protocolo de Adesão ao Tratado de Roma levaram mais de cinco anos.

De conformidade com o documento assinado pelos cinco países, e segundo a prática do Direito Internacional, não será possível o Congresso Nacional aprovar o Protocolo de Adesão antes que as tarefas do Grupo de Trabalho ad hoc estejam concluídas. Trata-se de uma questão técnica, não política.

Foi noticiado que o ministro Celso Amorim, em encontro em Brasília, no mês de agosto, teria deixado claro ao chanceler da Venezuela, Nicolas Maduro, que o Congresso Nacional dificilmente aprovaria o protocolo sem a conclusão das negociações técnicas.

Por uma decisão política dos países membros, já que o Tratado de Assunção não prevê essa categoria, a Venezuela, a partir da assinatura do Protocolo de Adesão, passou a ser considerada membro pleno do Mercosul em processo de adesão. Essa decisão permite aos representantes daquele país participar de todas as reuniões, inclusive de negociações de acordo comerciais, com direito a voz, mas não a voto.

Cabe ressaltar que a Venezuela já havia aderido a diversos protocolos do Mercosul, como o de Ushuaia, que consagrou a cláusula democrática.

A discussão no Congresso Nacional sobre o ingresso de qualquer país como membro pleno no Mercosul deveria cingir-se à análise dos compromissos, direitos e obrigações, assumidos perante os países membros.

É possível que a Venezuela, por razões econômicas ou de política interna, esteja buscando uma justificativa para desistir e recuar de sua intenção inicial de tornar-se membro pleno do Mercosul. O Congresso não deveria entrar no jogo público estimulado pelo presidente venezuelano.

Considerações de outra natureza que não as técnicas - e haveria inúmeras - desvirtuariam a objetividade do debate e dariam desculpa para que o ônus da desistência da Venezuela recaísse sobre o Brasil. \* **Rubens Barbosa, consultor de negócios, presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador em Londres e em Washington**

**Bush diz a Lula em Nova York que pode reduzir subsídios agrícolas** - Tânia Monteiro e Patricia Campos Mello – Estado de São Paulo – Nacional – 25/09/2007

Presidente brasileiro elogia colega e se mostra otimista com possibilidade de acordo para destravar Rodada Doha

Nova York - Durante o encontro de uma hora com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, pela primeira vez, afirmou que está disposto a flexibilizar as negociações da Rodada Doha, principalmente na redução dos subsídios agrícolas. Não disse, no entanto, para quanto os subsídios em seu país seriam reduzidos. “Eu garanti ao presidente que os Estados Unidos mostrarão flexibilidade, particularmente na questão de produtos agrícolas para ajudar a chegar a um resultado”, disse Bush, em declaração à imprensa após o encontro.

Lula comemorou a sinalização de Bush, mas destacou que há ainda muitas barreiras a serem vencidas e, para se fechar um acordo, é necessário o apoio de inúmeros países. “O Brasil quer fazer o que for necessário para fazer um acordo, se nós conseguirmos convencer a China, a Índia, a África do Sul, o México, a União Européia e o Japão. Se isso acontecer, poderemos chegar a um resultado.”

Apesar das ressalvas, Lula mostrou-se otimista e chegou a dizer que espera para “os próximos dias” a possibilidade de se chegar a um acordo. “O que estamos demonstrando é que o problema existe, ninguém tem a solução definitiva, que todo somos aprendizes de como lidar com este tema e todos queremos fazer a lição de casa. A demonstração de vontade política do presidente Bush e a minha é um sinal de que ninguém é o dono da verdade. Todo mundo sabe um pouco e não sabe nada.”

Lula também falou da “disposição” de Bush de ceder em questões relacionadas ao clima. “Todos nós temos responsabilidade. Acho que não se trata de ficar procurando quem

é culpado, já que todos precisam cuidar porque, se nós não cuidarmos do planeta Terra, todos nós perdemos.” O Brasil, afirmou, está fazendo a sua parte, ao combater o desmatamento da Amazônia.

**TROCA** -O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, detalhou as negociações dos dois presidentes. Bush, revelou ele, se comprometeu a seguir as recomendações da OMC para redução de subsídios agrícolas. Em troca, pediu que o Brasil demonstrasse “flexibilidade “ na abertura de seu mercado para importação de produtos industriais. “A oferta americana é o suficiente para nós nos reengajarmos profundamente na negociação”, resumiu Amorim.

Na semana passada, a delegação americana em Genebra sinalizou que poderia aceitar a redução de subsídios agrícolas para a faixa de US\$ 13 bilhões a US\$ 16,4 bilhões, como sugerido pela OMC. No encontro com Lula, Bush deu respaldo oficial ao negociadores americanos.

Hoje, Amorim se reúne mais uma vez com Susan Schwab, representante de comercio dos Estados Unidos, e deve definir melhor a proposta. No ano passado, os EUA distribuíram US\$ 12 bilhões em subsídios.

Doha foi o principal tema do encontro dos presidentes, que durou quase uma hora, mas os chefes de Estado também discutiram mudança climática e etanol. Segundo Amorim, Bush agradeceu a Lula sua liderança na área e a cooperação para produção de etanol em países da América Central.

Questionado se o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, foi tópico da conversa, o ministro gaguejou e depois desconversou. “Eu diria que não”, disse, para depois completar. “Só indiretamente. O presidente Bush afirmou que o Brasil é o grande fator de estabilidade da América Latina.”

Lula se encontrou ontem com representantes de vários países. Com a chanceler Angela Merkel, da Alemanha, também tratou da Rodada Doha.

### **Bush promete a Lula flexibilizar negociação – O Globo – Capa – 25/09/2007**

Brasileiro é chamado de 'evangelizador na questão do etanol' Em encontro em Nova York, o presidente dos EUA, George W. Bush, prometeu ao presidente Lula que seu governo vai mostrar mais flexibilidade nas negociações da Rodada de Doha, especialmente quanto à redução dos subsídios agrícolas. Bush disse que Lula é um “evangelizador na questão do etanol”.

O brasileiro elogiou Bush, mas afirmou que a negociação será feita em bloco. Os chanceleres de Brasil, Rússia, Índia e China também se reuniram. Página 3

**Bush chama Lula de evangelizador do etanol** – Marília Martins - O Globo – O País – 25/09/2007

EUA anunciam a disposição de flexibilizar subsídios agrícolas; já Brasil diz que só negocia em bloco

Flexibilização foi a palavra-chave do encontro de ontem entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush no Hotel Waldorf Astoria, em Nova York, que durou 45 minutos, pouco mais do que o previsto. Os dois presidentes reafirmaram a disposição de retomar as negociações da Rodada de Doha, mas Lula deu a entender que os avanços dependem da capacidade da diplomacia brasileira de convencer os países do G-20 (o grupo de nações em desenvolvimento, liderado por Brasil, Índia e China) a avançar nas negociações.

A Rodada de Doha está suspensa por impasses nas negociações agrícolas, já que os países ricos se recusavam a reduzir seus subsídios. O Brasil, como outros países em desenvolvimento, busca retomar as negociações de Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC).

— Cada vez que nos encontramos temos uma discussão proveitosa.

Agradei a liderança de Lula na questão (do etanol) na América Latina e no Haiti. Ele tem sido um evangelizador na questão do etanol. Compartilhamos o compromisso de uma rodada exitosa de Doha.

Garanto que o presidente dos EUA tem flexibilidade para alcançar resultados — disse Bush após o encontro.

**Subsídios agrícolas foram a pauta** - Lula elogiou a disposição de Bush de negociar, mas deixou claro que essa negociação será feita em bloco: — Estamos convencidos que tanto a questão de Doha quanto a das mudanças climáticas dependem de alguns fatores. Um deles é a disposição de um país importante como os EUA de demonstrar flexibilidade. Bush tem demonstrado disposição de flexibilizar, e Doha é uma oportunidade para que países ricos possam dar sua contribuição para países pobres. Se nós pudermos convencer a Índia, a Rússia, a China, o México, a União

Européia e o Japão, poderemos dar notícias boas sobre Doha nos próximos dias.

A conversa de Bush e Lula girou em torno da redução dos subsídios agrícolas americanos. Os EUA têm um teto de US\$ 47 bilhões anuais para subsídios agrícolas, mas no ano passado gastaram apenas US\$ 9 bilhões.

Isso ocorreu porque a alta das commodities agrícolas no mercado fez com que os produtores americanos não precisassem recorrer tanto à ajuda governamental. O governo brasileiro pediu a redução desse teto para US\$ 12,5 bilhões.

Já os americanos querem, em contrapartida, a redução do teto das tarifas de importação para produtos industriais, dos atuais 35% para 12%.

Do encontro entre Lula e Bush também participaram o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, a secretária de Estado americana, Condoleezza Rice, a secretária de Comércio, Susan Schwab, o conselheiro Ed Gillespie, e Dan Fisk, membro do Conselho de Segurança dos EUA para a América Latina.

Enquanto Lula tinha encontros bilaterais na ONU com os chefes de governo de Polônia, Coréia do Sul, Timor Leste, República Tcheca e Alemanha, o chanceler Celso Amorim almoçou com os ministros das Relações Exteriores de Rússia, Índia e China (os países que formam o grupo chamado Bric), na residência oficial da representante brasileira da ONU, Maria Luíza Viotti. Na saída, Amorim registrou a disposição dos americanos para negociações no âmbito da OMC.

— Antes, eles (os americanos) falavam em subsídios agrícolas de US\$ 22 bilhões ao ano. Depois falaram em US\$ 17 bilhões. Agora os americanos falam em algo entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,5 bilhões. Foram os números mencionados pela secretária de Comércio dos EUA, Susan Schwab, com quem vou me encontrar amanhã (hoje).

Se o governo americano se aproximar dos US\$ 13 bilhões, haverá acordo. Aliás, como disse o presidente Lula, quanto mais eles se aproximarem do teto de US\$ 13 bilhões, mais facilmente chegaremos a um acordo.

Há um avanço inegável. Estamos num bom grupo, de países emergentes, e podemos fazer dessa união uma oportunidade de transformar a política e o diálogo com os americanos — avaliou Amorim, que também destacou a disposição da chanceler Angela Merkel, da Alemanha, de avançar as conversas do lado da União Européia.

Amorim também disse que, do lado brasileiro, há uma negociação quanto à flexibilização das tarifas de importação de produtos industriais, mas não informou quais são os números que estão sendo negociados.

— Esta é uma decisão delicada, e pretendemos levar em questão as sensibilidades brasileiras no setor industrial. Há setores mais sensíveis do que outros, de modo que será preciso atenção. Além disso, estamos trabalhando com um acordo que prevê cotas de importação, e nós dissemos aos americanos que não é justo que haja cotas de importação agrícolas e limites de valores de importação do lado deles, sem que haja o mesmo do nosso lado. Ou liberamos esses limites de importação ou mantemos dos dois lados — disse Amorim.

**Referência indireta a Hugo Chávez** - Depois do encontro com Bush, Lula saiu para o jantar com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, e outros 20 chefes de Estado e de governo, na sede da ONU. A secretária Susan Schwab concordou em ter hoje um novo encontro com o ministro Celso Amorim para detalhar melhor as negociações que ambos consideraram, segundo o ministro, como uma retomada dos entendimentos para chegar a um resultado positivo na Rodada de Doha.

— O diabo mora nos detalhes, e por isso as negociações de números e de cotas são tão delicadas — esquivouse Amorim.

Indagado sobre se os dois presidentes falaram de Hugo Chávez, da Venezuela, Amorim respondeu: — Eu diria que não... Mas Bush fez questão de elogiar a liderança moderada do Brasil no continente, o que sempre quer dizer uma referência indireta a Chávez, a não ser que a minha interpretação esteja errada

### **Brasil, Índia, China e Rússia combinam encontros** – O Globo – O País – 25/09/2007

Países, que formam o Bric, vão discutir temas como desenvolvimento e energia

NOVA YORK. O ministro Celso Amorim fez um balanço do dia de negociações do Brasil na ONU. Ele teve uma extensa agenda de encontros bilaterais e um almoço com os ministros das Relações Exteriores de Índia, China e Rússia. De acordo com Amorim, a reunião entre os chanceleres dos países que compõem o Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) permitiu criar um processo que deve se dividir em várias etapas com o objetivo de discutir temas da realidade internacional.

Os embaixadores desses países vão se encontrar com certa periodicidade, provavelmente a cada dois meses, em capitais que abrigam organismos internacionais, como Nova York, Washington, Genebra, Viena, Nairóbi e Paris, para discutir temas como desenvolvimento e energia.

— Concordamos ainda em realizar um encontro entre vice-ministros e diretores-gerais de cada um dos países no Brasil, no período entre fevereiro e março — disse o ministro Celso Amorim. — Depois, na primavera do hemisfério norte (abril-maio), haveria uma reunião ministerial na Rússia — completou.

O chanceler Celso Amorim também falou sobre os encontros que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve na ONU com os presidentes da Coreia do Sul, da Polônia, da República Tcheca e da Alemanha: — Com os presidentes da República Tcheca e da Polônia, ficou o convite para que Lula visite os dois países.

Com o presidente da Coreia do Sul, houve o anúncio do aumento de investimentos no Brasil, sobretudo num centro de informática e de transferência de tecnologia. Com o Timor Leste, conversamos sobre parcerias nas áreas de educação.

Sobre as mudanças climáticas, o chanceler fez questão de sublinhar a disposição do Brasil de participar dos dois grupos de trabalho — aquele criado no âmbito da ONU, por iniciativa do secretário-geral, Ban Ki-Moon, e o instituído pelo presidente Bush no encontro sobre clima que vai acontecer em Washington quinta e sexta-feira.

— Fazemos questão de frisar que o Brasil está engajado em participar dos dois grupos de trabalho, mas espera que o grupo criado pelo presidente Bush tenha os seus esforços confluídos para a ONU — disse Amorim.

No que se refere especificamente à Organização Mundial do Comércio (OMC), Amorim foi incisivo: — Naturalmente que os dois presidentes trataram da OMC.

Bush reafirmou que aceitaria os parâmetros do texto de agricultura apresentado em Genebra. Os dois demonstraram disposição de avançar, e, no nosso caso, como estamos em nome do G-20, temos uma negociação mais complexa.

Ambos estão envolvidos com o tema.

Quanto à questão do etanol, Amorim viu como avanço o fato de que o biocombustível passou a ser visto como matriz energética e não mais como commodity agrícola: — Essa é uma mudança importante que vai abrir muito caminho para a entrada do etanol no mercado americano, que é o que todos nós esperamos.

“Naturalmente que os dois presidentes trataram da OMC. Bush reafirmou que aceitaria parâmetros do texto de agricultura apresentado em Genebra. **Celso Amorim, chanceler do Brasil**

## **O Mercosul e a Venezuela** – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 25/09/2007

O ingresso de qualquer país no Mercosul deveria ser analisado com isenção

A Venezuela, em outubro de 2005, solicitou formalmente sua inclusão como membro pleno do Mercosul e, em dezembro, os países membros assinaram um acordo marco nesse sentido. Em julho de 2006, foi assinado o Protocolo de Adesão, que deverá entrar em vigor após a aprovação pelos Congressos dos quatro países membros e pelo Congresso venezuelano. Os Congressos de Venezuela, Argentina e Uruguai já aprovaram o referido protocolo. Brasil e Paraguai ainda não completaram o processo de ratificação. O ingresso da Venezuela ou de qualquer outro país no Mercosul, pela complexidade, as implicações institucionais e em relação às negociações de acordos comerciais com outros países, deveria ser objeto de uma análise isenta e objetiva.

O artigo 20 do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, prevê que todos os países membros da Aladi podem solicitar adesão ao bloco, como fez a Venezuela. O artigo



Todo tratado determina que um dos fundamentos do Mercosul é justamente o princípio da reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados partes.

O Protocolo de Adesão criou um Grupo de Trabalho que, em 180 dias (até 5 de março de 2005), deveria detalhar esses compromissos e estabelecer o cronograma para a adoção do conjunto de normas do Mercosul e para a adoção da TEC pela Venezuela; estabelecer o programa de liberalização comercial e definir as ações necessárias para a adesão pela Venezuela aos acordos comerciais assinados pelo Mercosul.

O informe final do GT foi aprovado pelos governos, mas deixou sem conclusão a maioria das questões técnicas e comerciais. As negociações estão suspensas desde março, quando os países membros do Mercosul decidiram criar outro GT, ad hoc, para tentar concluir os trabalhos em 180 dias, prorrogáveis por mais 180, a partir de 1º de outubro.

Para melhor entender a situação que prevalece hoje, nos próximos seis meses deverão ser resolvidas as pendências não resolvidas até aqui: — Cronograma de adesão ao acervo normativo do Mercosul (do total de 783 normas, há 169 sem indicação de prazo para adoção pela Venezuela); — Cronograma de adesão à TEC (foram estabelecidos os prazos e o percentual de produtos, mas não as listas de produtos que estarão em cada etapa); — Cronogramas para implementação do livre-comércio (o GT não conseguiu concluir negociação de cronograma de liberalização entre Venezuela e Argentina e entre Venezuela e Brasil); — Adesão aos acordos negociados com terceiros países (não houve nenhuma definição e foram concedidos mais 270 dias para a Venezuela estudar as propostas nesse tema).

De conformidade com o documento assinado pelos cinco países e segundo a prática do direito internacional, não será possível o Congresso Nacional aprovar o Protocolo de Adesão antes que as tarefas do Grupo de Trabalho ad hoc este jam concluídas. Trata-se de uma questão técnica, não política.

Foi noticiado que o ministro Celso Amorim, em encontro em Brasília, no mês de agosto, teria deixado claro ao Chanceler da Venezuela, Nicolas Maduro, que o Congresso dificilmente aprovaria o protocolo sem a conclusão das negociações técnicas.

Por uma decisão política dos países membros, já que o Tratado de Assunção não prevê essa categoria, a Venezuela, a partir da assinatura do Protocolo de Adesão, passou a ser considerada como membro pleno do Mercosul em processo de adesão. Essa decisão permite aos representantes daquele país participar de todas as reuniões, inclusive de negociações de acordos comerciais, com direito a voz, mas não a voto.

Cabe ressaltar que a Venezuela já aderiu a diversos protocolos do Mercosul, como o de Ushuaia, que consagrou a cláusula democrática.

A discussão no Congresso Nacional sobre o ingresso de qualquer país como membro pleno no Mercosul deveria cingir-se à análise dos compromissos, direitos e obrigações assumidos perante os países membros.

É possível que a Venezuela, por razões econômicas ou de política interna, esteja buscando uma justificativa para desistir e recuar de sua intenção inicial de tornar-se membro pleno do Mercosul. O Congresso não deveria entrar no jogo público estimulado pelo presidente venezuelano.

Considerações de outra natureza que não as técnicas — e haveria inúmeras — desvirtuariam a objetividade do debate e dariam desculpa para que o ônus da desistência da Venezuela recaísse sobre o Brasil.

**Políticos declaram apoio a entrada da Venezuela no Mercosul** – Sítio Eletrônico do MST - 25/09/2007

Durante a reunião bilateral entre o presidente Luis Inácio Lula da Silva e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, realizada em Manaus no último dia 20, parlamentares e ministros entregaram ao presidente brasileiro, um manifesto em apoio à entrada da Venezuela no Mercosul. A grande imprensa brasileira, que tem se mostrado contrária a entrada Venezuela no Mercosul, ignorou sumariamente o fato. Segue abaixo o documento.

Manaus, 20 de setembro de 2007

Exmos. Srs.

Presidente Luis Inácio Lula da Silva

Presidente Hugo Chávez Frias

Por ocasião de vosso encontro na cidade de Manaus, nós governadores, parlamentares e lideranças políticas do Brasil, e em especial da região norte e nordeste, queremos vir a público manifestar nosso apoio ao imediato ingresso da Venezuela ao Mercosul. Consideramos que a economia brasileira da região tem uma enorme vocação de complementariedade com a economia Venezuelana, que poderá se potencializar com sua integração ao bloco de mercado comum do Mercosul.

Consideramos também que sua integração oportunizará inúmeros outros projetos entre nossos povos, nos âmbitos sociais, culturais e políticos.

Atenciosamente.

Ana Julia, Governadora do Estado do Pará.

Jackson Lago, governador do Estado do Maranhão

Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco

Cid Gomes, Governador do Estado do Ceará

Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista

Manoel Costa, Secretário de Reforma agrária, do Governo de Minas Gerais.

João Capibaribe, ex-governador do Amapá

Luizianne Lins, Prefeita de Fortaleza

João Paulo, Prefeito de Recife

Roberto Amaral, vice-presidente do PSB- Partido socialista Brasileiro

Manoel Dias, secretário-geral do PDT- Partido Democrático Brasileiro.

Jose Carlos de Assis, diretório nacional do PR- Partido Republicano.

Renato Rabelo, Presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, Pcdob

Senador Inácio Arruda- Pcdob- Ceará

Senador João Pedro (PT- Amazonas)

Senador Siba Machado- PT-Acre

Senador Jose Nery- P-SOL, do Pará.

Deputado Jackson Barreto- PMDB- Sergipe

Deputado Iran Barbosa- PT-Sergipe

Deputada Vanessa Grazziotin (Pcdob- Amazonas)

Valter Pomar, secretário de relações internacionais do PT

**Bush promete mostrar mais "flexibilidade" na rodada** - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil - 25/09/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente americano, George W. Bush, prometeram ontem ter mais flexibilidade nas discussões da Rodada Doha de liberalização do comércio mundial, em mais um esforço dos dois líderes para injetar ânimo nas complicadas negociações.

Os dois presidentes conversaram ontem por cerca de uma hora em Nova York, num encontro realizado à margem das reuniões desta semana na Organização das Nações Unidas. Lula fará hoje o discurso de abertura dos debates da 62 Assembléia-Geral da ONU, privilégio que por tradição é concedido ao Brasil.

"Compartilhamos um compromisso por uma rodada de negociações comerciais bem-sucedida", afirmou Bush, numa curta declaração à imprensa logo após o encontro. "Assegurei ao presidente [Lula] que os Estados Unidos iriam mostrar flexibilidade, particularmente em produtos agrícolas, para ajudar a obter um avanço [em Doha]."

Quando chegou sua vez, o presidente Lula lembrou que será necessário o apoio de outros países. "O Brasil está disposto a fazer o que for possível para a que a gente faça esse acordo", disse o presidente. "Se conseguirmos convencer países importantes como China, Índia, África do Sul, Argentina, México, mais a União Européia e o Japão, podemos nos próximos dias anunciar boas medidas."

Iniciadas em 2001, as negociações da Rodada Doha estão empacadas há mais de um ano, mas receberam um sopro de vida na semana passada, quando negociadores americanos indicaram em reuniões técnicas a disposição de aceitar cortes mais profundos nos generosos subsídios que os EUA distribuem aos seus agricultores, uma das questões centrais das discussões.

De acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), os Estados Unidos têm hoje autorização para gastar US\$ 48 bilhões em subsídios agrícolas por ano. Na semana passada, eles sugeriram que poderiam reduzir esse limite para algo entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16 bilhões. Estima-se que no ano passado o governo americano tenha gasto US\$ 12 bilhões em subsídios.

Bush não mencionou números em sua conversa com Lula, mas confirmou a disposição manifestada pelos seus negociadores, de acordo com o relato que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, fez do encontro posteriormente. Amorim vai se reunir hoje em Nova York com a representante comercial da Casa Branca, Susan Schwab.

Apesar do gesto americano, as negociações continuam difíceis porque o Brasil, a Índia e outros países em desenvolvimento resistem às pressões que sofrem dos países ricos para abrir seus mercados e reduzir as tarifas que protegem suas indústrias contra a concorrência externa.

Como Amorim lembrou ontem, também falta uma abertura maior da Europa para mercadorias agrícolas do Brasil e de outros países em desenvolvimento. Os europeus querem proteger seus agricultores classificando como "sensíveis" alguns dos produtos que o Brasil tem mais interesse em exportar, barrando a entrada das mercadorias com o uso de cotas de importação.

"No caso dos produtos agrícolas, ainda está tudo envolto em nuvens", disse Amorim. Lula também conversou ontem sobre a Rodada Doha com a chanceler alemã, Angela Merkel, e hoje terá um encontro com o novo presidente francês, Nicholas Sarkozy. Celso Amorim disse que, se as negociações avançarem nos próximos dois meses, será possível concluir um acordo em 2008.

**Na ONU, Lula lança cúpula sobre biocombustível e defende etanol** - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007

Depois de ter usado encontros bilaterais pelo mundo para falar no varejo do programa brasileiro de biocombustíveis, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou ontem a platéia especial da abertura da 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) para fazer uma pregação no atacado: diante de representantes de 192 países, vinculou a produção de etanol e biodiesel à preservação ambiental. “É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos”, defendeu. E anunciou que o Brasil pretende organizar em 2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis.

Lula lembrou que o Brasil sediou em 1992 a conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Rio-92, para dizer que é preciso fazer uma avaliação “do caminho percorrido” e “estabelecer novas linhas da atuação”. Para tanto, sugeriu ao plenário da Assembléia Geral da ONU a realização, em 2012, de uma nova conferência mundial para discutir o tema. “O Brasil se oferece para sediar a Rio+20”, disse, fazendo alusão ao fato de que o novo encontro se daria 20 anos depois da Rio-92.

O presidente também aproveitou a reunião para mandar um recado sobre a Amazônia. Depois de citar o trabalho do governo brasileiro para preservar a floresta, afirmando que o desmatamento “foi reduzido a menos da metade”, avisou que não aceita intromissões nas políticas públicas para a região: “O Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania nem de suas responsabilidades sobre a Amazônia.”

**CHÁVEZ** -A defesa dos biocombustíveis e a convicção de que o investimento em etanol não compromete a produção de alimentos foram uma resposta às críticas que vem recebendo de presidentes como Hugo Chávez, da Venezuela, e Fidel Castro, de Cuba. Ambos condenam o uso de áreas agrícolas para plantio de cana e outros vegetais usados na produção de álcool combustível.

“O problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase 1 bilhão de homens, mulheres e crianças”, disse Lula. “A cana-de-açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agricultáveis.”

Ao argumentar que os biocombustíveis podem ser muito mais do que “uma energia limpa”, observou que para “mais de uma centena de países pobres” da América Latina, da Ásia e, sobretudo, da África o etanol pode propiciar autonomia energética, gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar. E assegurou que o Brasil dará, como exemplo, “todas as garantias sociais e ambientais” à produção de biocombustíveis.

**RIQUEZA E LUCRO** -O presidente abriu seu discurso fazendo uma pregação radical contra a “cobiça irrefletida”. Ele defendeu a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento e de pôr fim à “relação irresponsável com a natureza”. Em sua avaliação, sem isso, o mundo pode viver uma “catástrofe ambiental e humana sem precedentes”.

“É preciso reverter a lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço”, ressaltou. “Há preços que a humanidade não pode pagar.”

Ao tratar da necessidade de enfrentar os problemas ambientais e climáticos, Lula disse ser “inaceitável que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da terra”. “Os países mais industrializados devem dar o exemplo”, defendeu, cobrando o cumprimento do que foi estabelecido no Protocolo de Kyoto.

**FRANÇA** - O presidente também citou positivamente a proposta do presidente da França, Nicholas Sarkozy de ampliar o Conselho de Segurança da ONU com a inclusão permanente de países em desenvolvimento. O Brasil luta historicamente para ter direito a voto no órgão. “É hora de passar das intenções à ação.”

**'O Brasil não abdica da soberania na Amazônia'** – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007

Discurso de Lula ressalta esforços para conter desmatamento e reduzir impacto no clima

“Senhoras e senhores chefes de Estado e de governo, senhor Serjam Kerim, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, senhor Ban Ki-Mun, secretário-geral das Nações Unidas, senhoras e senhores delegados, cumprimento-o, senhor secretário-geral, por ter sido escolhido para ocupar posição tão relevante no sistema internacional.

Saúdo sua decisão de promover debates de alto nível sobre o gravíssimo problema das mudanças climáticas. É salutar que essa reflexão ocorra no âmbito das Nações Unidas.

Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes.

É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço.

Há preços que a humanidade não pode pagar, sob pena de destruir as fontes materiais e espirituais da existência coletiva. Sob pena de destruir-se a si mesma.

A perenidade da vida não pode estar à mercê da cobiça irrefletida.

O mundo, porém, não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social.

Se queremos salvar o patrimônio comum, impõe-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas, tanto no interior de cada país como na esfera internacional.

A equidade social é a melhor arma contra a degradação do planeta.

Cada um de nós deve assumir sua parte nesta tarefa.

Mas não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da terra.

Os países mais industrializados devem dar o exemplo. É imprescindível que cumpram os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto.

O Brasil lançará em breve o seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas.

A floresta amazônica é uma das áreas que mais poderão sofrer com o aquecimento do planeta. Mas há ameaças em todos os continentes: elas vão do agravamento da desertificação até o desaparecimento de territórios ou mesmo de países inteiros pela elevação do nível do mar.

O Brasil tem feito esforços notáveis para diminuir os efeitos da mudança do clima. Basta dizer que, nos últimos anos, reduzimos a menos da metade o desmatamento da Amazônia.

Um resultado como esse não é obra do acaso. Até porque o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania nem de suas responsabilidades na Amazônia.

Os êxitos recentes são fruto da presença cada vez maior e mais efetiva do Estado Brasileiro na região, promovendo o desenvolvimento sustentável - econômico, social, educacional e cultural - de seus mais de 20 milhões de habitantes.

Estou seguro de que nossa experiência no tema pode ser útil a outros países.

O Brasil propôs em Nairobi a adoção de incentivos econômico-financeiros que estimulem a redução do desmatamento em escala global.

Devemos aumentar igualmente a cooperação Sul-Sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos.

Assim, daremos sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

É muito importante o tratamento político integrado de toda a agenda ambiental. O Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92.

Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Proponho a realização, em 2012, de uma nova conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio+20.

Senhoras e senhores, não haverá solução para os terríveis efeitos das mudanças climáticas se a humanidade não for capaz também de mudar seus padrões de produção e consumo.

O mundo precisa, urgentemente, de uma nova matriz energética.

Os biocombustíveis são vitais para construí-la.

Eles reduzem significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, com a utilização crescente e cada vez mais eficaz do etanol, evitou-se nestes 30 últimos anos a emissão de 644 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

Os biocombustíveis podem ser muito mais do que uma alternativa de energia limpa.

O etanol e o biodiesel podem abrir excelentes oportunidades para mais de uma centena de países pobres e em desenvolvimento: na América Latina, na Ásia e, sobretudo, na África.

Podem propiciar autonomia energética, sem necessidade de grandes investimentos. Podem gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar.

E podem equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis.

A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar.

A cana-de-açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agricultáveis, com crescentes índices de produtividade.

O problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase 1 bilhão de homens, mulheres e crianças.

É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos.

No Brasil, daremos à produção de biocombustíveis todas as garantias sociais e ambientais.

Decidimos estabelecer um completo zoneamento agroecológico do País para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis.

Os biocombustíveis brasileiros estarão presentes no mercado mundial com um selo que garanta suas qualidades sociolaborais e ambientais.

O Brasil pretende organizar em 2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis, lançando as bases de uma ampla cooperação mundial no setor. Faço aqui um convite a todos os países para que participem do evento.

A sustentabilidade do desenvolvimento não é apenas uma questão ambiental; é também um desafio social.

Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico. Nosso país voltou a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. As oportunidades agora são para todos.

Ao mesmo tempo em que resgatamos uma dívida social secular, investimos fortemente em educação de qualidade, ciência e tecnologia. Honramos o compromisso do Programa Fome Zero ao erradicar esse tormento da vida de mais de 45 milhões de pessoas. Com dez anos de antecedência, superamos a primeira das Metas do Milênio, reduzindo em mais da metade a pobreza extrema.

O combate à fome e à pobreza deve ser preocupação de todos os povos. É inviável uma sociedade global marcada pela crescente disparidade de renda. Não haverá paz duradoura sem a progressiva redução das desigualdades.

Em 2004, lançamos a Ação Global contra a Fome e a Pobreza.

Os primeiros resultados são animadores, principalmente a criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos. A Unitaid já conseguiu reduções de até 45% nos preços dos medicamentos contra a aids, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres da África.

É hora de dar-lhe um novo impulso. Idéias que tanto mobilizaram nossos povos não podem perder-se na inércia burocrática.

Mas a superação definitiva da pobreza exige mais do que solidariedade internacional. Ela passa, necessariamente, por novas relações econômicas que não penalizem os países pobres.

A Rodada de Doha da OMC deve promover um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento, aprovando regras justas e equilibradas para o comércio internacional.

São inaceitáveis os exorbitantes subsídios agrícolas, que enriquecem os ricos e empobrecem os pobres.

É inadmissível um protecionismo que perpetua a dependência e o subdesenvolvimento.



O Brasil não poupará esforços para o êxito das negociações, que devem beneficiar sobretudo os países mais pobres.

Senhor presidente, a construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez. O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração sul-americana, sobretudo no Mercosul.

Temos atuado para aproximar povos e regiões, impulsionando o diálogo político e o intercâmbio econômico com países árabes, africanos e asiáticos, sem abdicar de nossos parceiros tradicionais.

Criamos - Brasil, África do Sul e Índia - um foro inovador de diálogo e ação conjunta, o Ibas. Temos realizado inclusive projetos concretos de cooperação em diversos países, a exemplo de Haiti e Guiné-Bissau.

Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação.

Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento.

Igualmente necessária é a reestruturação do processo decisório dos organismos financeiros internacionais.

Senhor presidente, as Nações Unidas são o melhor instrumento para enfrentar os desafios do mundo de hoje. É no exercício da diplomacia multilateral que encontramos os meios de promover a paz e o desenvolvimento.

A participação do Brasil, em conjunto com outros países da América Latina e do Caribe, na Missão de Estabilização no Haiti simboliza nosso empenho de fortalecer o multilateralismo.

No Haiti, estamos mostrando que a paz e a estabilidade se constroem com a democracia e o desenvolvimento social.

Senhoras e senhores, ao entrar neste prédio, os delegados podem ver uma obra de arte presenteada pelo Brasil às Nações Unidas há 50 anos.

Trata-se dos murais Guerra e Paz, pintados pelo grande artista Cândido Portinari.

O sofrimento expresso no mural que retrata a guerra nos remete à alta responsabilidade das Nações Unidas de afastar o risco de conflitos armados.

O segundo mural revela que a paz vai muito além da ausência da guerra. Pressupõe bem-estar, saúde e um convívio harmonioso com a natureza. Pressupõe justiça social, liberdade e superação dos flagelos da fome e da pobreza.

Não é por acaso que o mural Guerra está colocado de frente para quem chega, e o mural Paz, para quem sai. A mensagem do artista é singela, mas poderosa: transformar aflições em esperança, guerra em paz, é a essência da missão das Nações Unidas.

O Brasil continuará a trabalhar para que essa expectativa tão elevada se torne realidade.

Muito obrigado.”

#### **Lula pede acordo na OMC antes da sucessão de Bush** - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007

Ele elogia flexibilidade dos EUA e países europeus e acha possível fechar “ainda este ano” a Rodada Doha, com redução dos subsídios agrícolas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se mostrou otimista ontem quanto à possibilidade de fechar “ainda este ano” a Rodada Doha, com a redução dos subsídios agrícolas concedidos pelos países ricos a seus produtores. Depois de elogiar a nova posição de “flexibilidade” do presidente dos EUA, George W. Bush, e dos países europeus, Lula disse que as eleições americanas, no ano que vem, não vão atrapalhar nem atrasar a decisão sobre esse tema. “O mundo não pode esperar as eleições americanas para que a gente faça o acordo”, declarou. Segundo ele, os países estão caminhando para a definição de um limite de subsídios que satisfaça a todos.

“Estamos mais perto de uma negociação do que em qualquer outro momento histórico”, disse Lula. Mas reconheceu: “Vai ter ainda um pouquinho de dificuldade (nas negociações), porque ninguém quer ceder.” Ele acredita que, se os subsídios agrícolas forem rebaixados até os US\$ 13 bilhões, “dará para negociar”. Para o presidente, os EUA sabem que o mundo precisa desse acordo e é preciso fazer gestos nesse sentido. “Essa é a nossa disposição e é por isso que eu estou mais otimista. Eu estou convencido de que ainda neste ano nós poderemos fechar, tranquilamente, esse acordo, para a felicidade de todos nós.”

De acordo com Lula, os países mais pobres querem ter acesso ao mercado agrícola europeu e os europeus desejam que o Brasil e o G-20 abram seus mercados para os produtos industriais. “Brasil e Estados Unidos querem, também, que o acesso ao mercado agrícola europeu seja mais flexibilizado, e todos querem que o Brasil flexibilize os produtos industriais.”

Na avaliação do presidente, “já houve uma mudança de comportamento” de Bush e a Europa também está mais flexível. “Há mais disposição de conversar sobre os números.”

Em seguida, ele citou os parceiros do Brasil nesse processo, entre os quais, a Índia, a China, a África do Sul, a Argentina e o México. “O Brasil tem os seus parceiros, e nós também precisamos começar a mexer com os nossos números. Agora, tudo isso será feito como se estivéssemos, eu diria, numa mesa de negociação, e os números só serão apresentados na medida em que cada um for apresentando o seu número.” A proposta mais recente prevê que os subsídios ficassem entre US\$ 16,4 bilhões e US\$ 13 bilhões.

Lula citou ainda a conversa que teve com o presidente da França, Nicholas Sarkozy. Segundo ele, o colega francês “está totalmente engajado” na luta pela reforma das Nações Unidas e pela mudança do procedimento e da forma de funcionamento do G-8. “Estamos confluindo para um momento político importante, tanto para fechar o acordo da Rodada de Doha, quanto para a gente apressar a reforma das Nações Unidas”, disse. A reforma do Conselho de Segurança da ONU, com a entrada do Brasil como membro permanente, foi outro tema da conversa com Sarkozy.

**PROTECIONISMO** -No discurso que fez na abertura da Assembléia Geral da ONU, o presidente classificou como “inaceitáveis os exorbitantes subsídios agrícolas, que enriquecem os ricos e empobrecem os mais pobres”. “É inadmissível um protecionismo que perpetua a dependência e o subdesenvolvimento”, criticou. “O Brasil não poupará esforços para o êxito das negociações, que devem beneficiar sobretudo os países mais pobres.”

Segundo ele, a superação definitiva da pobreza exige mais do que solidariedade internacional. Considera que ela passa, necessariamente, por novas relações econômicas que não prejudiquem os países pobres. “A Rodada Doha da OMC deve promover um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento, aprovando regras justas e equilibradas para o comércio internacional”, declarou. “A construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez.”

Lula disse ainda que o Brasil se orgulha da contribuição que tem dado para a integração sul-americana, sobretudo no Mercosul. Afirmou que o País tem atuado para aproximar povos e regiões, impulsionando o diálogo político e o intercâmbio econômico com nações árabes, africanas e asiáticas, sem abdicar de seus parceiros tradicionais.

**FRASES -Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente** -“O mundo não pode esperar as eleições americanas para que a gente faça o acordo”

“Estamos mais perto de uma negociação do que em qualquer outro momento. Vai ter ainda um pouquinho de dificuldade”

“Há mais disposição de conversar sobre números. O Brasil tem seus parceiros, e nós também precisamos começar a mexer com os nossos números”

## **Emergentes duvidam de intenção dos EUA** - Jamil Chade – estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007

Os países emergentes não se contentam só com indicações do governo Bush de que os EUA teriam espaço para cortar subsídios agrícolas nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e querem propostas concretas. Na segunda-feira, o presidente George W. Bush, deu sinais ao colega Luiz Inácio Lula da Silva de que poderia flexibilizar sua posição. Mas já deixou claro que quer concessões dos países emergentes no setor industrial e de serviços.

Em Genebra, as reações foram positivas no gabinete do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy. Segundo um assessor de Lamy, as declarações de Bush e Lula são “sinais políticos importantes”. Mas, entre os governos, o clima é de desconfiança. “Queremos saber o que isso significa”, disse o embaixador da Venezuela na OMC, Oscar Carvallo. O mediador das negociações agrícolas, Crawford Falconer, admitiu que, com o que os EUA indicaram, não há ainda acordo.

No documento da OMC, o teto dos subsídios ficaria entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões por ano. Até a semana passada, a posição oficial americana era de que seria de US\$ 22 bilhões. Os americanos não devem aceitar o limite mais baixo, mas estariam dispostos a trabalhar dentro dos parâmetros.

O Congresso americano, porém, dá indicações opostas, segundo o Financial Times: a Rodada Doha não seria prioridade hoje e a OMC poderia esperar até a troca de governo, em 2009.

## **EUA serão flexíveis sobre Doha, afirma Bush a Lula** – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007

**Americano muda de atitude em relação a negociação comercial e promete oferta concreta**

**País acena com menos subsídio agrícola, e Brasil discute tema em reunião hoje; Bush diz que colega é "evangelizador do etanol"**

Flexibilidade em relação à Rodada Doha e ofertas concretas por parte dos EUA. Essa foi a tônica e o assunto dominante do encontro de Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush em Nova York, ontem. Eles passaram boa parte da hora em que se reuniram em Manhattan falando de meios de destravar o processo de negociação de comércio exterior, emperrado desde o final de 2006.

"Nós compartilhamos o compromisso de uma rodada bem-sucedida", disse o presidente Bush no final do encontro, em breve relato a jornalistas. "E eu garanti ao presidente que os Estados Unidos mostrarão flexibilidade, particularmente na questão de

produtos agrícolas, para ajudar a chegar a um resultado." A mudança de atitude dos governo americano chega a menos de 15 meses do fim do mandato do republicano.

Segundo relatos posteriores, Bush e seu gabinete acenaram com propostas concretas de diminuição do montante de subsídio dado pelo governo à agricultura. Em troca, pediram que o Brasil diminua e ajude a convencer o bloco dos países emergentes a diminuir a tarifa que cobram dos produtos industriais que importam.

"Nós estamos convencidos de que a mudança climática e a Rodada Doha ainda dependem de alguns fatores", disse Lula. "E um desses fatores é a vontade de um país importante como os EUA de demonstrar sua capacidade de ser flexível."

Lula diria ainda que seu colega mostrou "desejo" e "vontade de ser mais flexível", e que o Brasil faria sua parte. "O Brasil quer fazer o que for necessário para chegar a um acordo. Se nós conseguirmos convencer a China, a Índia, a África do Sul, o México, a União Européia e o Japão, acho que poderemos chegar a ele", disse o brasileiro.

"É um avanço indiscutível", diria Celso Amorim após o encontro dos líderes. A equipe técnica brasileira, comandada pelo ministro das Relações Exteriores, analisa a proposta dos EUA e a discute hoje com Susan Schwab, a negociadora americana. Segundo Amorim, as rodadas de liberalização do comércio deram o tom também no encontro de Lula com a chanceler alemã, Angela Merker, pouco antes de Bush.

Além de comércio, os presidentes falaram de mudança climática e da presença brasileira no Haiti. Em tom descontraído Bush chamou Lula de "evangelizador" do etanol. Cercados por seus ministros e diplomatas, os presidentes receberam a imprensa em suíte do luxuoso hotel Waldorf Astoria.

O brasileiro foi mais incisivo ao tratar das questões ambientais. "Clima é questão que envolve todo o ser humano. Não se trata de procurar quem é o culpado. Se nós não cuidarmos do planeta Terra, todos vamos perder", disse o presidente, que depois participou de jantar oferecido pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Lula abre hoje a 62ª Assembléia Geral com discurso sobre ambiente e combate à pobreza.

**Jogo só vai ser decidido em Genebra** – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007

Não há reunião de chefes de Estado/governo nos últimos muitos meses que não mencione a Rodada Doha, a mais recente e mais ambiciosa ronda de liberalização comercial, lançada em 2001 na capital do Qatar e virtualmente estancada desde então. A assembléia-geral das Nações Unidas, em curso em Nova York, é uma extraordinária ocasião para reuniões entre chefes de governo. Logo, é também uma extraordinária ocasião para falar de Doha.

Mas que ninguém se iluda: nenhuma negociação se dará em Nova York e nada do que se diga na cidade tem real importância para definir Doha. O processo está concentrado em Genebra, o quartel-general da Organização Mundial do Comércio, desde que fracassou em Potsdam (Alemanha) a tentativa do G4 (Brasil, EUA, União Européia e Índia) de acelerar a negociação.

Agora, há papéis sobre a mesa, tanto sobre agricultura como bens industriais e serviços, os temas que definem se haverá ou não acordo e qual a ambição deste. E a mais recente manifestação dos EUA, aceitando a redução dos subsídios internos a seus agricultores para algo entre US\$ 12 bilhões e US\$ 16 bilhões, pôs a bola no campo do Brasil e do G20, forçados a aceitar ou recusar a redução de suas tarifas industriais. O jogo é esse. O resto é conversa fiada.

**Rodada Doha sai neste ano, diz presidente – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007**

**Segundo Lula, "o mundo não pode esperar as eleições norte-americanas" para que se destravem as negociações do acordo comercial -Presidente diz achar que há um "clima" para que acordo seja selado e sente que EUA e países europeus têm mais "disposição" para conversar**

DO ENVIADO A NOVA YORK -Sentindo-se vitaminado por uma série de encontros com líderes de potências mundiais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem uma promessa sobre a Rodada Doha que analistas e céticos acham impossível de ser cumprida. "Estou convencido de que ainda neste ano poderemos fechar tranqüilamente [o acordo], para felicidade de todos nós", disse ele.

Lula se referia ao ambicioso ciclo de negociações para liberalização do comércio global, lançada em 2001 e empacada desde 2006. "Estamos mais perto de uma negociação do que em qualquer outro momento", havia afirmado antes o presidente aos jornalistas. Indagado se o desfecho não teria de esperar a eleição do próximo presidente dos EUA, em novembro de 2008, já que restam a George W. Bush 15 meses de mandato e cada vez menos capital político, Lula disse: "O mundo não pode esperar as eleições americanas para que a gente faça acordo".

Em sua edição de anteontem, o jornal econômico britânico "Financial Times" trazia reportagem em que afirmava que o sucesso nas negociações provavelmente teriam de esperar por um novo ocupante da Casa Branca, atribuindo a opinião a "experientes congressistas" norte-americanos. O Congresso é hoje de maioria democrata, de oposição. Os EUA são peça fundamental para um acordo.

A negociação é difícil, afirmou Lula: "Cada vez que o Celso [Amorim, chanceler] vai a Genebra, avança um milímetro". Mas ele sente uma nova "inflexão", disse ele, sente que "houve mudança de comportamento de Bush, que a Europa está mais flexível, tem mais disposição de conversar". Em resumo, nas palavras presidenciais: "Acho que há um clima". Antes de dar uma entrevista à emissora semipública PBS, Lula se encontrou com o

presidente francês Nicolas Sarkozy, a quem ele definiu como "totalmente engajado" tanto "na luta pela reforma das Nações Unidas" -o Brasil defende um assento permanente no Conselho de Segurança- como na reforma do G8.

**OMC** - Embora sua agenda fosse mais voltada à discussão do ambiente, o presidente aproveitou a reunião multilateral para fazer avançar a pauta comercial. Anteontem, as rodadas da Organização Mundial do Comércio dominaram a conversa de Lula com Bush e a chanceler alemã, Angela Merkel.

O norte-americano acenou diminuir os subsídios dados à agricultura norte-americana, uma exigência do Brasil e dos países emergentes; em troca, pediu que esses diminuíssem as tarifas cobradas sobre os produtos industrializados que importam. No discurso que fez pela manhã na abertura da 62ª Assembléia Geral da ONU, Lula voltaria ao tema.

"São inaceitáveis os exorbitantes subsídios agrícolas, que enriquecem os ricos e empobrecem os pobres. É inadmissível um protecionismo que perpetua a dependência." Lula voltou ao Brasil na tarde de ontem. **(SÉRGIO DÁVILA)**

**Na ONU, Lula anuncia plano para clima e propõe "Rio+20"** – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007

**Na abertura da Assembléia Geral, presidente pede nova reunião no Rio em 2012 -Discurso é marcado também por defesa do programa de biocombustíveis, criticado por outros líderes e em relatório das Nações Unidas**

O Brasil se ofereceu ontem para sediar uma reunião mundial de discussão de questões ambientais. O anúncio foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso de abertura da 62ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York. O brasileiro propôs um novo encontro no Rio de Janeiro, nos moldes da Rio 92.

"Proponho a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio+20", discursou. O segundo mandato de Lula termina em 2011. No mesmo texto, o presidente anuncia um plano para mudanças climáticas e responde às críticas recebidas pelo programa brasileiro de álcool.

Lula não deu detalhes do plano, além do título: Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. À tarde, o chanceler Celso Amorim diria que esse deve envolver "zoneamento e cerceamento ao desmatamento", entre outros aspectos. No discurso, o presidente só menciona que são "essenciais estratégias nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações".

Quanto ao biocombustível, Lula aproveitou a visibilidade do evento para responder a críticas que o programa do álcool brasileiro vem enfrentando, lideradas pelo cubano Fidel

Castro, o venezuelano Hugo Chávez e alguns acadêmicos e reforçadas pela divulgação, no dia anterior, de relatório feito a pedido da ONU.

No texto, o relator especial da entidade para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, sugere moratória de cinco anos em relação ao aumento da produção de álcool feito a partir de cana-de-açúcar e milho. A crítica comum é que a expansão do consumo de álcool "roubaria" terras que poderiam ser usadas na produção de alimentos. O Brasil é o maior produtor do biocombustível.

"Decidimos estabelecer completo zoneamento agroecológico do país para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis", disse Lula, após falar que "a experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar".

Depois de dizer que a cana-de-açúcar ocupa 1% das terras brasileiras agricultáveis, "com crescentes índices de produtividade", o presidente falou que o problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, "mas da falta de renda que golpeia quase 1 bilhão de homens, mulheres e crianças".

Crítico freqüente do álcool e visto com simpatia por Fidel e ONGs socialistas, Ziegler sugere que nova geração de biocombustíveis seja criada para evitar que o álcool complique a questão alimentar mundial.

Indagado pela Folha se o presidente respondia a Chávez, Fidel ou aos relatórios, Celso Amorim contemporizou. "Não é uma resposta a nenhuma pessoa em particular, é uma resposta a idéias que, ainda que bem intencionadas, não se baseiam em fatos reais".

Para o chanceler, o exemplo mais eloqüente é que São Paulo, o Estado brasileiro que mais produz alimentos, também é o que mais produz álcool.

"Um presidente que propôs e realizou o Fome Zero, a preocupação principal dele é com a segurança alimentar", disse Amorim. "Grande parte dos países africanos têm problema de falta de alimentos e não têm álcool", afirmou. [Leia a íntegra do discurso de Lula na ONU](#)

**Lula anuncia na ONU novo plano contra desmatamento** – O Globo – Capa – 26/09/2007

Brasil muda de posição mas não vai se comprometer com metas O presidente Lula anunciou ontem, em discurso na abertura da assembléia geral da ONU, que o Brasil terá um Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, com ênfase no combate ao desmatamento e na proteção da Amazônia. Lula ressaltou que justiça social é uma forma de lutar contra a degradação do planeta. Com o plano, o Brasil, sempre acusado de danos ambientais, sai da posição defensiva e assume compromissos para reduzir a emissão de poluentes mas sem fixar metas numéricas.



No plenário da ONU, a delegação brasileira distribuiu documento apenas listando medidas já tomadas pelo país contra a degradação do meio ambiente. Páginas 3 e 4

### **Lula anuncia plano ambiental – O Globo – O País – 26/09/2007**

Presidente promete projeto contra desmatamento e defende justiça social e biocombustível

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu ontem a Assembléia Geral das Nações Unidas afirmando que desenvolvimento social e preservação do meio ambiente podem ser combinados para promover a redução das desigualdades, tanto no âmbito interno quanto internacional. Lula foi enfático na defesa da transformação da matriz energética mundial na direção dos biocombustíveis e no uso desta oportunidade para a redução do desequilíbrio econômico entre as nações.

Lula lançou duas propostas diante do plenário da ONU. A primeira foi o anúncio de que o Brasil terá um Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, cujos pontos centrais serão a ampliação do combate ao desmatamento e a proteção da Amazônia. A outra proposta é internacional: a realização, em 2012, de uma nova Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, que Lula chamou de “Rio+20”: — O mundo não modificará sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre desenvolvimento e justiça social. A equidade social é a melhor arma contra a degradação do planeta — disse.

O presidente brasileiro afirmou que o ônus do combate ao aquecimento global não pode se dar sobre os países em desenvolvimento. Para Lula, os biocombustíveis democratizam a produção de energia e promovem o desenvolvimento. Ao defender o etanol, disse que o produto não contribui para aumentar a fome no mundo: — A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar. O problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças. É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos.

Lula convocou a ONU a repensar as relações internacionais a partir do que chamou de “modelo de desenvolvimento global”: — Se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes.

Lula exigiu a ampliação do protocolo de Kioto, com maior contribuição dos países desenvolvidos na redução da emissão de gases poluentes, e disse que o Brasil está fazendo o dever de casa, tendo reduzido o desmatamento da Amazônia.

No novo programa para o meio ambiente, Lula vai anunciar medidas de aumento de fiscalização do desmatamento na Amazônia e pretende acelerar parcerias na América Central para a produção de etanol.

Isto já acontece na Jamaica, que se tornou o segundo maior produtor do biocombustível depois do Brasil, e vai acontecer no Haiti.

O ministro Celso Amorim afirmou: — O Brasil está fazendo o dever de casa. Vamos aumentar a fiscalização da Amazônia para reduzir o desmatamento e evitar que a produção de etanol ameace a de alimentos. Vamos apoiar a uma Organização para o Meio Ambiente.

**“Mais perto que nunca de um acordo histórico”**

Ao final da visita, Lula demonstrou otimismo com o que chamou de “flexibilidade” do presidente americano, George W. Bush, ao negociar a redução dos subsídios agrícolas americanos: — Estamos mais perto de uma negociação do que do que em qualquer outro momento histórico.

Estou convencido de que ainda neste ano poderemos fechar a Rodada de Doha com tranqüilidade, para felicidade de todos nós.

Lula lembrou o discurso de Bush na ONU como o reconhecimento de que o mundo precisa de mudança.

Mas muito se comentou que a disposição de Bush pode esbarrar no Congresso, dominado pela oposição democrata. O jornal Financial Times” afirmou que o mundo teria que esperar as eleições americanas para aprovar avanços na Rodada de Doha. Lula reagiu: — O mundo não pode esperar o resultado das eleições americanas para agir em relação ao meio ambiente. O governo americano e o povo americano estenderam isto. Saio desta conferência otimista. Está na hora de os países pobres terem acesso aos mercados dos países ricos, para a felicidade de todos nós — disse Lula.

Lula disse que a negociação sobre a abertura dos mercados agrícolas dos EUA e da União Européia entra numa fase decisiva para os países que compõem o chamado G-20, liderados pelo Brasil, pela Índia, pela Rússia e pela China: — Os países mais pobres querem ter acesso ao mercado agrícola dos mais ricos. Os mais ricos querem abertura do mercado dos países mais pobres, e todos querem que o Brasil abra o seu mercado. O mundo está mais perto do que nunca de um acordo histórico.

Lula reuniu-se com o presidente da Indonésia, Susilo Yudhoyono, o líder da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, e o presidente francês, Nicolas Sarkozy. Do francês, recebeu apoio à proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU, com assento para o Brasil.

#### **Amorim diz que negociação sobre comércio exige 'tempo e detalhe' – O Globo – O País – 26/09/2007**

Ministro afirma que reunião com Susan Schwab é o começo de encontros bilaterais  
NOVA YORK. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, saiu do encontro com a secretária de Comércio dos EUA, Susan Schwab, sem um número mágico para a aprovação de um acordo para a redução do limite de gastos do governo americano com subsídios agrícolas. Segundo Amorim, nem ele nem a secretária americana queriam encerrar as negociações: — Conversamos, mas não negociamos.

Quando chegava perto da hora de negociar, tomávamos a iniciativa de parar. Essas conversas exigem tempo, e iniciamos um processo longo. Essas coisas exigem tempo e detalhe.

Foi importante retomar o diálogo, que praticamente havia sido interrompido. Apreciamos o gesto que os EUA fizeram.

O ministro insistiu que, seja na área ambiental, seja na área comercial, o Brasil não pode ter apenas uma atitude reativa: — O Brasil quer ter atitude pró-ativa em relação a tudo, inclusive meio ambiente. Não se pode pensar em meio ambiente sem pensar em resolver a pobreza, porque senão a própria pobreza vai se encarregar de destruir o meio ambiente.

Para Amorim, o encontro de ontem no Waldorf Astoria com Susan Schwab, é o começo de uma série de novos encontros e consultas bilaterais, já que agora será iniciado o processo de conversa com os outros países do grupo de 20 que apóiam a posição brasileira na exigência de redução das barreiras para o acesso ao mercado americano: — Iniciamos um processo de conversas e consultas bilaterais.

Esse processo deve continuar em Genebra, e vamos prosseguir as conversas com os países do grupo IBAS, que reúne Índia, Brasil, África do Sul. O presidente Lula vai à África do Sul em outubro para esse encontro. Lá pelo fim de outubro, teremos outro texto dos presidentes e então sim voltaremos a negociar com os EUA — disse Amorim.

O ministro disse que os americanos continuarão a trabalhar para chegar o mais próximo possível de um acordo: — O importante foi a retomada de negociações. Eles continuaram a falar no intervalo entre US\$ 16 bilhões e US\$ 13 bilhões, mas disseram que precisam de mais tempo. O importante foi a disposição do presidente Bush em continuar negociando — disse Amorim. O ministro brasileiro disse que pediu à secretária de Comércio dos EUA apoio para que tarifas e subsídios europeus para produtos agrícolas sejam reduzidos, e que recebeu de Susan Schwab a promessa de agir nessa direção.

— É preciso clareza para que possamos agir a fim de que a União Européia participe desse esforço. Temos declarações favoráveis da Grã-Bretanha e da Alemanha, através do primeiro-ministro Gordon Brown e da chanceler Angela Merkel.

Amorim lembrou que Merkel se comprometeu com Lula a atuar na esfera européia, mas que o assunto pertence ao âmbito da União Européia. O ministro disse que a Lula fará novas viagens ano que vem: — O presidente Lula visitará a Palestina. O presidente Abbas (da Autoridade Palestina) pediu que o Brasil participe do esforço de paz no Oriente Médio.

No encontro com o presidente francês, Nicholas Sarkozy, Lula manifestou apoio à candidatura francesa à presidência do FMI, para eleger Dominique Strauss-Kan, ex-ministro da Economia da França no governo

### **Depois do otimismo, comedimento – O Globo – O País – 26/09/2007**

Diferença de tom de discursos de Lula e Bush chama atenção

NOVA YORK. Um parecia transpirar otimismo. O outro demonstrava certo comedimento.

A diferença de tom entre os discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente George W. Bush, um seguido do outro, na abertura da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, foi o assunto mais comentado pelos corredores assim que os dois saíram do plenário.

Enquanto Lula falou de justiça social e preservação do meio ambiente, George W. Bush, pressionado pela convocação de Ban Ki-Moon para que a ONU lidere os debates sobre o combate ao aquecimento global e pela visita do iraniano Mahmoud Ahmadinejad a Nova York, centrou sua fala no combate ao terrorismo e no convite aos 16 países que estão entre os maiores do mundo a participar de um encontro paralelo à conferência da ONU, em Washington, na quinta e na sexta-feiras. Os dois foram muito aplaudidos, mas nos bastidores a diferença de tom nos dois discursos foi muito comentada.

E a maior saia justa do Brasil foi exatamente no que se refere ao presidente iraniano, que fez uma consulta ao Itamaraty para passar pelo Brasil durante a visita que pretende fazer à Venezuela, e teve como resposta que não havia “compatibilidade de agenda”, nas palavras do ministro Celso Amorim.

O presidente iraniano foi tema também da conversa de Lula com o presidente francês, Nicholas Sarkozy, que queria o apoio do Brasil para sanções ao Irã. O presidente brasileiro fez questão de reafirmar que seria precipitado aprovar sanções contra o Irã num momento em que o parecer da Agência Internacional de Energia Atômica e de seu diretor-geral, Mohamed El Baradei, diz que o programa energético iraniano de enriquecimento de urânio não dá indícios de desenvolvimento de armas atômicas: — Se o presidente iraniano quer enriquecer urânio, tratar a questão nuclear como uma coisa pacífica, ele tem direito a fazer experiências energéticas que quiser, desde que seja para fins pacíficos. O Irã não cometeu nenhum crime contra toda a orientação da ONU com relação a arma nuclear — disse Lula.

### **Novos horizontes – O Globo – Opinião – Editorial – 26/09/2007**

Com a experiência de mais de quatro anos de poder, Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu a tradição de o representante brasileiro abrir a Assembléia Geral da ONU e manteve, como de praxe, encontros em Nova York com líderes mundiais, a começar por uma conversa com Bush no dia anterior.

O já não curto tempo de estrada parece fazer-lhe bem.

Lula não é mais a novidade que em 2003 chamou a atenção do mundo ao desembarcar em Davos, no Fórum Mundial, e na própria ONU, como o exmetalúrgico que clamava por igualdade social e lutava contra a pobreza.

Mas, se hoje há menos excitação em torno dele, a linha da diplomacia do seu governo parece mover-se para uma zona de maior equilíbrio, distanciando-se da visão marcadamente terceiro-mundista e pirotécnica que permeou o primeiro mandato, com resultados frustrantes como era de se prever.

No contato com Bush, houve referência à necessidade de uma reaceleração das negociações em torno da Rodada de Doha, de liberalização do comércio mundial, embora pareça muito difícil que o governo americano, desgastado internamente, sem o controle do Congresso, e numa fase pré-eleitoral, possa aprovar no Capitólio alguma matéria de grande relevância, como seria um acordo desse porte.

Importa, no entanto, que os dois governos não deixem de conversar sobre este e outros temas.

A proximidade Brasília-Washington tem sido facilitada pelo bem-vindo movimento feito pela Casa Branca em direção ao Brasil, incentivado pela potencialidade dos biocombustíveis, setor em que os dois países têm posição invejável, principalmente o Brasil. É neste campo que o jogo diplomático entre Brasil e Estados Unidos pode se desenvolver com rapidez.

Da tribuna da ONU, Lula fez a proposta da Rio+20, conferência a realizar-se na cidade em 2012 para repassar o que foi decidido há vinte anos na Rio 92. A idéia é boa e permite à diplomacia brasileira trabalhar numa área de influência multilateral, deixando em plano inferior a medíocre e anacrônica agenda do ressuscitado populismo latinoamericano, na eterna tentativa de isolar a região do mundo — como se isso fosse possível.

Diplomacia brasileira parece buscar um ponto de equilíbrio

### **Empresários apóiam Venezuela no Mercosul – O Globo – Economia – 26/09/2007**

75% dos brasileiros que negociam com país vizinho são favoráveis

BRASÍLIA. Em meio ao debate político em torno da adesão da Venezuela ao Mercosul, as relações comerciais entre os dois países estão cada vez melhor.

É o que mostra uma pesquisa da Câmara de Comércio Brasil-Venezuela feita no período de 13 de julho a 13 de setembro. Foram ouvidas 655 firmas brasileiras, que realizaram intercâmbio comercial com o país em 2006. Segundo a pesquisa, 75,68% das empresas têm perspectivas positivas quanto ao ingresso da Venezuela no bloco.

Pelo levantamento, 55,74% das empresas exportadoras prevêem crescimento de seus embarques para a Venezuela este ano. Entre as importadoras, 45,95% afirmaram que vão aumentar as compras.

As firmas, no entanto, se queixam de entraves no comércio.

Os principais são burocracia (52,75%); atraso no pagamento (20%), que chega a levar 40 dias para ser efetivado; transportes (4,93%) e financiamento (2,9%). Entre as empresas ouvidas estão Petrobras, Hering,

Arezzo e Perdigão.

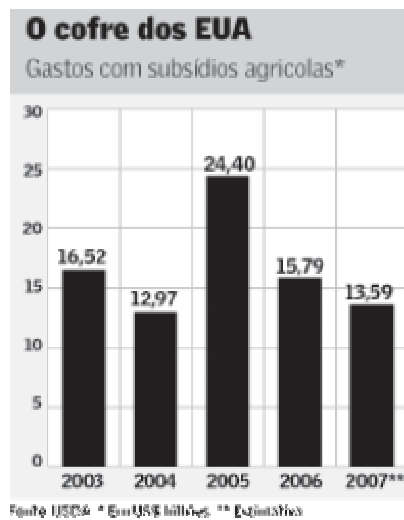
Para o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Venezuela, José Francisco Marcondes, é preciso assumir um posicionamento mais pragmático diante da Venezuela: — É preciso despolitizar esse tema — diz.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara aprecia hoje o pedido de ingresso do país andino no Mercosul. O parecer do relator, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), é pela aprovação do pedido.

### **Subsídio de US\$ 15 bi ainda é alto, diz Camargo Neto - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 26/09/2007**

Se os Estados Unidos aceitarem limitar os subsídios agrícolas em US\$ 15 bilhões para concluir a Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC), o acordo será "medíocre" para o Brasil. A avaliação é de Pedro Camargo Neto, ex-secretário de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura e um dos principais especialistas em subsídios do país.

"A Rodada permitir que os EUA mantenham o mesmo nível de subsídios é medíocre", diz. Apesar da autorização para US\$ 48,2 bilhões, os EUA aplicaram, em média por ano, US\$ 15,4 bilhões entre 1995 e 2005. Para Camargo Neto, os americanos querem garantir um espaço para elevar os subsídios quando os preços das commodities caírem. Segundo estimativa do Departamento de Agricultura dos EUA, o país deve aplicar US\$ 13,6 bilhões em subsídios agrícolas esse ano



Um teto de US\$ 12 bilhões para os subsídios americanos - que hoje parece ser um cenário muito otimista - é considerado por Camargo Neto como um "acordo modesto". Ele acredita que os EUA vão exigir uma espécie de "cláusula de paz", que impedirá os países de contestarem os subsídios em painéis na OMC. "Depois de 20 anos de negociação, acreditava que os danos à agricultura acabariam", diz, admitindo que foi ingênuo.

Ele lembra que, em 1988 na reunião ministerial de Punta del Leste, no Uruguai, o discurso dos Estados Unidos, na época governado por Ronald Regan, era favorável ao subsídio "zero". Para Camargo Neto, os EUA mudaram de posição, reagindo ao avanço do Brasil na agricultura.

Hoje na presidência da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Camargo Neto reconhece avanços obtidos nas negociações como o fim do subsídio à exportação, as limitações para o apoio aos plantadores de algodão e, principalmente, um limite de subsídio por produto. Para Camargo Neto, é importante que os EUA não possam concentrar os subsídios.

O texto de embaixador neozelandês Crawford Falconer, mediador agrícola, propôs limitar os subsídios americanos entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16, 4 bilhões. A expectativa geral é fechar algo em torno de US\$ 15 bilhões. Camargo Neto duvida da força política do presidente George W. Bush para aprovar esse limite no Congresso, que está mais protecionista. Bush perdeu a Trade Promotion Authority - autorização do Congresso para que o Executivo negocie acordos comerciais. Ainda assim, Camargo Neto acredita na conclusão da Rodada. "O Brasil precisa concluir essa negociação e seguir em frente, mas o provável é que seja um resultado modesto. Não dá para vender como se o Lula tivesse dobrado o Bush", diz.

## Para Bird, fazer negócio no Brasil é mais difícil que em Gaza – Valor Econômico – Brasil - 26/09/2007

Em pelo menos 121 países, o ambiente de negócios para os empresários é mais favorável que no Brasil. A conclusão é da edição 2008 do relatório "Doing Business", divulgado pelo Banco Mundial (Bird) e que reúne dados sobre 178 países. No novo ranking, o Brasil aparece apenas em 122 lugar, atrás de economias bem menores, como Uganda, Bangladesh e Nepal, e abaixo até mesmo dos territórios palestinos da Cisjordânia e Gaza, que ocupam o 117 lugar.

Em relação ao ranking divulgado em 2006, o Brasil não conseguiu mostrar progresso: caiu uma posição (estava em 121). Na América Latina, o desempenho do Brasil não é melhor: fica na frente só de Equador, Bolívia e da Venezuela, que ocupa uma das últimas posições do ranking geral (172). De acordo com o relatório, "em 2006-2007 ficou ainda mais difícil" fazer negócios na Venezuela. "Exportadores agora necessitam uma licença para cada transação" e "o tempo gasto para fazer a exportação atingiu 45 dias, só um pouco mais rápido que o Burundi", diz o Bird.

Essa é a quinta edição anual do relatório. Pelo segundo ano consecutivo, Cingapura aparece como líder do ranking dos países que mais facilitam a vida dos empresários em todo o mundo. Logo a seguir aparecem Nova Zelândia, Estados Unidos, Hong Kong e Dinamarca.



De acordo com dados coletados até junho deste ano, o país que mais avançou nas reformas necessárias para facilitar o o ambiente empresarial foi o Egito, apesar de ocupar apenas a 126ª posição no ranking geral.

O levantamento avalia os países a partir da maior ou menor dificuldade dos empresários em abrir um negócio, obter licenças de construção, contratar mão-de-obra, registrar propriedades e obter crédito. Também leva em consideração a proteção existente para os investidores, a carga tributária, a facilidade para exportar e importar, o respeito aos contratos e o grau de dificuldade para fechar uma empresa. O Brasil, por exemplo, se sai melhor em relação à proteção dada ao investidores: fica em 64º lugar entre as 178 economias pesquisadas.

**Presidente acha possível conseguir até o fim do ano acordo para Doha – Valor**  
Econômico – Brasil - 26/09/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que espera alcançar até o fim do ano um acordo para retomar as negociações da Rodada Doha de liberalização do comércio mundial, apesar das barreiras que têm impedido o progresso das discussões desde que a iniciativa foi lançada há seis anos.

Lula baseou seu otimismo no aceno feito pelo presidente dos EUA, George Bush, que agora promete aceitar corte maior nos subsídios agrícolas americanos, um dos temas centrais das negociações. "Obviamente nós temos que chegar num número, mas o número está caminhando", afirmou Lula.

O presidente reconheceu que o avanço das negociações depende também de concessões do bloco de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil e pela Índia. "O Brasil tem seus parceiros e também precisamos começar a mexer nossos números", disse, em entrevista a jornalistas brasileiros em Nova York.

Lula minimizou as resistências que o Congresso americano tem imposto ao progresso da rodada. Congressistas que representam Estados onde se concentra a produção agrícola americana deram vários sinais de que não aceitam cortes nos subsídios que beneficiam seus distritos eleitorais.

O Partido Democrata, que faz oposição a Bush e controla o Congresso desde janeiro, bloqueou a passagem de acordos comerciais assinados pelo presidente com Peru, Colômbia, Panamá e Coréia do Sul e não pretende dar a Bush a autorização legislativa especial de que ele precisa para concluir as negociações da Rodada Doha.

A oposição dos democratas torna muito difícil a conclusão da rodada ainda no mandato de Bush, que termina no ano que vem. "O mundo não pode esperar as eleições americanas", afirmou Lula.

Em discurso na abertura dos debates da 62 Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Lula disse que os subsídios agrícolas americanos são "exorbitantes" e "inaceitáveis". O presidente teve um lapso ao ler o discurso na ONU e usou primeiro a palavra "inevitáveis" ao se referir aos subsídios, corrigindo-se depois.

Bush também mencionou o tema ao discursar na ONU. Disse esperar concessões de outros países para destravar a rodada: "As maiores nações comerciais do mundo, incluindo os principais países em desenvolvimento, têm responsabilidade especial para tomar a difícil decisão política de reduzir as barreiras comerciais." (RB)

**Integração sul-americana e a Petrobras global – Varlos Lessa – Valor Econômico –**  
Opinião - 26/09/2007

Em 2005 a Petrobras fechou acordo com a Pedvesa, compreendendo um elenco de projetos conjuntos. Haveria a troca de participações entre as duas estatais petroleiras sul-americanas, sendo que a Pedvesa participaria na refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e a Petrobras no campo petrolífero Carabobo I (Venezuela). No mesmo bloco, haveria participação da Petrobras na exploração do extremamente importante e promissor depósito de gás na província de Mariscal Sucre. Há dois anos, está lançada a idéia de um gasoduto que remeteria gás natural das imensas jazidas venezuelanas para complementar o consumo industrial brasileiro e suprir Buenos Aires. Seria a coluna vertebral do início de uma integração pela energia na América do Sul.



Consistiria em um eixo que possibilitaria articular Uruguai, Paraguai e talvez Chile na equação energética continental com um combustível que, a cada dia, vê aumentada sua importância ante o débil crescimento das reservas internacionais de petróleo, frente à evolução do consumo internacional do combustível.

Nos últimos 20 anos, não foram descobertas novas bacias petrolíferas; o crescimento das reservas tem sido, basicamente, à base de reavaliações técnicas das jazidas conhecidas. A expansão do consumo mundial de petróleo vem elevando o preço relativo dessa energia, o que abre um horizonte extremamente promissor para a exploração de areias petrolíferas, petróleos ultra-pesados e, principalmente, de gás, quer como combustível, quer como matéria-prima. O gasoduto é vital para o balanço energético da Argentina, que necessita de combustível para seu desenvolvimento industrial, além do aquecimento doméstico durante os meses do inverno. Por outro lado, os dutos limitam a contribuição de gás boliviano ao Brasil. O futuro suprimento venezuelano é estratégico para a retomada da industrialização brasileira e complemento para a termoeletricidade nacional. Nosso país tem, ainda, disponível imenso potencial hidrelétrico, bem como pode ser o celeiro bioenergético do continente, porém não pode prescindir de gás. O gás é um ativo estratégico da Venezuela em seu futuro exportador de energia. O governo venezuelano é o que menos depende do gasoduto, do ponto de vista econômico trivial. Sabe que este combustível liquefeito será um energético com demanda explosiva nos próximos anos, e que deslocará a nafta como matéria-prima, ponto de partida da cadeia petroquímica.

---

### **O Brasil deveria pensar no petróleo como uma salvaguarda nacional, ao invés de exportar excedentes nascidos de seu raquítico crescimento**

---

Creio que com grande sabedoria estratégica e inspirado pela visão da integração sonhada por Simon Bolívar o governo venezuelano prioriza a construção do gasoduto. Desnecessário dizer que os laços da Venezuela com a Argentina, hoje importantes para o refinanciamento do passivo externo platino, estarão hiperconsolidados pelo gasoduto, que afastará Buenos Aires dos riscos de desabastecimento domiciliar no período invernal.

Para meu espanto, a Petrobras vem criando dificuldades no projeto de exploração de gás de Mariscal Sucre, autodefinindo-se como uma petroleira em competição com as demais irmãs, no nível do mercado global. A Petrobras vira as costas para a integração sul-americana e se encontra com "medo" do gasoduto, pois não quis rever de maneira fraterna o acordo com a Bolívia, firmado pelos presidentes neoliberais (FHC e o seu parceiro boliviano). No ano passado assisti um alto executivo da Petrobras definir que a missão da companhia era servir a seus acionistas. Claro que esta mesquinha está reduzindo o Estado brasileiro a alguém que tem ações da companhia. Obviamente, com esse discurso banal a direção da Petrobras quer que os acionistas estrangeiros - mais de 40% do capital da companhia está em ADRs no exterior - se sintam priorizados. Coloca em risco a visão de futuro sul-americano em nome de uma prosaica autodefinição e um alinhamento ridículo com outras petroleiras. Afirmo que a missão histórica da Petrobras não se reduz a servir a seus acionistas, nem apenas a permitir as carreiras de seus funcionários.

A Petrobras nasceu da campanha "O Petróleo é Nosso". Foi construída com imenso esforço pelos brasileiros, que lhe garantiram o mercado interno, e viabilizaram uma robusta lucratividade em nome da soberania energética nacional. É uma empresa estatal estratégica para o futuro energético brasileiro. Deveria se definir como empresa de energia. É uma instituição pública com forma empresarial, que depende e deve estar a serviço do

desenvolvimento nacional. Não é uma empresa "solta", cuja referência administrativa e teleológica seja a cotação de suas ações na bolsa de Nova Iorque. Se o governo brasileiro se definiu por uma estratégia de integração sul-americana, a Petrobras está obrigada, a exemplo da Pedvesa, a servir ao fortalecimento dessas relações. As petroleiras mundiais são contra os gasodutos; esta infra-estrutura as desloca, pois exige, tecnicamente, acordos geopolíticos fundamentais entre o produtor e o utilizador do gás. O gás liquefeito pode ser tratado como commodity, o que preservará o papel das petroleiras mundiais, agora ameaçadas pelo cenário futuro de um petróleo se esgotando. O consumo mundial projeta um progressivo encarecimento do petróleo. Países que esgotaram seu petróleo, exportando-o a US\$ 3 o barril, são hoje importadores de óleo a mais de US\$ 70. A Indonésia é um exemplo trágico de país que banalizou suas reservas. A China, com inteligência geopolítica, perfura poços e os mantém como estoque.

Ao invés de exportar excedentes nascidos de seu raquítico crescimento econômico nos últimos 25 anos, o Brasil deveria pensar no petróleo brasileiro como uma salvaguarda nacional e uma boa aplicação financeira para o futuro. **Carlos Lessa é professor titular de Economia Brasileira da UFRJ. Escreve mensalmente às quartas-feiras. E-mail: carloslessa@uol.com.br**

**Itamaraty rebate relator da ONU e diz que etanol traz desenvolvimento** - Jamil Chade  
– Estado de São Paulo – Nacional – 27/09/2007

País dá resposta oficial contra avaliação de que produção do biocombustível pode aumentar fome mundial

**Genebra** - O Brasil ataca o relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos à Alimentação, Jean Ziegler, e garante que a cultura da cana-de-açúcar distribuiu renda nos últimos 30 anos. O especialista da ONU acaba de concluir um relatório em que aponta para os riscos de o etanol aumentar a fome no mundo e pede uma moratória de cinco anos na expansão do biocombustível no mundo.

Ontem, o Itamaraty decidiu responder oficialmente a essa avaliação em um debate no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

O governo brasileiro pediu a palavra e tentou explicar que, ao contrário do que diz o relatório da ONU, o etanol feito a partir da cana-de-açúcar pode trazer desenvolvimento. No documento das Nações Unidas publicado pelo Estado com exclusividade na segunda-feira, o suíço Ziegler estima que as populações mais pobres podem sofrer com o avanço do etanol, já que ele aumentaria o preço dos alimentos.

Ziegler foi tradicionalmente um aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas sua recente atitude na ONU irritou o governo brasileiro. O suíço chegou a receber nos últimos dias mensagens de agradecimento por parte de líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST). O governo cubano também não escondia sua satisfação com o conteúdo do polêmico relatório da ONU.

“O Brasil tem usado o biocombustível por mais de 30 anos. Os resultados concretos para a sociedade têm sido o aumento da produção de cana, mais empregos e benefícios sociais positivos, com melhor distribuição de renda”, afirmou o embaixador na ONU, Sérgio Florêncio. “Portanto, por três décadas, o Brasil conseguiu aumentar a produção de alimentos e de cana para o biocombustível. Isso gerou um impacto positivo na oferta de alimentos, como demonstram os dados da produção agrícola e de exportações.”

O governo brasileiro afirmou que, contrariamente à avaliação de Ziegler, a produção de cana pode ter um papel importante como instrumento para a promoção do progresso na agricultura de países em desenvolvimento.

Não satisfeito, Ziegler contra-atacou. “Não posso concordar com a política energética no Brasil”, afirmou. Mostrando livros do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e de Gilberto Freyre em plenário da ONU, o relator insistiu em sua tese. Ele qualificou de “catastróficos” os efeitos da utilização de terras no Brasil para o plantio da cana nos próximos anos.

**APOIO** -Apesar do ataque à posição do relator da ONU, o Itamaraty decidiu apoiar a permanência de Ziegler no posto.

O governo brasileiro ainda retrucou, argumentando que entre 2003 e 2007 foram destinados US\$ 21 bilhões ao programa Fome Zero. “Como resultado, o Brasil experimentou em 2006 uma queda de 10,6% da pobreza”, afirmou o embaixador brasileiro na ONU.

**Adesão da Venezuela ao Mercosul é adiada** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Nacional – 27/09/2007

Críticas de Chávez e questão técnica prorrogam de novo sessão na Câmara

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados decidiu novamente adiar, desta vez para o dia 24 de outubro, a votação do protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul.

Em sessão ontem, o deputado Dr. Rosinha (PT-RR), relator do texto, informou seus colegas de que havia consultado previamente as lideranças partidárias e chegado a um consenso sobre a necessidade de adiamento da votação, para que seja feita avaliação mais profunda das questões técnicas que envolvem a adesão plena da Venezuela ao Mercosul.

Uma das questões técnicas em aberto é o cronograma de liberalização comercial entre Venezuela e Brasil - tema que o governo de Hugo Chávez evitou discutir ao longo deste ano.

O Protocolo de Adesão foi assinado em julho do ano passado, na Reunião de Cúpula do Mercosul em Córdoba, na Argentina. O texto foi aprovado pelos Congressos da Venezuela, Argentina e Uruguai. No Brasil, foi enviado ao Congresso em fevereiro deste ano e ainda não saiu do primeiro estágio - a Comissão de Relações Exteriores.

Em princípio, a votação deveria ter ocorrido no último dia 19. Mas quatro deputados - Arnaldo Madeira (PSDB-SP), Aldo Rebelo (PC do B-SP), Colbert Martins (PMDB-BA) e Raul Jungmann (PPS-PE) - pediram vistas, provocando o adiamento da sessão para ontem.

O presidente da Comissão, Vieira da Cunha (PDT-RS), deixou claro que o adiamento por mais um mês teve duas motivações e que, dificilmente, a tramitação do protocolo será concluída até o fim de novembro, como previu o chanceler Celso Amorim. O primeiro motivo foi o artigo O Mercosul e a Venezuela, do embaixador Rubens Barbosa - publicado nas edições de anteontem do Estado e do Globo -, que detalha as pendências técnicas da adesão.

Vieira da Cunha informou também que enviaria ainda ontem ao Itamaraty ofício com o pedido de explicações sobre os pontos em aberto mencionados por Barbosa.

A segunda motivação foram declarações de Chávez no último dia 20, em Manaus. Pouco antes de reunir-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele afirmou que o atraso na tramitação do Protocolo de Adesão devia-se à “mão do império”, referindo-se aos Estados Unidos. Para Chávez, o Congresso “repete como um papagaio” o que dizem os EUA.

“Estávamos com clima maduro para a votação de hoje. Mesmo com o desmentido de Chávez, que atribuiu seu deslize a uma intriga da mídia brasileira, suas declarações geraram um mal-estar”, disse Vieira da Cunha.

**Câmara adia adesão da Venezuela ao Mercosul** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/09/2007

Pela segunda vez, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados adiou, ontem, a votação do protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, que deverá ser apreciado apenas em 24 de outubro. A decisão foi respaldada por um acordo de lideranças. Uma das causas é a lista de pendências técnicas que deveriam ter sido resolvidas antes da assinatura do protocolo, em julho do ano passado. A outra motivação, política, foi o novo ataque do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Congresso brasileiro, no último dia 20.

Em Manaus, pouco antes de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Chávez declarou que o atraso da tramitação do documento pelo Congresso brasileiro devia-se 'à mão do império'. Em junho, ele acusara o Congresso de repetir 'como um papagaio' o que dizem os congressistas americanos.

'Estávamos com um clima maduro para a votação. Mesmo com o desmentido do presidente Chávez, que atribuiu seu deslize a uma intriga da mídia brasileira, suas declarações geraram um mal-estar', afirmou o presidente da Comissão de Relações Exteriores, deputado Vieira da Cunha (PDT-RS).

Com o adiamento, o protocolo continuará no primeiro degrau da tramitação no Congresso, para onde foi enviado em fevereiro passado. Se aprovado na comissão em 24 de outubro, terá ainda de passar pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo plenário da Câmara.

Depois, seguirá para as comissões de Relações Exteriores e de Constituição e Justiça do Senado. Para Vieira da Cunha, a tramitação dificilmente será concluída até o fim de novembro, como previu o chanceler Celso Amorim, na semana passada. O texto deveria ter sido votado pela Comissão de Relações Exteriores no dia 19. Mas quatro deputados pediram vistas, e a votação foi adiada por uma semana.

**EXPLICAÇÕES** - Ainda ontem, Vieira da Cunha enviou ao Itamaraty pedido de explicações sobre os quatro compromissos ainda não assumidos pela Venezuela, que foram apontados pelo embaixador Rubens Barbosa no seu artigo 'A Venezuela e o Mercosul', publicado anteontem pelo Estado e O Globo. O texto menciona a ausência, no caso de 169 itens venezuelanos, de compromisso de adesão às normas do Mercosul e o fato de Caracas não ter entregado a lista de produtos que preencherão as etapas do cronograma para a Tarifa Externa Comum (TEC).

**Escravidão como estado de espírito** – Paulo Nogueira Batista Jr. – Folha de São Paulo – 27/09/2007

NAS ÚLTIMAS semanas, a sobrecarga de trabalho tem sido imensa aqui no FMI. Hoje, estou escrevendo na undécima hora, e sendo interrompido a cada momento. Desculpe, leitor, se o artigo ficar meio desconjuntado.

O cargo de diretor-executivo tem uma dimensão político-diplomática. Não raro, surgem conflitos e situações de tensão. Em momentos como esses, um dos meus problemas recorrentes torna-se particularmente agudo: a insônia. Às vezes, as insônias se sucedem por várias noites consecutivas.

Mas não me queixo. De certa forma, eu tiro partido das insônias. Graças a elas, leio livros para os quais só na madrugada encontro tempo e cabeça. Leituras não relacionadas ao trabalho, claro. Caso contrário, a insônia se agravaria ainda mais.

Recentemente, comecei a ler um livro de Winston Churchill sobre a história dos Estados Unidos. É maravilhosamente bem escrito, como tudo que saía da pena desse grande estadista que era, também, um artista da palavra. Aliás, o domínio da palavra era sabidamente um dos aspectos centrais do seu gênio político.

No capítulo sobre a Guerra Civil Americana (1861-1865), Churchill relata um aspecto curioso. Quando a guerra estourou, muitos pensavam que a vitória do Norte seria relativamente rápida. Os Estados do Norte tinham uma população bem maior e uma base industrial bastante desenvolvida. Nos Estados do Sul, preponderava uma economia agroexportadora baseada no sistema escravista.

A população do Sul, além de menor, era composta em grande medida de escravos. Os Estados do Sul corriam o risco de ter uma enorme quinta-coluna, especialmente se ficasse claro para a população escrava que a vitória do Norte resultaria, como de fato resultou, na abolição da escravatura.

Surpreendentemente, os escravos foram, em geral, muito obedientes e solidários com os seus senhores. Isso contribuiu para que a guerra durasse mais do que se esperava - nada menos que quatro anos. Os escravos continuaram obedientes até a fase final, mesmo quando o esforço final de resistência do Sul levou a que muitas fazendas e plantações ficassem sob a guarda das mulheres dos proprietários!

Essa escravidão internalizada, arraigada na alma e no espírito, é uma característica psicológica de muitos países subdesenvolvidos como o Brasil. O brasileiro é, em certa medida, como o escravo do Sul. Não sabe que pode ser livre e continua adotando atitudes hesitantes e até subalternas nas negociações internacionais -mesmo quando a posição objetiva do país é mais forte em termos econômicos e políticos.

O prestígio do Brasil no exterior e o seu potencial de influenciar a condução de assuntos internacionais é hoje muito maior do que quando estávamos passando o pires em Washington e outras capitais. E, no entanto, muitos ainda se comportam como se brasileiro precisasse andar de cabeça baixa, pedindo licença para defender os interesses do Brasil. Todo representante do Brasil tem que lutar permanentemente em duas frentes. Não só no exterior, para enfrentar pressões e resistências das grandes potências, defensoras renitentes do status quo, mas também na retaguarda para neutralizar a ação dos brasileiros que têm uma visão acanhada do potencial do país.

Parafraseando Nelson Rodrigues, poderíamos dizer que a escravidão deixa na alma imensas e lívidas Sibérias.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. , 52, escreve às quintas-feiras nesta coluna. Diretor-executivo no FMI, representa um grupo de nove países (Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago).

### **Plano ambiental prevê ações do setor privado – O Globo – Capa – 28/09/2007**

O plano nacional de meio ambiente que o Brasil apresentará até o fim do ano prevê ações contra o aquecimento global a serem adotadas pelo governo federal, pelos estados e pelo setor privado. Página 12

**Plano ambiental prevê parceria com setor privado** - Eliane Oliveira – O Globo – O País  
– 27/09/2007

Entre os destaques do projeto anunciado por Lula na ONU está ainda adoção de medidas para diminuir desmatamento

BRASÍLIA. Em fase de gestação dentro do governo, o Plano de Ação Nacional de Enfrentamentos das Mudanças Climáticas, anunciado terça-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Nova York, durante a Assembléia Geral da ONU, terá como destaque a adoção de medidas concretas para reduzir o desmatamento e as queimadas. É justamente nesse ponto que o Brasil mais recebe ataques da comunidade internacional. A idéia é anunciar metas internas nessa área, numa tentativa de mostrar que o país faz o dever de casa.

Segundo o físico Luiz Pinguelli Rosa, diretor-geral da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (Coppe) da UFRJ e secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o fórum apresentou proposta para o plano de ação do governo, que já está nas mãos de Lula.

O material prevê uma série de procedimentos a serem adotados por governo federal, estados e o setor privado, e serve de subsídio para a elaboração do plano de ação. Entre outras medidas, destacam-se a vinculação obrigatória da aferição dos níveis de emissões veiculares ao licenciamento anual dos automóveis — prevista no Código de Trânsito Brasileiro, mas realizada apenas no Rio — e o fomento à expansão do transporte coletivo (à exceção do rodoviário).

O documento será apresentado em dezembro aos representantes dos países que participarão da Conferência de Bali, na Indonésia.

A reunião dará início a um amplo processo de negociação para um novo acordo global que deverá substituir o Protocolo de Kyoto — que fixou metas de redução das emissões de gases que provocam efeito estufa para nações industrializadas, à exceção dos Estados Unidos, que não ratificaram o tratado.

— O ponto fraco do Brasil é o desmatamento. Por isso, o país precisa fixar metas imediatas de redução, de preferência até o fim do ano — disse Pinguelli Rosa.

**Desmatamento cai na Amazônia, mas sobe em MT** - A questão do desmatamento e das queimadas é delicada e difícil de resolver, avaliam autoridades ambientais brasileiras. Se por um lado o desflorestamento vem caindo na Amazônia, em Mato Grosso houve um aumento de 200% em 2007 em relação ao ano passado. Especialistas afirmam que a principal causa é o cultivo desenfreado da soja.

Para Juliana Ramalho, professora de Climatologia da Universidade de Brasília (UnB), apesar do sucesso internacional do Brasil na produção de combustíveis renováveis, como o etanol, é preciso ter cuidado com a ocupação desordenada das terras no cultivo da cana-de-açúcar.

— O cultivo do etanol não é totalmente limpo, devido à grande quantidade de queimadas para a colheita.

Além disso, é preciso levar em conta outras culturas importantes para o país — disse

**Previsão é de variação de temperatura de até 5,8 graus** - Além da publicidade internacional que Lula quer dar aos movimentos do país para enfrentar o aquecimento global e evitar a expansão das emissões de gases de efeito estufa, existe uma realidade da qual não se pode fugir: estudos científicos mais recentes alertam para um século XXI de

inúmeras transformações — enchentes, secas, furacões, derretimento de geleiras, epidemias, destruição de lavouras.

Os últimos relatórios mostram que, até o ano de 2100, mesmo que fosse possível eliminar totalmente daqui para frente a emissão de gases que intensificam o efeito estufa, só o que já está acumulado poderá trazer uma variação entre 1,4 e 5,8 graus na temperatura da Terra.

Os desastres viriam em efeito dominó: milhões de pessoas expulsas de seus lugares de origem e uma crise sem precedentes na economia mundial.

### **Adiada votação da entrada da Venezuela no Mercosul** - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 27/09/2007

Novas críticas de Chávez levaram deputados a remarcarem decisão para 24 de outubro

BRASÍLIA. A aprovação, pelo Congresso do Brasil, do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul está cada vez mais longe de acontecer até o fim deste ano, como pediu recentemente o governo venezuelano.

Os últimos ataques do presidente Hugo Chávez aos parlamentares brasileiros, proferidos na semana passada, em Manaus, levaram a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara a adiar, de ontem para 24 de outubro, a votação da matéria.

— As declarações de Chávez causaram estragos. Íamos votar o protocolo hoje (ontem) — admitiu o presidente da comissão, deputado Vieira da Cunha (PDT-RS).

Outro fator responsável pela prorrogação foi o artigo do embaixador do Brasil nos EUA Rubens Barbosa, publicado domingo no GLOBO, alertando para o grande número de pendências técnicas no processo de adesão. Os parlamentares solicitaram mais informações ao Itamaraty. O título do artigo era “A Venezuela e o Mercosul”.

— Acreditamos que os esclarecimentos chegarão até nós antes de 24 de outubro — afirmou Vieira da Cunha. Em sua opinião, a questão não é tão complicada. O que prejudica mais são os arroubos de Chávez. O relator do protocolo de adesão, deputado Doutor Rosinha (PT-PR), já deu parecer favorável à aprovação. Assim que o texto for votado na comissão, será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e seguirá a plenário.

Aprovado na Câmara, ainda terá de passar pelo Senado.

Cronograma de liberalização comercial ainda é dúvida Os parlamentares têm dúvidas, por exemplo, quanto ao cronograma de liberalização comercial a ser apresentado pela Venezuela e sobre como o país pretende se adequar à Tarifa Externa Comum (TEC), usada em mercados fora do Mercosul.

Há cerca de três meses, Chávez chamou os parlamentares de papagaios dos EUA, devido a uma carta em que senadores pediam a renovação da licença da RCTV. Recentemente, ele disse que a demora na tramitação do protocolo de adesão devia-se “à mão do império” (os EUA).



**América do Sul tem fim de ano vermelho** - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Internacional - 28/09/2007

A opção contra o livre mercado pode ganhar força neste fim de ano em três países da América do Sul. Os governos da Venezuela, Bolívia e Equador tentam reformular suas Constituições, seguindo, em linhas gerais, um receituário semelhante: maior controle da economia pelo Estado e ampliação da influência do poder Executivo. A Argentina, que elege um (ou provavelmente uma) presidente em outubro, também vem reforçando a participação estatal na economia e a defesa da indústria local.

Críticos acreditam que o rumo das mudanças pretendidas - em especial pelos três países andinos - poderá levar à perda de liberdades individuais, ao desinvestimento e, no longo prazo, a menor crescimento econômico.

Neste domingo, os equatorianos elegem os membros da Assembléia Constituinte; aliados do presidente Rafael Correa devem obter maioria. Na Bolívia, a Constituinte está ameaçada por conta de intensas disputas sobre a transferência ou não da capital de La Paz para Sucre. O presidente Evo Morales insiste que os trabalhos devem ser encerrados até dezembro. Nesse mesmo mês, o Parlamento da Venezuela deverá votar o projeto de reforma constitucional desenhado pelo presidente Hugo Chávez.

No caso do Equador, o ex-ministro da Energia e principal candidato do governo para a Constituinte, Alberto Acosta, disse, sem dar detalhes, que algumas das alterações na nova Carta são a ampliação o papel do Estado na economia e a imposição fortes restrições ao setor privado, em particular nos setores de petróleo e mineração.

"Os vários anos de populismo capitalista estão chegando ao fim com o nosso governo", alardeou o próprio Correa em meados de setembro. Ele promete que a Constituinte acabará de vez com a influência de partidos políticos, acusados por muitos de serem os responsáveis pelas seguidas crises do país. A mensagem repercutiu bem em parte do eleitorado.

Mas, para Simon Pachano, professor de Ciência Política da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), no Equador, a Constituinte será instituída sem uma definição clara sobre o que mudar. "Há apenas alguns esboços. Mas, provavelmente, a nova Constituição será menos pró-mercado e mais estatista", disse Pachano. Não se trata tanto de estatizar setores [muitos continuam em mãos estatais, como energia elétrica e telefonia fixa], mas sim de mudar as condições de participação do capital privado, avalia ele.

Na Venezuela, a Constituição proposta por Chávez é muito mais assertiva. Inclui a eliminação da autonomia do Banco Central, ampliação dos poderes de expropriação do Estado e abre de caminho para diminuição da autonomia de governos regionais eleitos, que cedem poder para "conselhos comunais" de cidadãos, a serem criados, que receberiam verba federal e teriam poder de decisão em suas regiões - paralelamente aos prefeitos. E permite a reeleição eterna, mas só para o presidente.

Quanto à liberdade de mercado, críticos como José Enrique Molina, professor de Direito Constitucional e Ciência Política do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Zulia, dizem que o projeto só sedimentará condições já existentes. "A orientação atual do governo já é antimercado. O que mudará é que essa orientação passaria a ter a Constituição ao seu lado."

Na Bolívia, a Constituinte - que Morales definiu como instrumento para refundar o país - não aprovou nenhum artigo em um ano. No próprio governo já há quem defenda o seu fim. Morales também tinha um plano bem definido quando lançou o processo de reforma, que inclui reforma agrária e maiores direitos para a maioria indígena. Mas a aqui

também a marca é a oposição ao livre mercado e a submissão das empresas privadas e de todo o processo de desenvolvimento econômico a regras do Estado, diz René Antonio Mayorga, professor de ciência política do Centro Boliviano de Estudios Multidisciplinarios (Cebem).

O ímpeto por mudanças é compreensível. "Há nos países da região um descontentamento com o Consenso de Washington, que não diminuiu a pobreza nem melhorou a distribuição de renda", diz Alberto Ramos, economista sênior para a América Latina do banco de investimentos Goldman Sachs. "Há culpa das elites latino-americanos, que nunca olharam para as camadas mais pobres. Mas o modelo que se propõe agora, de centralização e Estado gestor, já se viu que não funciona. E, se a economia não cresce, vai distribuir o quê?"

**Amorim encontra-se com Hugo Chávez** - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 29/09/2007

Adesão ao Mercosul será principal tema da visita de chanceler a Caracas

**BRASÍLIA** - Após uma rápida passagem por El Salvador, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, será recebido hoje pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em Caracas. Segundo nota divulgada ontem pelo Itamaraty, Amorim terá uma reunião de trabalho com o chanceler venezuelano Nicolas Maduro, onde o tema principal será a adesão do país ao Mercosul.

A reunião de trabalho entre Amorim e Maduro ocorrerá uma semana depois de a Comissão de Relações Exteriores da Câmara ter decidido adiar, para o próximo dia 24 de outubro, a votação do protocolo de adesão da Venezuela ao bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Os deputados optaram por retirar o texto da pauta, irritados com as declarações feitas por Chávez na última quarta-feira, em Manaus (AM), momentos antes de se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O líder venezuelano disse que o atraso da tramitação do documento no Congresso brasileiro se devia "à mão do império", em referência à influência dos Estados Unidos.

Dois meses antes, Hugo Chávez havia chamado os parlamentares brasileiros de "papagaios" dos americanos, ao reagir a uma carta enviada pelo Senado pedindo a renovação da licença da RCTV, emissora de televisão daquele país.

Os dois ministros examinarão, examinarão, ainda, os resultados do mais recente encontro entre os dois presidentes em Manaus e a criação do Banco do Sul. Eles também discutirão os diversos pontos da agenda bilateral, com destaque para cooperações energética, técnica e de comércio.

**Vendas brasileiras superaram US\$ 3,5 bi** - Em 2003, as exportações brasileiras para a Venezuela foram de US\$ 608 milhões, e as exportações venezuelanas para o Brasil, de US\$ 275 milhões.

Os números tiveram um salto significativo em favor da balança brasileira. Em 2006, as vendas brasileiras para aquele país superaram US\$ 3,5 bilhões, enquanto as importações de produtos venezuelanos somaram US\$ 591 milhões.

Na visita a El Salvador, que começou ontem, Celso Amorim destacará a importância do estreitamento das relações do Brasil com a América Central e o Caribe. Outro tema é o aprofundamento da cooperação bilateral em etanol e saúde.

**Para ministro neozelandês, países podem concluir Doha** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/09/2007

Os Estados Unidos e a União Européia, de um lado, e o Brasil e seus aliados em desenvolvimento, de outro, têm condições de fazer as concessões necessárias para concluir a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. De preferência, antes das eleições presidenciais nos Estados Unidos, em 2008.

Essa mensagem foi expressa ontem pelo ministro do Comércio e da Defesa da Nova Zelândia, Phil Goff, aos principais negociadores do Itamaraty. 'Se não concluirmos a Rodada, vamos prejudicar o sistema multilateral do comércio, diluir seus benefícios e acentuar a desigualdade nesse setor', disse Goff, em entrevista ao Estado.

'Espero que o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) esteja correto e seja possível concluir a Rodada neste ano. Emocionalmente, concordo com ele', completou, referindo-se a uma declaração de Lula, feita na terça-feira, um dia depois de seu encontro com o presidente americano, George W. Bush.

Goff argumentou que o sistema multilateral de comércio enfrentará sérios riscos se as negociações forem congeladas até o início da administração do sucessor de Bush, como defendem observadores da Rodada Doha.

Para o ministro neozelandês, a barganha entre a agricultura - redução de subsídios domésticos e abertura do mercado nos países desenvolvidos - e a redução de tarifas de importação na área industrial das economias emergentes tem de 'criar novos fluxos de comércio'.

Segundo Goff, o sinal dos EUA de que podem aceitar o teto para os subsídios agrícolas entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,5 bilhões por ano foi 'um bom passo', já que a oferta anterior previa US\$ 22 bilhões e o atual limite é de US\$ 48 bilhões.

**Superioridade americana é fenômeno temporário** – Sylvia Colombo – Entrevista com Eric Hobsbawm – Folha de São Paulo – Mundo – 30/09/2007

**Para historiador, não há, nem nunca houve, espaço para uma só potência no planeta - Um dos maiores pensadores vivos, Hobsbawm mantém "indestrutível" convicção de esquerda e diz que atraso da América Latina é "mistério"**

Desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, Eric Hobsbawm tem sido questionado por continuar a defender uma utopia transformada em ruínas. A longa vida do pensador marxista, que completou 90 anos em junho, foi, até aqui, suficiente para que acompanhasse o nascimento de um sonho e sua gradativa revelação como pesadelo.

Mas nem só de desilusões ideológicas vive o calejado historiador, certamente o mais importante ainda em atuação. Agora, Hobsbawm parece mesmo satisfeito ao vaticinar, em seu novo livro de ensaios, "Globalisation, Democracy and Terrorism" (globalização, democracia e terrorismo), que o imperialismo norte-americano também está com os dias contados. "O mundo hoje é muito complicado para que apenas um país o domine", diz. "A única certeza que podemos ter sobre a atual superioridade norte-americana é que ela será, para a história, apenas um fenômeno temporário, como foram todos os impérios."

Foi para falar de suas convicções "indestrutíveis" que o aparentemente frágil Hobsbawm recebeu a reportagem da **Folha** em sua casa, em Hampstead, bairro nobre no norte de Londres, na última quarta-feira.

**Cansaço** - Ele e a mulher, Marlene, tinham acabado de voltar de uma temporada no País de Gales, onde têm uma casa. Viajante inveterado toda a vida, Hobsbawm diz que tem saído menos. "Hoje em dia pedem para que a gente vá falar em todo lugar, é muita palestra, muito festival de livros. Gosto de viajar, mas tenho me cansado", diz o historiador, que contou também estar se tratando de uma "leve leucemia".

Na sala onde recebe as visitas, aponta para sua poltrona favorita, "costumo me sentar aqui", e acomoda-se, esperando aplicadamente as perguntas. Fala devagar, mas com firmeza. Gesticula, e procura os olhos do interlocutor ao fim de cada afirmação, como que buscando saber se foi compreendido.

Momentos depois de iniciada a entrevista, entra Marlene com um pedaço de papel nas mãos. "Estão ligando do Times, querem saber se você pode comentar a fala do [David] Miliband [ministro das Relações Exteriores britânico] sobre Gaza." Hobsbawm diz que agora não pode, talvez depois.

"Toda hora estou fazendo pequenas coisas, falando ou escrevendo para jornais sobre assuntos do momento. Eles vivem me pedindo comentários disso ou daquilo." Cotidiano de trabalho? "Não tenho. Depende do que há ou aparece para fazer, sem rotina."

### **Força não pode impor idéias, diz pensador**

**Para Hobsbawm, intervenções que não contam com consenso local, como ocorre na Guerra do Iraque, tendem a fracassar**

**Pessimista em relação ao futuro, historiador diz que, ao contrário dos séculos 19 e 20, situação atual não indica um caminho de progresso**

"As idéias podem viajar, mas não a bordo de tanques." A frase do historiador Eric Hobsbawm resume sua descrença em relação à imposição de valores por meio da força, como os Estados Unidos vêm tentando fazer no Iraque. Leia a seguir a primeira parte da entrevista com o historiador.

**FOLHA** - *Em "A Era das Revoluções", o sr. fez uma descrição do mundo no século 18. Se fosse fazer a mesma análise do mundo hoje, que aspectos seriam mais relevantes?*

**ERIC HOBBSBAWM** - Eu tentaria começar a descrevê-lo pelo que se pode ver do espaço. No começo da era das revoluções, o único resultado da ação do homem na Terra que podia ser visto do alto era a Grande Muralha da China. Agora podemos ver muito mais. A partir dos foguetes, se percebe o declínio das florestas, o tamanho e a luz das metrópoles, o reflexo de guerras e catástrofes. Se no século 18 sequer tínhamos uma visão global, agora podemos estar no espaço para conferi-la. Em segundo lugar, uma das grandes dificuldades do século 18, a de como ir de um lugar para o outro, passou por uma revolução sem precedentes. Também chamaria a atenção para o que justamente não se pode ver do espaço, a revolução sem precedentes que é a internet. E outros temas como o fim do campesinato e o novo lugar das mulheres. Mas estou muito velho pra um esforço desses...

**FOLHA** - *Em seu novo livro, ao criticar a ação dos EUA no Iraque, o sr. diz que os valores ocidentais não podem ser simplesmente apresentados como "importações tecnológicas cujos benefícios são imediatamente óbvios". Em que momento o que era sonho virou pesadelo?*

**HOBBSBAWM** - Sempre foi um pesadelo quando se fez uso de poder militar para exportar valores. As idéias podem viajar, mas não a bordo de tanques. Os ideais da Revolução Francesa se espalharam pela Espanha, pela América Latina e causaram grandes transformações políticas. Mas, quando a França quis exportar suas instituições à força, não teve sucesso. Quando uma intervenção não conta com certo consenso local, tende a fracassar. A idéia por trás de certo imperialismo dos direitos humanos era de que regimes tirânicos seriam tão imunes a influências externas que precisariam ser removidos pela força. Mas trata-se de uma concepção antiga, de um mundo pré-1989, pré-redemocratização de regiões como a América Latina.

**FOLHA** - *O sr. diz que o objetivo de seu novo livro foi ajudar os jovens a enfrentar o século 21 com o pessimismo necessário. Por quê?*

**HOBBSBAWM** - O fato é que as perspectivas não são boas. Não me refiro apenas à política internacional, mas também aos assuntos relacionados ao ambiente. Hoje já não se pode dizer tão seguramente, como nos séculos 19 e 20, que estamos num caminho de progresso. Questões como crise de energia e falta de água são reais. Outro processo que não vai parar é o da globalização, e talvez o preparo que se exija dos jovens é para que saibam como lidar com essa aceleração dramática.

**FOLHA** - *O sr. disse que não é mais um comunista porque o comunismo já não está mais na agenda do mundo. Por que o anticomunismo está tomando formas tão agressivas?*

**HOBBSBAWM** - O comunismo como movimento que conglera muita gente já não existe. Não se trata mais de uma alternativa no Ocidente. A partir de 1989, passou a ser diferente. Com relação à China, por exemplo, o que quer que esteja acontecendo de errado

lá não tem nada que ver com o comunismo. Também não acho que os trabalhadores que assinaram manifestos pelo comunismo no passado pensem que acreditaram num Deus que falhou. Apenas quiseram fazer uma opção, que não deu certo. Hoje, achar que o comunismo é um mal concreto é algo que está limitado ao meio intelectual. Mais especificamente, a intelectuais de países em que o comunismo foi muito influente no debate político. Então chegou um momento em que essas pessoas quiseram reagir contra, como se estivessem pedindo desculpas. Por exemplo, François Furet [historiador francês, autor de "Pensando a Revolução Francesa"], quando o conheci, ele não era apenas um comunista, mas um enfático militante stalinista. E depois virou-se completamente.

***FOLHA - No prefácio de seu novo livro o sr. diz que suas convicções políticas são indestrutíveis.***

***HOBBSBAWM*** - Sim, minha convicção de ser de esquerda continua. Me posiciono fortemente contra o imperialismo e contra as forças que acham que fazem um bem a outros países ao invadi-los, e contra a tendência de pessoas que, por serem brancas, são superiores. Essas certezas eu não abandono. Mas algumas das minhas convicções mudaram. Não creio mais que o comunismo como foi aplicado poderia dar certo. E não sou mais revolucionário. Porém, não acho que tenha sido mau para mim e para minha geração termos sido revolucionários. Cresci na Alemanha de Hitler, sempre odiei totalitarismos.

**Futebol de hoje sintetiza globalização – Folha de São Paulo – Mundo – 30/09/2007**

**Esporte carrega conflito entre identidade e internacionalização, afirma historiador**

DA ENVIADA A LONDRES -Nesta última parte da entrevista, Eric Hobsbawm fala sobre a "falência" do projeto imperialista norte-americano, das conseqüências nefastas da guerra ao terrorismo, de Fidel Castro e Hugo Chávez e até de esporte. "O futebol sintetiza muito bem a dialética entre identidade nacional, globalização e xenofobia dos dias de hoje", afirma.

***FOLHA - O sr. diz no livro que uma chave para entender o que há de diferente no império norte-americano é que os outros grandes impérios do passado sabiam que não eram os únicos, no tempo em que exerceram o poder, e nenhum ambicionou uma dominação global. O que essa diferença revela?***

***HOBBSBAWM*** - Não acho que exista hoje, como nunca existiu, espaço para um único império no planeta. Mesmo o Império Romano, à sua época, não era o único e sabia disso. Havia o persa, o chinês. Brevemente, no século 19, pode ter parecido possível, por razões tecnológicas, que parte do mundo respondesse a um país, como foi o caso do Reino Unido. Mas a Inglaterra nunca quis tentar exercer todo esse poder. A política do Império Britânico era apenas a de seguir a lógica e os interesses de sua economia. Por um breve momento, realmente controlou boa parte do planeta. Mas tampouco houve um grande

inimigo. Acho que o mundo continuará a ser plural, com algumas unidades políticas que serão mais poderosas que as outras. Mas não haverá um único império.

**FOLHA - Mas o sr. acredita que a supremacia norte-americana esteja em vias de se dissolver?**

**HOBBSAWM** - A Guerra do Iraque está demonstrando que exercer influência no mundo todo não será possível. Ela está demonstrando que mesmo uma grande concentração de poder militar não pode controlar um Estado relativamente fraco sem certa aprovação ou consenso deste. Defendo no livro que o projeto norte-americano está falindo. O que não significa que os EUA se tornarão um país mais fraco, ou que estejam em declínio ou colapso. Mesmo que percam os seus soldados, continuarão sendo uma nação importante, econômica e politicamente.

**FOLHA - Mas onde estão os indícios dessa falência, além do fracasso da intervenção militar no Iraque?**

**HOBBSAWM** - O império norte-americano não permanecerá, entre outras razões, por questões internas. A maior parte dos norte-americanos não quer saber de imperialismo e sim de sua economia interna, que tem mostrado fragilidades. Logo os projetos de dominação mundial terão de dar lugar a preocupações econômicas. E os outros países, se não podem conter os EUA, têm de acreditar que é possível tentar reeducá-los.

**FOLHA - O sr. tem defendido que a reação à Al Qaeda é mais perigosa do que os atentados promovidos pelo grupo. Por quê?**

**HOBBSAWM** - O projeto político da Al Qaeda é o de recriar a área do califado muçulmano, da Pérsia até a Espanha. Isso é algo completamente fora de questão, uma utopia. O modo como a Al Qaeda se desenvolveu, em pequenos grupos ativos, é muito mais eficiente do que o terrorismo de outros tempos, muito por conta do elemento do homem-bomba. O homem-bomba não é apenas eficaz do ponto de vista objetivo, ele é também mais assustador, porque emocionalmente as pessoas acham difícil entendê-lo, justificá-lo. Por outro lado, se olharmos para o número de pessoas mortas não só pela Al Qaeda mas por todos os terroristas e homens-bomba até hoje, em termos absolutos, é algo muito pequeno. É um erro achar que a Al Qaeda é uma ameaça ao mundo. A reação à Al Qaeda, essa sim, tem sido perigosa. Não só porque está produzindo uma intervenção militar massiva em locais em que não deveria haver nenhuma intervenção militar. Mas também porque está sendo responsável pela diminuição do respeito aos direitos humanos no Ocidente. É claro que seria ridículo não levar a Al Qaeda a sério. Mas bombardear países não é o modo de lidar com esse tipo de problema. Nunca foi. A questão deve ser resolvida pelos meios tradicionais aplicados no passado, contra o IRA (Exército Republicano Irlandês) e outros grupos terroristas. Por meio de estratégias de investigação policial, da infiltração, de ações localizadas. Trata-se de um problema policial, não militar.

**FOLHA - Quando conversamos, em 2002, por ocasião do lançamento de sua biografia, "Tempos Interessantes", o sr. disse que considerava a América Latina um "fantástico laboratório de transformações históricas". Ainda pensa assim?**

**HOBBSAWM** - Sim, ainda acho que se trata de um continente em que é possível acompanhar desde o momento em que a natureza foi dominada e as pessoas se estabeleceram até a rápida modernização, industrial e da sociedade, ao mesmo tempo. Algo que em outros lugares levaria gerações na América Latina acontece de modo muito acelerado. Visitei o Brasil pela primeira vez há 40 anos. E hoje observo que o país mudou dramaticamente.

**FOLHA - Para o bem?**

**HOBBSAWM** - Deixando de lado juízos de valor... O que me impressiona hoje é perceber que antes eu considerava 40 anos um tempo muito longo na história, e agora sei que cabe numa vida humana. Para um historiador, a América Latina, o Brasil, são lugares onde você pode acompanhar um processo inteiro. Como foi importante para Darwin em relação à biologia, acontece da mesma forma para a história. Mas o que continua sendo um mistério para mim é por que, apesar de seu grande potencial, a América Latina tenha permanecido à margem da história ocidental e aí continua. E é desse modo, também, que está entrando no século 21.

**FOLHA - O sr. não vê perspectivas?**

**HOBBSAWM** - Não para a América Latina como um todo, possivelmente para o Brasil.

**FOLHA - O sr. segue otimista com o governo Lula?**

**HOBBSAWM** - Não tenho acompanhado de forma pontual, mas no geral o Brasil está melhor. A economia, o padrão de vida das pessoas. Em outros aspectos, segue uma bagunça. É interessante notar que, no que diz respeito às diferenças sociais, o país não está mais sozinho. O resto do mundo também ficou socialmente mais polarizado. O Brasil tem uma chance hoje de, como a Argentina em certo momento do século 19, desenvolver-se economicamente muito rápido a partir da exportação de produtos primários. Há uma crise de produtos naturais no mundo e o Brasil tem um potencial ilimitado em relação à produção de alimentos.

**FOLHA - O que o sr. acha de Hugo Chávez?**

**HOBBSAWM** - É uma figura simpática, tem senso humor, não é um intelectual, economista, teórico, mas se transformou em mais do que mais um militar latino-americano que tomou o poder. Ele teve sucesso ao se transformar num símbolo genuíno de liderança para a América Latina. Ele continua, mas supera o que simbolizou Fidel Castro. E tem muita sorte de ter tanto petróleo por trás.

**FOLHA - E Fidel Castro? O que ficará da Revolução Cubana?**

**HOBBSAWM** - Cuba já vive a fase de transição pós-Castro. Castro será lembrado como uma lenda, uma tocha da emancipação da América Latina em relação aos EUA, uma



expressão dramatizada de sua aspiração por independência, um símbolo antiimperialista. Vai ser lembrado por conquistas sociais que nenhum outro país latino-americano alcançou. Acho que não foi suficientemente dito ainda o quanto melhorou a qualidade e a expectativa de vida dos cubanos. Porém, fundamentalmente, o projeto cubano não pode ser considerado um sucesso. Economicamente, foi um desastre até, assim como a tentativa de revolucionar o resto da América Latina não teve sucesso. Fidel vai sobreviver como Che Guevara. Uma imagem, um símbolo.

**FOLHA** - No ensaio "*Nations and Nationalism in the New Century*" (*nações e nacionalismo no novo século*), o sr. lamenta o fato de que as seleções de futebol nacionais estejam perdendo força para os chamados superclubes internacionais. O sr. não acha que o nível do esporte, por conta disso, tenha melhorado?

**HOBBSAWM** - O futebol sintetiza muito bem a dialética entre identidade nacional, globalização e xenofobia dos dias de hoje. Os clubes viraram entidades transnacionais, empreendimentos globais. Mas, paradoxalmente, o que faz o futebol popular continua sendo, antes de tudo, a fidelidade local de um grupo de torcedores para com uma equipe. E, ainda, o que faz dos campeonatos mundiais algo interessante é o fato de que podemos ver países em competição. Por isso acho que o futebol carrega o conflito essencial da globalização.

Os clubes querem ter os jogadores em tempo integral, mas também precisam que eles joguem por suas seleções para legitimá-los como heróis nacionais. Enquanto isso, clubes de países da África ou da América Latina vão virando centros de recrutamento e perdendo o encanto local de seus encontros, como acontece com os times do Brasil e da Argentina. É um paradoxo interessante para pensar sobre a globalização. NA INTERNET - Leia a íntegra da entrevista - [www.folha.com.br/072715](http://www.folha.com.br/072715)

Coordenador  
Sergio Leite

Pesquisadores  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária  
Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

